CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

MUSEU VIVO DO SÃO BENTO: UM DIÁLOGO COM AS MEMÓRIAS NEGRAS NA CONSTRUÇÃO DE NOVAS NARRATIVAS SOBRE A CIDADE DE DUQUE DE CAXIAS

Aline Souza do Nascimento

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre.

Orientador(a): Samuel Silva Rodrigues de Oliveira

Rio de Janeiro
Agosto/2018

MUSEU VIVO DO SÃO BENTO: UM DIÁLOGO COM AS MEMÓRIAS NEGRAS NA CONSTRUÇÃO DE NOVAS NARRATIVAS SOBRE A CIDADE DE DUQUE DE CAXIAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre

Aline Souza do Nascimento

Banca Examinadora:

Presidente, Professor Dra. Samuel Silva Rodrigues de Oliveira(CEFET/RJ) (orientador)

Professora Dra Talita de Oliveira (CEFET/RJ)

Professora Dra Ana Paula Pereira da Gama Alves Ribeiro(UERJ)

Rio de Janeiro
Agosto de 2018

CEFET/RJ – Sistema de Bibliotecas / Biblioteca Central

N244 Nascimento, Aline Souza do
Museu vivo do São Bento : um diálogo com as memórias negras na construção de novas narrativas sobre a cidade de Duque de Caxias / Aline Souza do Nascimento.—2018.
132f. : il. (algumas color.) , tabs. ; enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca , 2018.
Bibliografia : f. 125-132
Orientador : Samuel Silva Rodrigues de Oliveira

1. Negros - Brasil - História. 2. Memória. 3. Patrimônio cultural - Brasil. 4. Letramento - Brasil. 5. Museus. I. Oliveira, Samuel Silva Rodrigues de (Orient.). II. Título.

CDD 960

Elaborada pela bibliotecária Mariana Oliveira CRB-7/5929

DEDICATÓRIA

Dedico todo este trabalho aos meus avós paternos, Luiz Sergio do Nascimento, *in memoriam*, e Neuza Rodrigues do Nascimento, que com toda a força, dedicação e amorosidade me transformaram na pessoa que sou hoje.

Suas Memórias são o meu maior Patrimônio!

AGRADECIMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)** - Código de Financiamento 001

Não teria como chegar até aqui sem o apoio da minha família. As famílias negras demoram gerações para acessar a graduação e pós-graduação, agradeço a minha família todo apoio, confiança, renúncia e investimento. Eu não cheguei aqui sozinha, pois em tudo está tatuado esse aprendizado coletivo.

Agradeço ao meu avô paterno **Luiz Sergio do Nascimento** que sempre depositou em mim uma confiança que nem eu era capaz de ter. Pela sua beleza de me motivar em cada risco e rabisco, por colecionar cada vitória, por me fazer cafuné em cada leitura, por me ensinar cuidado, paciência, dedicação e silêncio, por imprimir em mim sua força, por me ensinar que para defender os seus não precisa alterar a voz, por me acompanhar na escrita e sempre me lembrar o que eu precisava escrever, por ficar ao meu lado sempre e por me permitir ficar ao seu lado até o último dia da sua vida.

Agradeço a minha avó paterna **Neuza Rodrigues do Nascimento** por me ensinar que bondade depende de si e não dos outros, por ser minha melhor amiga, por me ensinar a ter fé e que força não é apenas uma habilidade física, por me lembrar que ser presente na vida do outro é uma questão de escolha e que para continuar a caminhar é preciso reconhecer as próprias fraquezas, para não se deixar sucumbir.

Agradeço às minhas tias e tio, **Marilene Rodrigues do Nascimento**, **Sandra Rodrigues do Nascimento** e **Antonio Sergio do Nascimento Neto,** por todo cuidado, carinho e ternura, por me ensinarem responsabilidade, por cuidarem dos meus estudos e por me aportarem os caminhos. Agradeço à minha mãe, **Nilza Souza** pelas renúncias que precisou fazer ao longo da vida, pela força na trajetória e pela habilidade de se reinventar diante das dificuldades.

Agradeço às minhas irmãs e irmãos, **Laiz, Danuza, Luizinho, Júnior, Tais, Paulo Henrique** e **Rodrigo** com que pude aprender a superar medos, a debater, a brigar e viver/conviver em sociedade. E que presentearam minha vida com minhas sobrinhas e sobrinhos, **Carolina, Arthur, Lucas, Nauã, Lorena, Thuane, Rayane,**

Heitor, Nicole e Nícolas que me inspiram cotidianamente a viver o novo.

Agradeço imensamente ao meu companheiro, namorado e marido **Rodrigo Silva** que se mantém presente, participativo e colaborador do sonho de uma carreira acadêmia, mesmo com todas as adversidades.

A aventura de construir uma carreira acadêmica é marcada por muitas mãos que nos conduzem pelo caminho e que somam forças, por isso agradeço ao departamento de pós-graduação do **CEFET Maracanã**: a equipe administrativa, **Sheila, Carlos e Tânia**, assim como a equipe docente do Programa de Relações Étnico-Raciais, em especial **Talita, Roberto, Elisângela, Cristina e Fábio** pela amizade, cuidado em cada leitura, correção e comprometimento com a nossa formação.

Ao meu querido orientador, **Samuel Oliveira,** que, além de ser um professor dedicado, foi o encontro mais assertivo desta trajetória. Com quem pude aprender muito sobre comprometimento, desafio e escolhas. Agradeço a escuta afetuosa e a generosidade nesta pesquisa, na parceria do navegar a partir das suas experiências, imprimindo as minhas e ampliando o entendimento e os olhares sobre o campo de análise. Agradeço a amizade conquistada durante o processo e pela comunicação cuidadosa que conquistamos, principalmente nos momentos em que mais discordamos. Muito obrigada!

Agradeço a Banca Examinadora, **Talita** e **Ana Paula**, pelo rigor e afetuosidade da análise, pelo desafio, pelos caminhos desenhados como proposta, pelo presente da ternura que representam no espaço acadêmico diante dos momentos mais delicados do processo: qualificação e defesa. A Talita, em especial, por acreditar na pesquisa desde o processo seletivo, na etapa da entrevista, pela inspiração nos estudos do letramento, pelo incentivo, escuta e sensibilidade. A Ana Paula por representar a intelectualidade negra na multiplicidade de saberes, contribuindo, assim, para novas abordagens analíticas neste processo de escrita.

Acredito na amizade como reencontro e por isso não tenho como deixar de expressar aqui a minha felicidade de reencontrar pessoas tão incríveis que me inspiram pela simplicidade, garra e comprometimento na luta pela construção de uma sociedade antirracista, minha amiga **Adilaine Soares** companheira, dedicada, amorosa, que se faz presente em todos os momentos difíceis e felizes da minha vida, mesmo na correria do dia a dia. E xs amigxs que ganhei e reencontrei ao longo da jornada no PPRER, **Elbert, Sandra, Adriano, Jorge, Wendell, Carolina Netto,**

Gláucia, Priscila, Andréia, Bianca, Simone, Alessando, Humberto, Laura, Luana Natureza, Samantha, Ana Cláudia, Karina, Diego Francisco, Mariane, Marina, Rachel, Tiago, Fernanda, Luther, Rodrigo Neres, Andreza, Cleide, Dandara, Lavini, Evelyn Dias, Evelyn Mello, Natalia Romão, Nathalia Borges, Mariana, Aline, Heloisa, Carlos Alberto, Fernanda Santos e Carolina Teixeira. Caminhar com vocês e encontrar amizade, em um espaço marcado pela competitividade, tornou o processo de aprendizagem no mestrado uma das mais deliciosas aventuras. Principalmente pela experiência como representante discente e por avaliarem em mim características positivas silenciadas pelo racismo e machismo ao longo da minha trajetória. Com vocês aprendi a lutar pelo que acredito, a me posicionar como mulher negra e reconhecer a força da luta coletiva, que para nós passa pelo conhecimento ancestral do quilombo.

Agradeço também a equipe do **Museu Vivo do São Bento – MVSB – e da Associação de Professores e Pesquisadores de História – APPH-Clio –** pelo comprometimento na luta pelo direito a Memória, História e Patrimônio na cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense, nos caminhos traçados e nas lacunas deixadas. Agradeço em especial os professores **Marlucia, Nielson, Alexandre, Antonio Augusto** por toda amizade conquistada para além da formação acadêmica e das parcerias profissionais. Vocês inspiram gerações na Baixada Fluminense!

Gratidão! **P**ela amizade, respeito e contribuição de todos no meu encontro como pesquisadora negra na Baixada Fluminense.

um ECOMUSEU de percurso

MUSEU VIVO DO SÃO BENTO



RESUMO

Museu Vivo do São Bento: Um diálogo com as Memórias Negras na construção de novas narrativas sobre a cidade de Duque de Caxias

Esta dissertação analisa as memórias negras acionadas pelo Museu Vivo do São Bento e como elas auxiliam nas ações de educação patrimonial do museu, problematizando as operações e possíveis transformações produzidas na identidade de jovens negros e negras no Bairro São Bento em Duque de Caxias. Nos vestígios para o entendimento do que compreende as ações do museu a trajetória de análise inicia nos aspectos de tensão na reescrita da narrativa oficial da cidade, por professores-pesquisadores de história da região da Baixada Fluminense, que desenvolveram uma pauta pela preservação dos patrimônios históricos que amparam as memórias de luta e de vivência negra no reescrever da narrativa da cidade de Duque de Caxias, que passou a incluir o protagonismo das memórias negras. Desta forma, identificou a disputa pelo direito à História e Memória com a movimentação as ações de luta pelo Patrimônio Cultural em Duque de Caxias. A análise da participação de jovens no programa de educação patrimonial do museu, impulsionou à compreensão de como estes jovens construíram para si posicionamentos político-social, após terem contato com o protagonismo negro na configuração da cidade de Duque de Caxias

Palavras-chave: História; Memória Negra; Patrimônio; Educação; Letramento

ABSTRACT

Museu Vivo do São Bento: A dialogue with Black Memories in the construction of new narratives about the city of Duque de Caxias

The present dissertation analyzes the black memories triggered brought forward by the Museu Vivo do São Bento and how they help in the development of education actions of the museum, problematizing the operations and possible transformations produced in the identity of black and black young people in the São Bento in Duque de Caxias city. In the vestiges for the understanding of what comprises the actions of the museum the analysis trajectory begins in the aspects of tension in the rewriting of the official narrative of the city, by teachers-researchers of history of the region of Baixada Fluminense, who developed a pattern for the preservation of historical patrimonies that support the memories of struggle and of black experience in the rewriting of the narrative of the city of Duque de Caxias, that started to include the protagonism of the black memories. In this way, it identified the dispute for the right to History and Memory with the movement the actions of fight for the Cultural Heritage in Duque de Caxias. The analysis of the participation of young people in the patrimonial education program of the museum, led to the understanding of how these young people built for themselves political-social positions, after having contact with the black protagonism in the configuration of the city of Duque de Caxias.

Keywords: History; Black Memory; Heritage; Education; Literacy

SUMÁRIO

Introdução		**12**
1	**Professores-Pesquisadores na construção de uma nova historiografia e a luta pelo patrimônio na cidade de Duque de Caxias.**	**17**
1.1	A elasticidade da região da Baixada Fluminense. Um olhar da alteridade na formação social e delimitação geográfica.	17
1.2	Militância político-religiosa e político-partidária na Baixada Fluminense: Igreja Católica e professores-pesquisadores em movimento.	22
1.3	Militância acadêmica: o caminho para formação da rede de intelectuais em Duque de Caxias.	28
1.4	A rede de acadêmicos: A FEUDUC como espaço de atuação política dos professores-pesquisadores.	231
1.5	Grupo geracional e as pesquisas sobre Baixada Fluminense.	337
2	**O Museu Vivo do São Bento em diálogo com as memórias de resistência negra na região: Patrimônios e Memórias.**	**64**
2.1	Estudos de Campo	64
2.2	Sítio Arqueológico e a luta pelo Patrimônio.	74
2.2.1	A descoberta do Sambaqui do São Bento e a luta pela patrimonialização.	76
2.2.2	Defesa pelo Patrimônio Histórico e Cultural no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias.	80
2.3	Museu Vivo do São Bento e as edificações.	83
3	**Educação Patrimonial e Reexistência das Memórias Negras: O museu como ferramenta para os Jovens Agentes do Patrimônio.**	**98**
3.1	Entre Memórias: educação patrimonial como espaço de luta por políticas públicas.	98
3.2	Entre “Letramentos de reexistência”: a reexistência das memórias negras.	103
3.3	O Programa Jovens Agentes do Patrimônio	106
Considerações Finais		**125**
Referências		**128**

Introdução

A presente dissertação analisa a construção de novas narrativas sobre a Memória e História na cidade de Duque de Caxias a partir do programa de educação patrimonial "Jovens Agentes do Patrimônio"[1] promovido pelo Museu Vivo do São Bento, MVSB, o primeiro museu criado por reivindicação social em Duque de Caxias, inicialmente caracterizado como ecomuseu e museu de percurso. Localizado no bairro São Bento, segundo distrito de Duque de Caxias, o MVSB se configurou como um espaço de integração social, com ações que visam preservação do meio ambiente e dos lugares de memória, pois na sua extensão territorial tem uma área de preservação ambiental (APA) que integra sua narrativa de defesa do patrimônio.

O MVSB é composto por lugares de memória que dialogam com diferentes tempos históricos para recontar a história da cidade. Separados geograficamente, estes lugares são interligados por um percurso que auxilia na configuração de uma nova narrativa sobre a região. A institucionalização do museu ocorreu como reflexo da ação de professores-pesquisadores de história do município de Duque de Caxias, aliados com outros grupos sociais da cidade. Uma aliança que contribuiu para salvaguarda do conjunto arquitetônico presente no bairro São Bento, assegurada pela criação do museu, com aprovação da Lei Municipal Nº 2224, de 07 de novembro de 2008.

A legitimação do conjunto arquitetônico no percurso do museu iniciou na década de 1990 devido às ações pedagógicas de professores vinculados a Associação de Professores-Pesquisadores de História da Baixada Fluminense – APPH-Clio. Tais ações pedagógicas eram desempenhadas por Estudos de Campo, sobre a história da região da Baixada Fluminense, ministrados por professores do Departamento de História da faculdade FEUDUC (Fundação Educacional de Duque de Caxias – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias), e que são

1- "Criado em 2010, o programa Jovens Agentes do Patrimônio é uma ação de educação patrimonial-museal sonhada com o intuito de fortalecer vínculos de aprendências, tão mútuas quanto múltiplas, com a comunidade do grande São Bento, sempre a partir de abordagens que se articulam em torno de memória – patrimônio – afetos, a fim de que os jovens possam se construir identitária e discursivamente na relação consigo mesmos, com o outro e com o ambiente." (MVSB, s/d) fonte: http://www.museuvivodosaobento.com.br/projetos/jovens-agentes-do-patrimonio

membros fundadores da APPH-Clio.

O formato dos estudos gerou uma autonomia para as memórias, com a possibilidade do protagonismo de narrativas contra-hegemônicas, contribuição no reescrever da história oficial da cidade e o restabelecimento da conexão do indivíduo com a região. Uma ação possibilitada pela abordagem da memória de luta dos movimentos sociais (alguns vinculados a Igreja Católica com atuação na Baixada Fluminense), das associações de moradores e da contribuição negra na formação da região.

A APPH-Clio fomentou o recontar da história da região através do desenvolvimento de pesquisas, amparadas metodologicamente pela História Oral. Ao revisitar as memórias, se estabeleceu um reconhecimento com a prática de militância e um desconforto com as narrativas oficiais. A aproximação das vivências locais com as pesquisas ampliou e proporcionou a compreensão dos processos de modificação da vida social e assim uma conexão do indivíduo com o contexto regional.

Em 2002, no segundo ano do ensino médio iniciei os estudos na FEUDUC e em 2003, com dezesseis anos, no último ano do ensino médio, fui convidada para estagiar no Centro de Memória, Pesquisa e Documentação da História da Baixada Fluminense, que funcionava na instituição e era vinculado ao Departamento de História da faculdade. Entre anos de 2004 e 2007 fiz a graduação do curso de Licenciatura em História da FEUDUC como bolsista e estagiária. No Centro de Memória atuei na organização do acervo permanente e no apoio às pesquisas acadêmicas. No Departamento de História exercia funções administrativas (elaboração de calendários de prova, materiais pedagógicos, transcrições de entrevistas), além da organização de congressos e das ações desenvolvidas pela APPH-Clio.

A proximidade com as práticas de atuação da APPH-Clio me proporcionou participar do Grupo de Teoria da História, voltado para o ingresso no mestrado, e nos Estudos de Campo desde os primeiros períodos da graduação. Assim a minha compreensão pela História estava intimamente apoiada nas pesquisas sobre a História Local e Regional.

Entre os anos de 2007 e 2008 atuei como estagiária na organização do acervo do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação em Duque de Caxias (SEPE/Caxias) e em 2009 com a mesma função, mas como prestadora de serviço. No ano de 2010 eu iniciei na função administrativa no Centro de Referência Patrimonial e Histórico da Cidade de Duque de Caxias, CRPH, instituição que auxilia na

coordenação e direção do MVSB. Com a abertura e instalação da sede administrativa do museu, eu passei a desempenhar a função de organização inicial do arquivo institucional, com uma estrutura de acervo permanente, voltado para pesquisa sobre a região da Baixada Fluminense. Trabalhei na sede do museu até o ano 2013 com o desenvolvimento de pesquisas, publicação de livro digital e com as prestações de contas anuais do trabalho realizado pelo CRPH e MVSB, o que motivou a pesquisa sobre as ações pedagógicas do museu.

Ainda que o museu receba no presente muitos frequentadores ligados às universidades, os moradores locais constituem a base da ação do museu. E a memória negra sempre foi constante no espaço museal. Principalmente por se tratar de uma região composta por uma população de maioria negra, que possui suas memórias marcadas no tempo e no espaço, por meio das histórias contadas no portão, da religiosidade e ancestralidade (ressignificada pelos saberes populares), nos monumentos que sobrevivem ao tempo e na prática cotidiana de resistência. Com a movimentação das memórias negras entre o passado e o presente e com o reconhecimento dos elementos quilombolas presentes na região o MVSB atuou na multiplicação e ressignificação da região como espaço de luta e resistência negra.

A análise do quanto a ação de educação patrimonial do MVSB possibilitou aos jovens uma reconstrução dos sentidos sobre si compreende o objetivo específico desta pesquisa, com a investigação do impacto que exerceu na identidade negra, com o reconhecimento da contribuição e protagonismo da memória negra para o desenvolvimento regional.

Desta forma, compreendeu como objetivos gerais a (1) identificação do alcance que o programa de ação patrimonial estabeleceu com as vivências dos jovens de maioria negra que participam das atividades, (2) os efeitos dos programas no cotidiano da prática pedagógica de educação patrimonial, (3) se é possível reconhecer estes efeitos na dinâmica e interação das pessoas com os patrimônios culturais, (4) e se o museu atuou como articulador da preservação da memória e da identidade negra presente na região.

Inicialmente, como estratégia metodológica a presente pesquisa relacionou os esforços tomados na mudança das narrativas oficiais, que consolidaram o poder na região, e como essa mudança foi impulsionada pela necessidade da quebra do silenciamento das lutas da sociedade civil e as relações trabalhistas presentes na região. O diálogo com a compreensão dos professores-pesquisadores sobre o espaço

acadêmico da FEUDUC, entre os anos de 1980 e 2008, proporcionou a compreensão de como ocorreram as amplificações das ações da sociedade civil. Com o impacto na formação de professores que atuam na região e com conexões entre narrativas que reconhecem as memórias dos moradores como importantes na reestruturação da cidade.

O primeiro capítulo desta dissertação apresenta o debate da formação dos grupos de intelectuais oriundos dos movimentos sociais que, ao ingressarem na universidade, sentiram o incômodo da imposição das narrativas oficiais. Tal incômodo provocou a percepção de que a configuração de novas narrativas eram necessárias para luta pelo direito à memória, indicando o valor simbólico que compreendeu a defesa pelo patrimônio na cidade. Com a compreensão dos espaços acadêmicos como um meio do investimento em pesquisas, da problematização das interações sociais e do conhecimento produzido na região como possibilidade de desconstrução e ressignificação das narrativas. Os militantes sociais ao ingressarem na faculdade desenvolveram pesquisas e olharam a consolidação de carreiras acadêmicas como meio estratégico para rompimento com os limites invisíveis impostos pela configuração do poder na cidade e região.

O segundo momento da pesquisa apontou para investigação do diálogo entre museu e cidade, que ao atuar em uma região periférica que também produz periferia, permitiu a modificação do olhar dos moradores sobre a noção de prédios antigos, como representação de memórias sobreviventes aos efeitos do tempo e da ação humana.

A interligação de diferentes agentes e agenciamentos garantiu a afirmação institucional do MVSB, que ultrapassou as fronteiras museais, com ações de educação patrimonial que dialogam com a configuração social da cidade. A amplificação da compreensão dos mecanismos que consolidam os patrimônios como bens, cuja ideia de propriedade está aliada à coletividade, permitiu aos agentes uma descontinuidade dos padrões que consolidaram alianças e estruturaram definições sociais que permeiam a esfera do poder público, o que movimentou um campo de disputa pelo patrimônio na cidade de Duque de Caxias.

O terceiro momento está diretamente ligado ao estudo de casos. A pesquisa conta, a priori, com a análise dos documentos de prestação de contas (textos e imagens) sobre as ações de educação patrimonial do programa Jovens Agentes do Patrimônio1. O desenvolvimento deste capítulo buscou a compreensão sobre como

ocorreram as interações dos jovens com as memórias negras da região.

1- Professores-Pesquisadores na construção de uma nova historiografia e a luta pelo patrimônio na cidade de Duque de Caxias

Professores-pesquisadores correspondem a um grupo de professores licenciados em História que tiveram, na sua maioria, uma sua formação acadêmica na Baixada Fluminense. Diante das vivências como militantes sociais reconheceram a ausência das lutas populares nas narrativas oficiais da Baixada como indicativos para manutenção do poder pelas elites locais. Essas configurações impulsionou a organização política dos professores em associativismo, com o incentivo de uma produção historiográfica para incluir as memórias e demandas populares nas narrativas oficiais das cidades que compõem a Baixada Fluminense. A estrutura curricular da Licenciatura Plena em História se estabeleceu como o principal desafio a ser vencido. E foi diante deste desafio que os professores-pesquisadores se organizaram para criação de uma estrutura como uma garantia da qualidade e validação das pesquisas por eles produzidas.

Este capítulo analisou o contexto social e político que interagiu na formação desses intelectuais antes mesmo do ingresso na graduação, para compreender a estruturação das pesquisas, como elas possibilitaram a construção de novas narrativas e como que este movimento influenciou na luta por Patrimônio e Memória na cidade de Duque de Caxias.

1.1 – A elasticidade da região da Baixada Fluminense. Um olhar da alteridade na formação social e delimitação geográfica.

O contexto de carência social estruturou o diálogo com as ações para o enfrentamento da realidade na Baixada Fluminense, como uma prática para resistir a negligência do poder público e o desenvolvimento de estratégias de transformação da realidade social da região.

O sociólogo José Cláudio Souza Alves, na análise da violência na estruturação do poder na região, em seu livro “Dos Barões ao Extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense” (2003), abordou o contexto simbólico da delimitação geográfica da região como um processo, cujas fronteiras são apresentadas de “forma elástica”, se ajustando conforme as demandas e as problemáticas que se impõem na vida social (ALVES, 2003, p 15), como um diálogo que se construiu em torno da violência, como referencial para estruturação das relações sociais e, por conseguinte às lógicas de poder.

> Quando, no dia 30 de agosto de 1993, a favela de Vigário Geral expunha ao mundo os 21 mortos da maior chacina cometida pela Polícia Militar no Rio de Janeiro, uma deputada federal lamentou, no rádio, a tragédia ocorrida naquela “favela da Baixada Fluminense” (sic!). Assim, o bairro, que na verdade pertence ao subúrbio carioca, foi incorporado à Baixada. Esse equívoco, por sua vez, revela o problema dos limites dessa região. O aspecto geográfico acaba se relacionando com o político e com o social na construção de fronteiras não muito precisas. (ALVES, 2003, p 15)

A veiculação de notícias sobre a região como violenta reproduziu um imaginário de que pertencer a Baixada Fluminense era algo ruim e, nesse sentido, ora se ampliou, ora se reduziu a delimitação fronteiriça. José Cláudio Alves (2003) abordou justamente o contexto elástico diante de notícias como referência à criminalidade em manchete jornalística, bairros pertencentes a municípios vizinhos aos da Baixada Fluminense eram veiculados como integrantes da região, por exemplo o bairro Vigário Geral (município do Rio de Janeiro) e a reportagem da chacina de Vigário ocorrida na década de 1990.

No entanto, o debate sobre a construção da delimitação da região e seus municípios levaram em consideração o enquadramento das mazelas sociais neles vivenciadas. Consequentemente, teve o efeito de silenciamento das diversidades existentes nas trocas de contato entre os que compartilham as problemáticas do lugar e atuam com práticas de resistência e luta para construção de novas realidades.

A existência de uma “forma elástica” para definição da Baixada Fluminense enquadrada pela temática da violência, em termos administrativos, passou por regulamentos que enfatizaram aspectos urbanísticos. A Fundação para o

Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM) instituída através do Decreto-lei nº 14, de 15 de março de 1975, como uma das instituições que construiu uma delimitação geográfica da região, referenciou o grau de urbanização e a densidade populacional para definir um conjunto de municípios como Unidades Urbanas Integradas do Oeste (UUIO) (ALVES, 2003, p. 15). Essa definição proporcionou o agrupamento de municípios da região Metropolitana para uma subcategoria regional, a região Baixada Fluminense, composta pelos municípios de "Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Queimados, Japeri e Mesquita" (SOUZA, 2014, p. 15).

A historiadora Marlucia Santos de Souza, em seu livro "Escavando o Passado da Cidade: História Política da Cidade de Duque de Caxias" (2014), apontou, além da delimitação instituída pela FUNDREM, uma outra delimitação geográfica baseada no recorte político-administrativo do poder público da década de 1990, que estabeleceu como pertencentes à região os municípios de "Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Belford Roxo, Queimados, Mesquita, Japeri, Nilópolis, Magé, Guapimirim, Paracambi, Seropédica e Itaguaí" (SOUZA, 2014, p. 16).



Figura 1 – Região da Baixada Fluminense. Municípios.
Fonte: Jornal O Globo (2014)

Levando em consideração a compreensão da estrutura regional, ou falta de estrutura, referenciada pela FUNDREM (urbanização e densidade demográfica), a populosa região da Baixada Fluminense foi marcada ao longo do século XX, pela falta de investimento público em saneamento básico, saúde, educação, moradia, além de não haver políticas públicas para o desenvolvimento cultural e melhor qualidade na vida social, que pudesse beneficiar os residentes na região como um todo.

Tabela 1 – População da Baixada Fluminense

Município	População	Município	População
Duque de Caxias	855.048	Queimados	137.962
Nova Iguaçu	796.257	Itaguaí	109.091
Belford Roxo	469.332	Japeri	95.492
São João de Meriti	458.673	Seropédica	78.183
Magé	227.322	Guapimirim	51.483
Mesquita	168.376	Paracambi	47.124
Nilópolis	157.425		
Total Estado do RJ	15.993.583	Total Baixada Fluminense	3.678.771

Fonte: Dados IBGE[2], 2010.

A região da Baixada Fluminense é composta, segundo o censo de 2010 do IBGE, por um pouco mais 3,6 milhões de habitantes e ainda hoje sofre com problemas de infraestrutura, o que impulsiona a reivindicações de direitos. A configuração da população é marcada em sua maioria por negros que trabalharam nas fazendas do período colonial e permaneceram na região pós abolição e por imigrantes, principalmente do nordeste do Brasil que passam a aumentar o fluxo populacional durante a segunda metade do século XX. Mesmo os imigrantes nordestinos que

2 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

passam a residir na Baixada Fluminense são de maioria negra (pretos e pardos).

Tabela 2 – Classificação dos municípios do estado do Rio de Janeiro segundo a quantidade de habitantes negros.

	Município	População
1	Rio de Janeiro	2.325.182
2	Nova Iguaçu	507.885
3	Duque de Caxias	446.449
4	São Gonçalo	405.808
5	Belford Roxo	260.097
6	São João de Meriti	260.034

Fonte: FERNANDES, 2016.

Duque de Caxias contabilizou no Censo de 2010 do IBGE 855.048 habitantes, dos quais 446.449 correspondiam a população negra (FERNANDES, 2016), aproximadamente 52,22% da população caxiense. Esses dados apresenta uma região de maioria negra e que mais carece de investimento público. A ausência dessa maioria nas narrativas oficiais correspondeu a parte do tensionamento dos professores de História da região para elaboração de novas narrativas, tendo como base as relações de trabalho.

Os aspectos de escassez de investimento público contribuíram para o surgimento de grupos civis organizados, que desenvolveram uma dinâmica de reivindicações sociais, junto ao poder público, a fim de estabelecer garantias mínimas de direitos individuais e coletivos na região.

> A Baixada Fluminense, no início da década de 1980, foi marcada pela articulação de diversos movimentos populares e organizações comunitárias, como associação de moradores, CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e o Movimento Amigos de Bairro. Esses

> movimentos se organizaram a partir de setores da própria comunidade ainda no período da ditadura militar, tendo como principais bandeiras a luta pela democracia, pelo direito à saúde, saneamento básico, educação e moradia; principais demandas de uma região que, desde os anos de 1940, enfrentava um crescente e desordenado processo de urbanização. (NASCIMENTO, 2009, p 23)

A organização dos moradores, na reivindicação por direitos com a estrutura de associações, possibilitou o encontro de grupos da sociedade civil de diferentes áreas de atuação (saúde, educação, movimentos negros, saneamento etc). O que permitiu a amplificação das demandas por direitos e das atividades de formação dos membros das associações de moradores, com o apoio da Igreja Católica, com a atuação junto ao processo de alfabetização, aliando as reivindicações ao campo da educação básica.

Foi no contexto de reivindicações que a Baixada Fluminense foi um processo de formação educacional, estruturado em associações de moradores e movimentos pastorais, que compuseram a base política de intervenção na historiografia das cidades da região pelo grupo de professores-pesquisadores de História.

1.2 – A elasticidade da região da Baixada Fluminense. Um olhar da alteridade na formação social e delimitação geográfica.

O processo de abertura política, iniciado na década de 1970 que conduziu para redemocratização nacional, fez reflorescer e tirar da clandestinidade uma dinâmica de pressão popular por investimento público em infraestrutura (econômico, social e cultural), assim como fez surgir uma competição entre partidos políticos.

Eduardo Cesar Marques no debate sobre agências de saneamento, no artigo “Equipamentos de saneamentos e desigualdades no espaço metropolitano do Rio de Janeiro” (1996) identificou uma dinâmica de “movimentos urbanos engajados na luta contra os aumentos dos sistemas financeiros de habitação”. (MARQUES, 1996, p 187) que auxiliaram nas transformações do espaço urbano. Os debates sobre a luta por terras e direito à moradia se ampliou por intermédio da FAMERJ (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro) voltada para

> “regularização de loteamentos irregulares e clandestinos (especialmente na zona oeste), na alteração das condições e vida em favelas - FAFERJ (Federação de Associações de Favelados do Estado do Rio de Janeiro) - e nas demandas por serviços públicos visando à melhoria da qualidade de vida na Baixada Fluminense. Durante o período, foram criadas as federações municipais na Baixada Fluminense - o MAB (“Movimento Amigos de Bairro”) de Nova Iguaçu, a ABM (“Amigos de Bairros de Meriti”) de São João de Meriti e o MUB (Movimento União de Bairro”) de Duque de Caxias. (MARQUES, 1996, p 187-188)

O agrupamento dos bairros em federações possibilitou estruturar pautas de reivindicações, permeada por um objetivo comum. O que produziu um efeito de fortalecimento de diferentes formas de agenciamento. No entanto, as estruturações regionalistas de poder fizeram surgir, além da demanda popular, diversas disputas entre partidos políticos, ao reconhecerem a força crescente nessas associações. Além do fato de parte dos membros das associações se filiarem a partidos políticos, para que o debate desempenhado pudessem ganhar concretude ao atuarem na esfera pública, sobretudo, na legislativa, como por exemplo a eleição para vereador de José Zumba Clemente da Silva, em 1998, pelo Partido dos Trabalhadores (PT)[3], um homem negro ligado ao Movimento União de Bairros (MUB) de Duque de Caxias e à Diocese de Duque de Caxias e Nova Iguaçu.

A disputa que ocorreu entre os partidos políticos se estabeleceu pela dimensão que o PT começou a obter, especificamente no contexto da Baixada Fluminense, durante as duas últimas décadas do século XX, principalmente no município de Duque de Caxias, devido a característica de acolhimento das lutas sociais e das pautas sociais de reivindicações com a intermediação dos agentes das associações de moradores que passaram a atuar como agentes político-partidários.

Os professores-pesquisadores, analisados no decorrer deste capítulo, tiveram como base de formação as experiências nos grupos pastorais ligados às Comunidades Eclesiais de Base – CEB´S – (pastoral do negro, pastoral da mulher, pastoral da saúde, pastoral operária), o que caracterizou uma militância político-religiosa, assim como, a militância político-partidária com filiação no Partido dos

3 Conhecido com a titulação de Zumba, o vereador era membro do Movimento União de Bairros em Duque de Caxias e da CEB’s (Comunidades Eclesiais de Base) da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti.

Trabalhadores, durante a década de 1980 na Baixada Fluminense.

Andréa Cristina Silva em sua dissertação “Caminhos do Sindicalismo: Trajetória de vida de professores do SEPE/Baixada Fluminense” (2012) analisou a formação das bases desses professores da região e apontou o diálogo entre as ações desempenhadas pelas associações de moradores. Segundo Silva (2012), o movimento de articulação dos bairros em federações na Baixada Fluminense tinha como eixo fundamental uma preocupação com a formação de sua base, que pudesse garantir autonomia e formar suas lideranças.

A organização das lideranças das associações de moradores, de acordo com a pesquisa de Silva (2012), estavam interligadas à Igreja Católica pela configuração das CEBs, em Nova Iguaçu com a atuação de Dom Adriano Hypólito (assassinado em 1996) e em Duque de Caxias e São João de Meriti com Dom Mauro Morelli, que compartilharam a estrutura da igreja com os movimentos populares e estabeleceram um apoio para o desenvolvimento de ações para modificar a realidade de ausência de investimento na Baixada, como serviços ambulatoriais, por exemplo. A característica do apoio da Igreja Católica foi estratégica na Diocese de Nova Iguaçu, com o investimento em formação política a partir do questionamento de “Que Baixada Fluminense queremos ter daqui a 10 anos?” (SILVA, 2012, p 68), e na Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti, com cursos sobre história da Baixada e o papel das associações de moradores (SILVA, 2012, p 72).

Durante o processo de modificação da estrutura política nacional, algumas das agências governamentais da ditadura militar, utilizadas para aproximação com a população e, consequentemente, vigiar e suprimir a possibilidade de manifestações (principalmente no campo), se mantiveram e/ou foram reinventadas para alcançar os movimentos populares. A Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Fundação Educar) representou uma dessas agências.

Estruturada como um projeto para diminuição dos altos índices de analfabetismo entre a população adulta, concentrada nas zonas periféricas, a Fundação Educar, criada a partir do Decreto nº 91.980, de 25 de novembro de 1985, se estruturou como um processo de transformação da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), criada com “viés ideológico diferenciado” em 15 de dezembro de 1967, por meio da lei nº 5.379 (SOUZA JUNIOR, 2012, p 15) em pleno governo militar.

Mauro Roque de Souza Junior na tese de doutorado “A Fundação Educar e a

Extinção das Campanhas de Alfabetização de Adultos no Brasil" (2012), analisou o contexto de formação e extinção da Fundação Educar e investigou o processo de transição do Mobral. Segundo o autor, o Mobral representava um instrumento de escuta em todo país, "como forma de controle do campo à época da guerrilha rural e de popularização do governo militar" (SOUZA JUNIOR, 2012, p 16). Diante da função que desempenhou implicitamente, a demanda pelo fim da instituição Mobral se apresentou como essencial. E seus objetivos foram reformulados para dar conta do novo quadro político nacional de redemocratização, "alterando sua denominação para Fundação Educar (SOUZA JUNIOR, 2012, p 49).

Souza Junior identificou que a Fundação Educar tinha como principal característica a "descentralização administrativa" (SOUZA JUNIOR, 2012, p. 50) com desenvolvimento de projetos regionalizados com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, conveniados através das Secretarias de Educação, devido a atuação como financiadora e supervisora dos projetos. No entanto, a fundação, como forma de aproximação com os agenciamentos não governamentais, previu o recebimento de projetos de gerenciamento autônomo, através da estruturação titulada "Projetos Alternativos".

> Projetos Alternativos, denominação dada aos projetos que possuíam características fundamentais diferentes dos habituais financiados, caracterizando um outro espaço de atuação da Educar, os quais demandavam investimentos em infraestrutura e apoio, como o "Projeto de Educação Básica para a Baixada Fluminense/RJ", o "Projeto de Educação Básica de Jovens e Adultos de Comunidades de Periferia de Salvador", criado pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia e o "Projeto de Educação Básica do Centro de Educação e Cultura Popular (CECUP), também na periferia de Salvador/BA. Esse investimento nos Projetos Alternativos visavam a busca de metodologias próprias e diferenciadas que sinalizassem a possibilidade de implantação de uma nova reflexão sobre todo o processo de alfabetização de adultos. (SOUZA JUNIOR, 2012, p 113-114)

O Projeto Alternativo surgiu como uma demanda em resposta à parceria e cobrança feita pela Organização das Nações Unidas – ONU, para romper com a alta taxa de analfabetismo entre jovens e adultos no país. Entretanto, o desenvolvimento deste modelo de projeto possibilitou que as federações de bairros atuassem utilizando

recursos, os quais não possuíam, para aproximar os moradores com as suas estruturas de agenciamento e, posteriormente, de reivindicações sociais.

O Movimento União de Bairros (MUB), criado em 1983, e o Movimento Amigos de Bairro (MAB), criado em 1981, (MARQUES, 1996, p 188) atuaram em um Projeto Alternativo da Fundação Educar, o “Projeto Educação Básica para a Baixada Fluminense”, em 1989, que, segundo Mauro Souza Junior (2012), teve sua ação desenvolvida com a participação da

> “Igreja Católica, as Associações de Moradores e Centros Comunitários nos municípios de Duque de Caxias, São João do Meriti e Nova Iguaçu, buscando superar o desafio de implementar, junto aos movimentos organizados da sociedade civil, de forma democrática, uma nova maneira de atuação no campo educacional” (SOUZA JUNIOR, 2012, p 113)

Os movimentos sociais da região possuíam ações interligadas, visto que a base de sua organização (igreja, associações de moradores e centros comunitários) estavam vinculados a uma estrutura de menor proporção, os bairros, que agregou pequenos espaços da região e possibilitou uma aproximação dos moradores no desenvolvimento das pautas de reivindicações junto ao poder público, com a ampliação e fortalecimento da luta por direitos.

O estabelecimento de estratégias de modificação da realidade social, pautadas no desenvolvimento educacional, compreende uma reação a lógica de dominação, na qual a ausência de direitos fundamentais para uma sociedade, seja na Baixada Fluminense ou fora dela, passou pelo não reconhecimento dos cidadãos de quais são os seus próprios direitos e como reivindicá-los.

A pesquisa da Andréa Cristina Silva (2012), sobre o estabelecimento de uma autonomia no desenvolvimento do “Projeto Educação Básica para a Baixada Fluminense”, foi complementar na compreensão de estratégias ao apontar a utilização de Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire (publicada pela primeira vez em 1968), como referencial teórico e a articulação de vários núcleos, geograficamente distantes, para garantir a sua execução

> o Projeto de Educação Básica da Baixada Fluminense que previa a alfabetização pelo método Paulo Freire de oito mil alunos adultos, contou com a participação do MAS, do MUB, da Cáritas Diocesana de Nova Iguaçu, do Clube de Mães da Taquara (Duque de Caxias), da Associação do Bairro dos Cavalheiros e da AM do Canal Meriti. (SILVA, 2012, p 72)

Essa estratégia de ressignificação do Projeto Alternativo apresentou um legado de resistência desenvolvido pelas comunidades de base, periférica e de maioria negra para o estabelecimento, através da educação e utilizando diferentes recursos disponíveis, de transformação da realidade da Baixada Fluminense, na década de 80 e 90. A ressignificação do Projeto Alternativo fez com que a Fundação Educar perdesse o sentido para o qual foi atribuído sua permanência, como agência reguladora na manutenção do poder, o que apontou a extinção da Fundação Educar em 1990 (SOUZA JUNIOR, 2012 p 15). A educação possibilitou uma interferência na dinâmica da realidade. E o processo de abertura política nacional, nas últimas décadas do século XX, assim como a retirada da figura do interventor[4] na cidade de Duque de Caxias, proporcionaram uma retomada da luta por direitos na cidade e região.

Em análise do documento organizado pela equipe técnica do Projeto Educar, de 1989, Wanderléia Torma Monteiro (2011) apontou para o objetivo do projeto de "construir uma relação entre o poder público, representado pelo Projeto Educar, e os movimentos sociais crescentes na Baixada Fluminense" (MONTEIRO, 2011, p 133), o que possibilitou ultrapassar os bloqueios bairristas, ocasionados pelos isolamentos regionalistas, utilizados como tática para permanência de pequenos grupos no poder, e que gradualmente era quebrada pelos movimentos sociais, por meio da proximidade de ação dos moradores reunidos em associações.

Ainda na pauta educacional, a Igreja Católica foi uma articuladora na transformação social da Baixada Fluminense apoiando e investindo na formação dos agentes sociais da região. Foi, por exemplo, a Pastoral do Negro um veículo de debate sobre a construção de identidade e de implementação de políticas de Ações Afirmativas, como o desenvolvimento dos Pré-Vestibulares para Negros e Carentes e a atuação do Frei David Raimundo dos Santos, como um dos membros da Igreja

4- O município de Duque de Caxias foi decretado Área de Segurança Nacional, em 1971, e teve interventores como chefes do executivo. Ver exposição Galeria dos Prefeitos, acervo IHCMDC.

Católica que auxiliou no debate e nas transformações de estratégias concretas de atuação na região (BARROS; SILVA, 1999).

Quando os agentes de diferentes movimentos sociais da Baixada ingressaram no ensino superior a estruturação das demandas se modificaram, assumindo o campo da intelectualidade como uma possibilidade de ampliação a luta por direitos, ao reconhecer a estrutura do poder consolidada através do domínio das narrativas históricas na região. E como ação se mobilizou uma rede de intelectuais, como uma dinâmica de luta por História e Memória.

1.3 – A elasticidade da região da Baixada Fluminense. Um olhar da alteridade na formação social e delimitação geográfica.

Os estudos desenvolvidos ao longo da História sobre a figura do intelectual apontou o caráter político que este assume na sociedade em que é contemporâneo, e muitas vezes agrega o papel de influenciador para além de seu tempo. Estudos sobre intelectuais na Baixada Fluminense, sobretudo em Duque de Caxias, abordaram as múltiplas características que pautam a formação dos intelectuais, na cidade e região, e como eles interagiram entre si, e com os demais grupos do seu tempo, na estruturação de narrativas sobre as cidades, (ENNE, 2001) (BEZERRA, 2008) (SOUZA, 2014) (LAURENTINO, 2016).

As formas de atuação dos intelectuais, como objetos de análise da História, desenvolveram um debate com as prerrogativas de tempo e espaço do qual são frutos. O que possibilitou compreensões em torno dos efeitos de suas produções discursivas nas dinâmicas sociais e seu papel influenciador. Desta forma, a figura dos intelectuais de uma dada região correspondem, também, na ação política que produzem.

Os intelectuais se organizam politicamente a partir de um conjunto de elementos ideológicos, sociais e econômicos que são estruturais para o estabelecimento de um agrupamento, pois indicam a formação de uma categoria social amparada por uma identidade coletiva, que se estabelece ao assumir um papel social para mediar uma conscientização (CHARLE, 2000). Sendo assim, os

intelectuais influenciaram a sociedade com os seus estudos e a produção de “bens simbólicos” (CHARLE, 2000, p 143)

Com a problemática que envolve a conceituação da palavra intelectual, Jean-François Sinirelli (2001) no seu estudo sobre a sociedade francesa apresentou o intelectual como uma categoria de análise, a partir do renascimento do status da História Política e da História Recente. As trajetórias dos intelectuais, com as “abordagens prosopográficas dos itinerários” de suas produções, possibilitou estabelecer uma análise sobre o engajamento político que exercem na sociedade (SINIRELLI, 2001. p 238).

O processo de dilatação conceitual, interação com outros agentes, apontaram para o estabelecimento de “redes de intelectuais” (SINIRELLI, 2001, p. 248) que estruturam a sociabilidade de grupos que possuem a mesma base de formação acadêmica, o que Sirinelli nomeia de “matriz comum” (SINIRELLI, 2001, p.246-247). Ainda que as trajetórias individuais se modifiquem a matriz pode apontar “genealogias de influências” que fermentam outras gerações de intelectuais.

As redes, segundo Sinirelli, permitem reconhecer que os grupos de intelectuais se estruturam “em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades” (SINIRELLI, 2001, p. 248) o que não pode ser ignorado pelo historiador que se dedica a estudar/pesquisar uma história política a qual ele é contemporâneo.

Na dinâmica da cidade de Duque de Caxias, os grupos de militantes sociais que ingressaram nas universidades assumiram uma posição política para o estabelecimento de estratégias de pesquisas, que possibilitou os diálogos com as vivências percebidas por eles na cidade, e que eram silenciadas pela historiografia oficial, acionando as suas percepções e interações com a região como motivadoras. Apesar do posicionamento antagônico quanto às dinâmicas da cidade, os grupos oriundos dos movimentos sociais estabeleceram alianças, com outros grupos e agentes atuantes na região, como possibilidade de reescrita da narrativa, tecendo, assim, a configuração de redes de intelectuais.

Ana Lucia Enne (2003), na análise das diferentes formações de intelectuais existentes na Baixada Fluminense, focou na estruturação da cidade de Duque de Caxias, e os reconheceu como parte de uma “rede de memória e história” pautada pela forma em que se estabeleceram os fluxos e interações dos diferentes agentes e agências sociais na região (ENNE, 2003, p 38).

> Assim, pensando, por exemplo, no caso dos agentes mais ligados a uma história “tradicional”, o que inicialmente parecia grupo na verdade deveria ser pensado como uma outra rede possível, uma rede mais restrita dentro de uma rede maior, uma sub-rede, em que indivíduos com interesses e métodos semelhantes se alinhavam, se auto-referenciavam e se amparavam, embora sem se constituírem em um grupo de maneira definida. Já no caso dos francamente oposicionistas, os que constroem seu discurso em confronto direto com os membros desta sub-rede percebida como mais “tradicional”, a organização das atividades dentro de instituições aglutinadoras, como as universidades, cria uma outra sub-rede. (ENNE, 2003, p. 38)

O estabelecimento de dois subgrupos de redes, conceituadas por Enne como “sub-rede 1, dos memorialistas”, e “sub-rede 2, dos acadêmicos” (ENNE, 2003, p 39), dialogou com a composição social dos agentes que se consolidaram no poder, pertencentes às “elites locais”, ou delas são mais próximos (os memorialistas), e dos agentes oriundos dos movimentos sociais que ingressaram nas universidades e estabeleceram uma pauta pela reescrita das narrativas oficiais (os acadêmicos).

As estratégias moldadas para o desenvolvimento de pesquisas sobre a história da região Baixada Fluminense, permitiu que Ana Enne (2003) reconhecesse que, apesar da sub-rede de acadêmicos aparentemente se posicionarem em lados opostos à sub-rede dos memorialistas, utilizaram táticas similares na construção de representações positivas para Baixada Fluminense (ENNE, 2003, p. 46) no processo de construções identitárias com uma valorização das memórias sociais, acionadas pelos monumentos históricos em diálogo na pesquisa.

> Não só estão construindo “identidades positivas” para os moradores da Baixada Fluminense, no sentido de projetá-las internamente (através das mais diversas estratégias, como a atuação em sala de aula, a realização de exposições e palestras, o lançamento de publicações, a presença na mídia local, entre outros), mas há um esforço expressivo por parte dos agentes de levar essas imagens para fora da Baixada, de maneira a divulgá-las em outras áreas (nesse sentido, é importante pensar o papel dos sites hospedados da internet, por exemplo). Mesmo podendo atingir âmbitos ampliados (no Brasil e mesmo no exterior), no entanto, a meu ver, é a cidade do Rio de Janeiro, como platéia objetivada para a divulgação dessa “imagem positiva”, o universo de consequentemente, uma diminuição das situações constrangedoras no contato entre moradores da Baixada e do Rio de Janeiro. (ENNE, 2003, p. 48)

Ao reconhecer as produções bibliográficas como interlocutoras do tempo e lugar, os quais instrumentalizam suas narrativas, a sub-rede dos acadêmicos estabeleceu como estratégia o respeito às produções que os antecederam, com problematizações e tensionamentos para reescrita da história da cidade, assim como o investimento em pesquisas sobre a história da região, as dinâmicas com os movimentos sociais e as provocadas pelo mundo do trabalho, amplificando as vozes de parte da base que compõe a pirâmide social caxiense.

Os espaços acadêmicos na Baixada Fluminense que auxiliaram Enne na conceituação dos acadêmicos como parte de uma rede foram: a Faculdade de Ciências e Letras de Duque de Caxias/Fundação Educacional de Duque de Caxias (FEUDUC), localizada no bairro São Bento, no município de Duque de Caxias; e a Universidade Iguaçu (UNIG), no município de Nova Iguaçu.

Com o movimento das novas produções historiográficas surgiram outras características socioespaciais da região, tensionadas sobretudo pela falta de problematização das relações de trabalho nas narrativas oficiais. É junto com a narrativa do trabalhador dessas novas produções que estabeleceram os aspectos sociais, culturais e econômicos da população negra.

1.4 A rede de acadêmicos: A FEUDUC como espaço de atuação política dos professores-pesquisadores

A faculdade FEUDUC, fundada em 1969, permaneceu por um longo tempo como a única instituição que disponibilizou o curso de graduação em Estudos Sociais na região, que posteriormente, na década de 1990, foi desmembrado para licenciatura plena em História e Geografia, devido à reestruturação nacional, após a pauta de reivindicação da sociedade para retomada da autonomia das disciplinas.

O ensino superior de Estudos Sociais partiu de uma ação normativa do poder público no período da ditadura militar, que reformulou o ensino do primeiro e segundo grau, através da Lei 5.692 de 23 de agosto de 1971, excluindo as disciplinas de História e Geografia e transformando-as em disciplina única, a de Estudos Sociais.

Com a estruturação, a disciplina de Estudos Sociais agregou as disciplinas de História, Geografia, Organização Social e Política do Brasil, Sociologia, Antropologia, Política e Economia (SÁ, 2006, p 70).

A disciplina de Estudos Sociais, no entanto, era denunciada pelos historiadores pela utilização nos livros didáticos de um material com conteúdo histórico deturpado (SÁ, 2006, p 71), atuando, neste sentido, como uma disciplina expositiva e informativa, em benefício da manutenção do poder.

De acordo com a pesquisa de Patrícia Teixeira de Sá (2006), intitulada “A Socialização de História de duas gerações: os anos de 1970 e de 2000”, o processo de abertura política e os anos que precederam a recente retomada da democracia, nos anos de 1980 e 1990, foram importantes no país para o estabelecimento de pauta de reivindicação pelo direito à História, que contrapusesse o “tradicionalismo” de uma narrativa baseada em feitos de “grandes homens” e fatos, tal como implementada pelos anos da ditadura (SÁ, 2006 p 51).

Desta forma, o posicionamento político da rede de intelectuais, os acadêmicos, pelo direito à História, sobretudo pelas narrativas que envolvem as relações de trabalho na Baixada Fluminense, compreendeu uma parte de um movimento presente na sociedade brasileira, nos anos de 1980 e 1990, na renovação curricular do ensino de História. Na Baixada Fluminense o estabelecimento de uma pauta pela transformação das narrativas oficiais sobre a região baseou os efeitos discursivos causados pelas relações entre os memorialistas, que silenciavam principalmente a presença negra na região. Assim como as universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, que elaboravam pesquisas com distanciamento das vivências, contribuindo para construção discursiva com efeitos pejorativos, ainda que ampliasse o horizonte das práticas, acabavam por reafirmar a necessidade do investimento nas pesquisas.

A FEUDUC como um espaço interlocutor das pesquisas se estabeleceu pela forma que seus professores do Departamento de História perceberam o posicionamento estratégico que ocupavam, sobretudo na década de 1990, não só em Duque de Caxias, assim como em boa parte da região da Baixada Fluminense.

O historiador Alexandre dos Santos Marques, professor do Departamento de História da FEUDUC entre o período 2001-2008, analisou a prática pedagógica desempenhada por ele e seus companheiros institucionais no artigo “Centro de Memória: Caminhos e Descaminhos na Produção da História da Baixada Fluminense” (2002), publicado pela Revista Pilares da História (onde assume parte do processo

editorial). No artigo Marques apresentou as peculiaridades presentes no desenvolvimento de alternativas para construir uma “tradição de pesquisa” (MARQUES, 2002, p. 87) acadêmica, que ultrapassasse os limites curriculares da graduação de História em licenciatura plena.

Marques (2002) apontou o papel que o curso de História da instituição exercia, pois articulou uma prática que influenciou na dinâmica da educação na região. Formavam a maioria dos professores de história que atuavam nas escolas das redes públicas e privadas. Entretanto, reconhecendo as dificuldades e limites institucionais, Marques problematizou a “importância do lugar social ocupado regionalmente pela FEUDUC” (MARQUES, 2002, p. 82) no bairro do São Bento, pela existência de diversas edificações que testemunham o passado colonial da região.

Ao indagar as contradições provocadas pela estruturação do curso de licenciatura, com o campo metodológico e o desenvolvimento teórico presente nos cursos de Bacharelado em História, Marques (2002) ressaltou a carência didático-pedagógica e o conhecimento sobre a história regional e, sobretudo, a preocupação com a ausência de pesquisa histórica com a problematização da Baixada Fluminense. Sendo assim, Marques reconheceu a necessidade de reavaliação da estrutura curricular da instituição da qual fazia parte, de forma a contemplar o campo teórico e o “desenvolvimento da prática pedagógica”, desenvolvida pelo próprio Departamento de História da FEUDUC (MARQUES, 2002, p 82-83).

Uma aproximação entre a preocupação com o desenvolvimento de pesquisas em um curso de licenciatura, por parte do grupo de acadêmicos do qual Marques fez parte, e a compreensão de Sinirelli (2001) sobre o papel político exercido pelos intelectuais de matriz comum, possibilitou a percepção do alargamento do campo de atuação que se produziu e a pretensão de estabelecer uma ação que pudesse modificar metodologicamente o ensino da História, interagindo com o indivíduo como parte responsável pelas transformações e mutações sociológicas na cidade.

Diante da configuração historiográfica na cidade de Duque de Caxias, o grupo de professores presentes no Departamento de História da FEUDUC teve um conjunto de elementos possíveis na transformação das narrativas, aliando-as com a elaboração de uma prática pedagógica. Como responsáveis pela formação de um grande percentual de professores de história da região, puderam, ao interagir com seus alunos, alcançar outros grupos sociais, pois a grande maioria dos seus alunos não só estudavam como também trabalhavam na Baixada Fluminense e vivenciavam

experiências além do estabelecimento teórico-metodológico da História desenvolvida durante o curso de graduação.

O campo de atuação desse professores-pesquisadores possibilitou a aproximação das salas de aula da região (fundamental/médio, público/privada) com as pesquisas acadêmicas. Tal ação influenciou novas gerações de pesquisadores comprometidos com a problematização das narrativas sobre a Baixada Fluminense, com a indicação da formação de uma sociedade fluminense autônoma com elementos que possibilitou o enfrentamento político.

Fomentar novas gerações e influenciar o nascimento de novos grupos de intelectuais foi algo materializado a partir da produção de novas pesquisas, que possibilitou a ocupação de diferentes espaços públicos, pela composição dos professores-pesquisadores que compuseram esta rede de intelectuais acadêmicos no município de Duque de Caxias.

Quando os professores do Departamento de História da FEUDUC assumiram o papel de dinamizadores na elaboração de pesquisas, para problematização do espaço social da Baixada, carregaram consigo uma ação de intervenção, utilizando o conhecimento como uma prerrogativa de “fiscalização da coisa pública” com a possibilidade de diálogo “nas construções de políticas voltadas para o conjunto de sua população” (MARQUES, 2002, p 79).

Repensando a ação pedagógica, o investimento na prática da pesquisa ocasionou na preocupação com a necessidade de circular os novos conhecimentos sobre as relações sociais vividas na região ao longo da história, tanto quanto de salvaguardar a diversidade de documentação levantada durante o processo.

Os professores do Departamento de História da FEUDUC implementaram na instituição o Centro de Memória, Pesquisa, Documentação e História da Baixada Fluminense (CEMPEDOCH/BF), em 1992, com uma composição mista de gerenciamento com alunos e um corpo docente formado também por ex-alunos, mas com “limites de recursos e flutuações impostas pelas conjunturas” institucionais (SOUZA, 2011, p. 203).

A ampliação das pesquisas sobre a história da região, com a garantia de circulação, desencadeou no desenvolvimento de cursos gratuitos para população e de formação continuada para os professores que atuavam nas escolas públicas e privadas, visando principalmente àqueles cuja formação se deu em outra região do Estado do Rio de Janeiro, ou fora dele.

Além dos cursos, os professores do Departamento de História implementaram, ainda na década de 1990, uma diversidade de projetos para aproximar mutuamente o espaço acadêmico, os movimentos sociais, as instituições governamentais, as comunidades, alunos e professores da escolarização básica (fundamental, médio e EJA) são eles: “Conhecendo a nossa História”, “Visitando Nossa Memória”, “Repensando o Ensino da História” e exposição iconográfica “De Iguassú à Baixada Fluminense” (MARQUES, 2002, p. 88).

Como desdobramento, implementaram a disciplina “História Local e Regional” no programa curricular da graduação de licenciatura plena em História da FEUDUC, integrada ao terceiro e quarto período da formação, e como processo de avaliação o desenvolvimento de monografias sobre a história dos bairros.

> essas monografias apresentam uma estrutura em três capítulos: o primeiro com o histórico da região a partir da chegada dos primeiros europeus; o segundo focalizava as cidades após a emancipação de cada uma delas de Iguaçu; e um terceiro e último analisa o desenvolvimento urbano do bairro. Há ainda, os anexos, que são entrevistas com antigos moradores e fotografias do bairro. (MARQUES, 2002, p 87)

As monografias alimentaram um acervo sobre a Baixada Fluminense pautado pelas histórias de vida e as memórias dos moradores dos bairros (inicialmente de Duque de Caxias e ampliado, posteriormente, para os demais bairros da região). A História Oral, operada como processo metodológico de levantamento das fontes documentais para elaboração das monografias, consistia na realização de entrevistas com os moradores, gravadas em áudio (assim como suas descrições), cópias dos álbuns de família, recortes jornalísticos que possibilitaram o cruzamento das fontes para contraposição das narrativas na linearidade da História. Todo material levantado era entregue ao Departamento de História da FEUDUC com o objetivo de aumentar o acervo sobre a Baixada Fluminense e viabilizar pesquisas futuras.

O desenvolvimento dos projetos alimentaram a estruturação de encontros com proporções ainda maiores, que possibilitaram a ampliação dos debates historiográficos da região. O “I Encontro de Professores e Alunos de História de Duque de Caxias”, em 1995, desenvolvido pelos professores Antônio Augusto Braz e Marlucia Santos de Souza, ambos do Departamento de História da FEUDUC, se estabeleceu como

encontros anuais e se repetiram nos anos de 1996 à 2000, sendo suspenso no ano de 2001 para realização do “I Congresso de Professores e Pesquisadores da História da Baixada Fluminense” (MARQUES, 2002, p 84-85).

O projeto “Conhecendo a Nossa História” originou o Seminário “Baixada Fluminense: Desenvolvimento, Problemáticas e Perspectiva”, que ocorreu em junho de 2000, em parceria com o curso de Serviço Social da Faculdade Santa Luzia em Duque de Caxias, que possibilitou a ampliação da rede de sociabilidade.

Todo o movimento de elaboração das novas narrativas desencadeou, além do estabelecimento da rede de acadêmicos, na formalização de uma instituição de apoio para consolidação da rede, de suas produções e publicações (resultantes das pesquisas) e da possibilidade de atuação como proponente, a fim de angariar fundos de investimentos para pesquisa. Essa instituição foi legalizada com a razão social de “Associação de Professores-Pesquisadores de História da Baixada Fluminense - APPH-Clio”.

A prerrogativa de professores-pesquisadores estava associada à superação teórico-metodológica de um curso de graduação voltado para licenciatura e que, ainda assim, desenvolvia pesquisa. A realização dos encontros, cursos e congressos (os especificados acima e os que sucederam) ocorreu com as articulações políticas proporcionadas pela APPH-Clio. As estratégias utilizadas a partir da associação estiveram conectadas com a preocupação na trajetória da formação acadêmica

> As atividades desenvolvidas ao longo dos anos 90 criaram a necessidade de uma maior formação acadêmica, já que quase todos os colaboradores eram egressos da FEUDUC e encontravam dificuldades de diálogo e penetração nos cursos oferecidos pelas instituições públicas, sobretudo as federais. Para tentar romper essas barreiras, foi organizado, em 1988, o “Grupo Pró-Mestrado”, que depois se transformaria em “Grupo de Estudo”. (MARQUES, 2002, p 89)

A superação das barreiras teóricas da graduação motivou a formação dos grupos de estudos de teoria como um meio para possibilitar o ingresso ao mestrado. No ano de 1999, a professora Marlúcia Santos passou para o mestrado de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) iniciando os estudos no ano 2000. No mesmo ano os professores Antônio Augusto Braz, Nielson Rosa Bezerra, Alexandre dos

Santos Marques e Ercília Coelho ingressaram no mestrado de História na Universidade Severino Sombra (USS), em Vassouras. O ingresso ao mestrado possibilitou o contato com outros pesquisadores dedicados a pesquisar a Baixada Fluminense, a atuação como professores universitários e, como ação política, a aproximação dos alunos da graduação da FEUDUC com atividades de pesquisa de âmbito nacional, com apresentação na comunicação coordenada “Baixada Fluminense: História, Memória e Identidade Local”, no XXI Simpósios Nacionais de História da ANPUH (Associação Nacional de Professores Universitários de História), em 2001 (MARQUES, 2002).

As estruturações dos encontros e congressos possibilitaram a integração do espaço acadêmico de Duque de Caxias com as instituições públicas da cidade, nas quais suas ações eram ampliadas junto com o debate sobre a necessidade da existência de um espaço público para salvaguardar a história e a memória da região. Essa integração entre os espaços de naturezas administrativas distintas promoveu o fortalecimento institucional da APPH-Clio, como também da pauta pela “reativação do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias” (MARQUES, 2002, p 82) e o diálogo para criação da Associação Amigos do Instituto Histórico (ASAMIH), assim como sua atuação junto à instituição.

O trabalho desenvolvido pela APPH-Clio e o Departamento de História da FEUDUC conduziu na articulação dos “Estudos de Campo”, uma atividade realizada ao longo da região da Baixada Fluminense, do estado do Rio de Janeiro e estados vizinhos. O objetivo dessa atividade era o da aproximação do conhecimento histórico das vivências históricas da região.

Esses “Estudos de Campo” eram subdivididos por eixos temáticos nomeados por “Caminhos da Fé” e “Caminhos do Ouro”. A configuração como “caminhos” está associada aos percursos e conexões entre os vestígios deixados no tempo, pelos conjuntos arquitetônicos e o cruzamento de dados da História.

A atividade “Caminhos da Fé” se estabeleceu pelas marcas da arquitetura barroca das Igrejas Católicas do Período Colonial na História do Brasil, assim como o estabelecimento das relações de devoção e controle social feitos pela Igreja durante o período e as permanências ao longo do processo histórico.

1.5 – Grupo geracional e as pesquisas sobre Baixada Fluminense.

As estruturas que garantem a permanência de uma rede de sociabilidade entre intelectuais são, segundo Sinirelli (2001), marcadas por “laços que se atam” em uma “linguagem comum” e possibilitam constituir meio de interação entre intelectuais (SINIRELLI, 2001, p 248). Assim, o “movimento das ideias” são estruturadas para difundir suas leituras de mundo e assumem a função de ampliação na transição de círculos regidos por um indivíduo que age como “inspirador de grupo”.

O investimento em meios para ampliação do espaço de circulação das produções permitiu o alcance de um público maior, uma coletividade além do círculo acadêmico, com aproximações e rupturas entre grupos de indivíduos. Todavia, a compreensão de uma “matriz comum” (mesma formação acadêmica) corresponde apenas uma das formas de interação de uma rede de intelectuais, sendo os laços afetivos e ideológicos a base da sociabilidade.

O efeito que as produções dos intelectuais geram, como impacto na vida social e na fermentação de ideias para um coletivo, correspondiam a transmissão como um processo inerente a difusão do conhecimento e gera reflexos em diferentes gerações, dialogando com as heranças culturais e mudanças sociológicas, visto que

> o esclarecimento dos efeitos da idade e dos fenômenos de geração no meio intelectual vai além do procedimento apenas descritivo ou taxonômico; reveste-se, em determinados casos, das virtudes explicativas, pois esses efeitos e fenômenos não são inertes: são às vezes engrenagens determinantes do funcionamento desse meio. (SINIRELLI, 2001, p 255)

Desta forma, o fomento das práticas de pesquisas sobre Baixada Fluminense assumem um impacto na vida social da população por meio das estratégias desempenhadas para influenciar gerações futuras quanto a construção de narrativas que dialogam com o mundo do trabalho. Contudo, pensando na multiplicidade das vozes dos professores que durante a década de 1990 até 2008 compuseram o Departamento de História da FEUDUC, os professores-pesquisadores como “redes de intelectuais” conduziram para compreensão das formas de influências entre gerações que esses agentes estruturaram.

O grupo geracional, ou a geração de professores-pesquisadores, tem como marco inicial o professor Antonio Jorge Matos, indicado como incentivador das pesquisas pois conduziu os demais professores para atuarem na FEUDUC, seguido pelas iniciativas dos professores Antônio Augusto Braz e Marlucia Santos de Souza. No entanto, foi a prática de atuação da professora Marlucia Souza apontada como propulsora na formação desta rede de intelectuais.

O historiador Nielson Rosa Bezerra, fez a graduação de licenciatura em História na FEUDUC em 1996, e ao escrever a apresentação do livro “Escavando o Passado da Cidade: História Política da cidade de Duque de Caxias” (2014), de Marlucia Santos, descreve o seu primeiro contato com o espaço acadêmico e a posição influenciadora da professora Marlucia Santos para o grupo:

> Eu me lembro de quando era um jovem estudante da graduação do curso de História da FEUDUC. Havia uma locomotiva entre professores e alunos. Todas as iniciativas de pesquisa sobre a Baixada Fluminense passavam por aquela mulher. Tratava-se de Marlucia dos Santos Souza que de tão brilhante contagiava e conduzia a todos que desejavam escrever uma nova história da Baixada Fluminense. Aos poucos, descobri que, assim como eu, anos antes aquela então professora um dia também tinha sido aluna daquele departamento. A inspiração que ela provocava nos alunos era tão grande que pensávamos: “A FEUDUC também produz profissionais geniais!” (...) Professora, pesquisadora, militante, mulher, mãe, amiga, ativista cultural (...) Seus muitos alunos podem atestar esse princípio que marca a sua trajetória. (BEZERRA, 2014, p 8)

Esta descrição feita por Bezerra, na apresentação do livro, marca um lugar inicial na configuração da rede de intelectuais que se instituiu em Duque de Caxias, com a atuação da professora Marlucia Santos e com o desenvolvimento da pesquisa dela sobre a História Política da cidade de Duque de Caxias, “Escavando o Passado da Cidade” que ocorre durante o programa de mestrado em 2002. A estruturação discursiva de Bezerra reafirma os elementos de afinidades atribuídos por Sinirelli como substanciais para o estabelecimento das “redes de sociabilidades” entre os intelectuais (SINIRELLI, 2001, p 248)[5]..

5- O livro de Marlucia Santos de Souza é uma publicação que ocorreu a partir da sua pesquisa de dissertação, pelo mestrado em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), defendida em 2002 e orientada pela historiadora Virgínia Fontes. A pesquisa foi publicada em livro apenas no ano de 2014 pela APPH-Clio, visando o estabelecimento de fonte bibliográfica para o concurso público para professores da cidade de Duque de Caxias no mesmo ano.

Marlucia Santos de Souza, hoje com 57 anos, foi considerada como motivadora na mudança de posicionamento político do Departamento de História da FEUDUC e sua pesquisa nasceu da sua militância cotidiana, dos encontros e projetos realizados pelo departamento, que possibilitaram o “levantamento de fontes” documentais sobre a região (ENNE, 2002, p 218). Santos na juventude foi integrante da comunidade São Judas Tadeu[6], gerenciada pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), participando de diversas pastorais sociais e atuante no Movimento União de Bairros (MUB), que, como dito anteriormente, desenvolveram táticas para estabelecer pautas de reivindicações nas décadas de 1980. E ao ingressar na faculdade, assim como outros colegas, investiu na pauta pela reescrita da historiografia. Em entrevista à tese de doutorado de Ana Enne (2002), Marlucia fala sobre a trajetória na CEBs e a atuação nas comunidades.

> Nestes movimentos, foi sendo introduzida a leitura de textos que permitissem um olhar mais crítico sobre a realidade, a partir de referências socialistas e marxistas, principalmente com as reflexões da Teologia da Libertação, bem com a realização de cursos sobre educação e intervenção popular. (ENNE, 2002, p 218)

Acompanhar essa configuração das redes que se estabeleceram a partir das Comunidades Eclesiais de Base – CEB’S – e as associações de moradores permitiu reconhecer a Baixada Fluminense como uma região semeada por uma estrutura de formação dos moradores para contra atacarem às ausências de investimentos sociais. E com a descrição etnográfica das redes de intelectuais desenvolvidas por Enne (2002), a participação de pessoas, com este formato de atuação, se colocando em movimento na Baixada Fluminense compreendiam como um ponto em comum na maioria dos integrantes da rede de acadêmicos, que ao se estabelecerem na APPH-Clio se nomearam politicamente como professores-pesquisadores. Enne (2002) reconheceu como parte dos integrantes da associação um quantitativo de quinze associados, doze a mais dos já citados (Marlucia, Antonio Augusto e Alexandre Marques):

6- A comunidade São Judas Tadeu está localizada no bairro Jardim Primavera, em Duque de Caxias, e pertencia administrativamente a Paróquia Nossa Senhora do Pilar, da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti. A Paróquia do Pilar deu origem “à Pastoral Operária, à Pastoral dos Movimentos Sociais e à Pastoral da Saúde” (ALVES, 2002, p 74).

> Auzenir Gondim de Souza, Cecília Cunha França, Elizabeth Silva de Oliveira, Ercília Souza de Oliveira, Maria do Carmo Gregório, Maria José Rodrigues de Carvalho, Marize Conceição de Jesus, Paulo Pedro da Silva, Nádia Aparecida Tobias Félix, Nielson Rosa Bezerra, Sandra Regina de Souza Cruz Ferreira e Shirley de Souza Costa. (ENNE, 2002, p 236)

Esses associados compuseram o grupo que criou a instituição APPH-Clio, sendo considerados membros fundadores. Nesta configuração contribuíram com um valor mensal, que era revertido em atividades de campo, congressos, videoteca e a manutenção das taxas administrativas institucionais. O que também ocorreu com cerca de “185 membros colaboradores”, contabilizados no ano de 2002 por Enne, que ainda “não correspondiam aos associados”, por estarem no primeiro estágio para se tornarem membros associados, com uma contribuição contabilizada “mensalmente com uma quantia menor”. No entanto, outros agentes interagiram e fizeram parte do processo de criação da instituição. Apesar de não serem associados a ela correspondiam a membros permanentes, sendo nomeados de beneméritos. São eles: Antonio Jorge Mattos, que auxiliou na criação da associação; Jorge Luiz Rocha, Doutor em História, servidor do Centro Cultural da Justiça, e atuou como professor da FEUDUC até 2005; e José Cláudio Alves de Souza, doutor em sociologia, professor da UFRRJ, foi ligado aos movimentos da CEBs e foi casado com Marlucia Santos e candidato a prefeito em Duque de Caxias em 2016 (ENNE, 2002, p 280).

No trabalho de descrição etnográfica e entrevista dos membros fundadores da APPH-Clio, realizada por Ana Enne (2002) em sua tese, foi possível recolher dados sobre os membros que não possuíam currículo na Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), assim como cruzar com os dados dos currículos que constam na plataforma, o que auxiliou na elaboração da tabela abaixo sobre parte da pesquisa, trajetória profissional e de formação dos membros fundadores da APPH-Clio:

Tabela 3 – Membros Fundadores da Associação de Professores-Pesquisadores de História da Baixada Fluminense – APPH-Clio.

MEMBROS	FORMAÇÃO ACADÊMICA	ATUAÇÃO PROFISSIONAL
Alexandre dos Santos Marques 50 anos - Natural do Sergipe, mas reside em Duque de Caxias desde a infância. -Militante do movimento estudantil e militância política, atuando nas gestões das associações de moradores.	Graduação em História – FEUDUC (1989-1992); Especialização em História Social do Brasil – FEUDUC (2001) Título: Jardim Gramacho: o lixo na (des)construção de uma comunidade. Orientador: Antonio Augusto Braz. Mestrado em História – USS/Vassouras/RJ (2002-2005) Título: Militantes da Cultura em uma Área Periférica – Duque de Caxias 1950-1980. (2005). Orientador: Surama Conde de Sá Pinto.	Professor do Departamento de História da FEUDUC (2001-2008) Secretaria Municipal Cultura – Assessor Especial de Projetos e Convênios (2009-2011), Coordenador do Núcleo de Patrimônio Histórico (2006-2009) Coordenador Regional do projeto Ação Griô Nacional (2009-2011) Fundação CECIERJ/Consórcio CEDERJ (2011-2014) Membro editorial das Revistas Pilares da História (desde 2002) e Hidra de Iguassu (1999-2003)
Antônio Augusto Braz 53 anos -monitor do professor Antônio Jorge. - Militante político na década de 1980 e 90, inicialmente pelo partido PC do B e depois migrou para o PT.	Graduação em Estudos Sociais - FEUDUC (1983-1987) Integração em História (1991) Especialização em História Social do Brasil – FEUDUC (ano) Mestrado em História – USS/Vassouras/RJ Título: Vidas em transição: a cidade e a vida na cidade de Duque de Caxias (RJ) nas décadas de 30, 40 e 50 do século XX. (2006). Orientador: Lúcia Helena Pereira da Silva.	Professor Ensino Superior da UNIGRANRIO (desde 2007) Professor – Prefeitura Municipal de Duque de Caxias – SME. Professor do Departamento de História da FEUDUC (1989-2008) Membro do Corpo Editorial da Revista Hidra de Iguaçu (desde 1998)

Fonte: Plataforma Lattes e ENNE(2002)

Tabela 3 – Membros Fundadores da Associação de Professores-Pesquisadores de História da Baixada Fluminense – APPH-Clio. (continuação)

MEMBROS	FORMAÇÃO ACADÊMICA	ATUAÇÃO PROFISSIONAL
Antônio Jorge Matos 71 anos Natural de Sergipe, morou em Nova Iguaçu desde os quatro anos de idade.	(sem currículo lattes) Formado em História-PUC/RJ (início dos anos 1970) Mestrado incompleto em História – USP (1980-1982) (não chegou a defender a dissertação sobre o Egito Antigo, apesar de cumpri todos os créditos.)	Professor do Departamento de História da FEUDUC (1970-2008). Professor da rede estadual, com duas matrículas.
Auzenir Gondin e Souza 55 anos Natural de Goiás, moradora da Baixada Fluminense desde os quatro anos de idade.	(sem currículo lattes) Graduação Históra – FEUDUC (1988). Pós graduação em História Social do Brasil – FEUDUC (1998), com a pesquisa sobre loteamentos na Baixada Fluminense.	Professora municipal de Belford Roxo.
Cecília Cunha França 50 anos Carioca, moradora de Duque de Caxias desde os sete anos de idade.	Graduação História – UERJ (1989). Especialização em História Social do Brasil – FEUDUC (1995), com a pesquisa sobre a vila de Estrela e sua transformação em Imbariê. Especialização em Supervisão Escolar – Universidade Cândido Mendes/RJ.	Trabalho em Educação e História Professora da Rede Estadual e da rede privada (EDUCO, CBSC, FLAMA (1998). - APPH-Clio
Elizabeth Silva de Oliveira 54 anos Carioca. Moradora da Baixada desde 1 ano de idade. Os pais são imigrantes de Minas Gerais.	(sem currículo lattes) Graduação – FEUDUC, s/d Pós-Graduação em História Social do Brasil – FEUDUC,s/d	Pesquisa sobre a Fazenda Covanca. Professora da rede municipal de Belford Roxo e Nova Iguaçu.

Fonte: Plataforma Lattes e ENNE(2002)

Tabela 3 – Membros Fundadores da Associação de Professores-Pesquisadores de História da Baixada Fluminense – APPH-Clio. (continuação)

MEMBROS	FORMAÇÃO ACADÊMICA	ATUAÇÃO PROFISSIONAL
Ercília Coelho de Oliveira 63 anos Natural do município Natividade/RJ, moradora de São João de Meriti desde criança. Militante pela CEBs	Graduação em Estudos Sociais – FEUDUC (1988), com integração em História. Pós-Graduação em História Social do Brasil (1994) Título: Movimento Cultural Negro (1984-1993): as CEBs – Identidade negra e cidadania. Mestrado em História – USS/Vassouras/RJ, pesquisa sobre João Cândido.	Professora da FEUDUC (desde 2006) Professora da Rede Estadual/RJ (desde 1985) Atual presidente da APPH-Clio.
Maria do Carmo Gregório 47 anos Natural de Duque de Caxias, seus pais migraram de Minas Gerais, em 1960. - militante nos movimentos da igreja católica (pastoral da juventude) e do movimento negro 9tendo morado na “comunidade negra missionária”	Graduação em História – FEUDUC (1995) Especialização em História Social do Brasil – FEUDUC (1996) Mestrado em História Social – UFRJ (2003-2005) Orientadora: Mônica Grin Monteiro de Barros. Doutoranda – UFF (2014) Orientadora: Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro.	Pesquisa resistência negra Professor Universitário: Faculdade Santa Luzia. Coordenadora Pedagógica (MEC) Professora – Prefeitura Municipal de Belford Roxo. Professora Estadual/RJ
Maria José Rodrigues de Carvalho 46 anos Criada em Belford Roxo, os pais são migrantes nordestinos.	Graduação História FEUDUC (1996) Pós-Graduação em História Social do Brasil – FEUDUC (1997)	Professor: Prefeitura Municipal de Belford Roxo e Rede Estadual.

Fonte: Plataforma Lattes e ENNE(2002)

Tabela 3 – Membros Fundadores da Associação de Professores-Pesquisadores de História da Baixada Fluminense – APPH-Clio. (continuação)

MEMBROS	FORMAÇÃO ACADÊMICA	ATUAÇÃO PROFISSIONAL
Marize Conceição de Jesus 50 anos Natural de Salvador/BA, moradora de Nova Iguaçu. Participou da direção do SEPE na Baixada	Graduação em História – FEUDUC (1995) Especialização em História do Brasil – UFF (1999-2000) Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneas e Demandas Populares (2015)	Militância Negra e Relações étnico-raciais Professor: Rede Estadual, Municipal de Nova Iguaçu e São João de Meriti (1988-1992). Centro de Estudo e Pesquisa de Nova Iguaçu.
Marlucia Santos de Souza 56 anos Natural de Duque de Caxias, com pais migrantes da região de Campos/RJ Militante pela CEBs (pastoral da juventude, das Mulheres, Operária, entre outras) Militante política partidária e social, ajudou a criar o MUB	Graduação em Estudos Sociais (1979), com integração em História (1991) Mestrado em História na UFF/RJ Título “Escavando o Passado da Cidade: História Política do Município de Duque de Caxias”. Orientadora Virgínia Fontes.	Professora da Rede Estadual/RJ Diretora do CRPH Diretora do MVSB Membro da Rede de Educadores de Museu Grupo Foras Presidente do Museu Vivo do São Bento Diretora do SEPE
Nádia Aparecida Tobias Félix 51 anos Natural de Nova Iguaçu, mora em São João de Meriti, pais migrantes do Nordeste e de Minas Gerais.	(sem currículo lattes) Graduação em História – FEUDUC (1992) Pós-Graduação em História Social do Brasil – FEUDUC Pós-Graduação em História da África – UFF (1998) – bolsista CAPES Título: “Educação e os Afrodescendentes. Propostas Alternativas”	Professora da rede estadual do Rio de Janeiro. Militante em movimentos de base da igreja católica – CEBs, participando dos cursos de formação, onde aprendeu sobre Sociologia, Teologia da Libertação, Movimentos Sociais.

Fonte: Plataforma Lattes e ENNE(2002)

Tabela 3 – Membros Fundadores da Associação de Professores-Pesquisadores de História da Baixada Fluminense – APPH-Clio. (continuação)

MEMBROS	FORMAÇÃO ACADÊMICA	ATUAÇÃO PROFISSIONAL
Nielson Rosa Bezerra 39 anos Natural de Duque de Caxias, família oriundas de Minas Gerais e do Espírito Santo e o pai do Nordeste.	Graduação em História/FEUDUC (1995-1998) Especialização em História Social do Brasil (1999-2000) Mestrado em História/USS/Vassouras/RJ (2002-2004) Doutorado em História/UFF (2006-2010) Pós Doutorado: York Univesity, YorKU, Canadá (2012-2014), UFRRJ (2012), University Of The West Indies – Cave Hill Campus, U. West Indies, Barbados.	Professor adjuntos/UERJ (desde 2015) SESC – Administração Nacional (2015) FEUDUC: Coordenador de Curso de Pós-Graduação (2012), Coordenador do Curso de História (2006-2008), Professor titular (2004-2008), Professor na Pós-Graduação (2002-2008), Professor Assistente (2002-2004) CRPH: Diretor de Pesquisa e Assuntos Pedagógicos (desde 2009)
Paulo Pedro da Silva 45 anos Militante nas pastorais católicas, dos movimentos populares, participação na criação de associação de moradores	(sem currículo lattes) Graduação História (1988-1992) Pós-Graduação em História Social do Brasil – FEUDUC (1993)	Professor da rede municipal de Duque de Caxias Diretor do CRPH-DC e do MVSB Trabalhou principalmente com a reformulação do ensino de História nas escolas de Duque de Caxias.

Fonte: Plataforma Lattes e ENNE(2002)

Tabela 3 – Membros Fundadores da Associação de Professores-Pesquisadores de História da Baixada Fluminense – APPH-Clio. (continuação)

MEMBROS	FORMAÇÃO ACADÊMICA	ATUAÇÃO PROFISSIONAL
Shirley de Souza Costa 44 anos Nasceu e mora em São João de Meriti Família de migrantes nordestinos e do Norte Fluminense. Militante do Movimento Negro Militante do PT de São João de Meriti, na década de 90. Militante do Movimento de Mulheres.	(sem curriculo lattes) Graduação em História – FEUDUC (1996) Pós-Graduação em História Social do Brasil – FEUDUC (1997)	Professora da Rede municipal do Rio de Janeiro e da rede estadual. Professora do Pré-Vestibular para Negros e Carentes.

Fonte: Plataforma Lattes e ENNE(2002)

A trajetória de formação e militância dos agentes da Associação de Professores-Pesquisadores de História da Baixada Fluminense foi marcada em sua maioria pelo ingresso ao curso de História, no entanto, o eixo que despertou as problemáticas do lugar como um processo de dominação local foi o da militância política, tanto nos movimentos de bairros aliados as comunidades católicas, quanto na aproximação aos movimentos partidários, que na região da Baixada Fluminense estiveram aliados, como visto anteriormente.

Durante a pesquisa de Ana Enne (2002), a autora identificou, ao entrevistar os membros fundadores da APPH-Clio, os agentes considerados influenciadores que originaram o “despertar intelectual e político” (SINIRELLI, 2001, p 250) para as pesquisas sobre Baixada Fluminense. Enne ressaltou a importância de análise do processo que estabeleceu a aproximação e o alinhamento das trajetórias desses agentes influenciadores.

> a construção de um movimento de preservação da memória e de estímulo à pesquisa e à reflexão sobre história local pode ser percebida, a partir das entrevistas e da própria dinâmica do campo, como se obedecesse à seguinte lógica distributiva, em termos de papéis desempenhados: Antônio Jorge seria o “marco de fundação” deste movimento, Antônio Augusto o “articulador” e principal “estimulador” de sua efetivação, Marlúcia Souza seria a “força motriz”, principalmente no campo da produção tanto de pesquisa quanto de textos, e Alexandre Santos seria o “administrador. (ENNE, 2002, p. 209)

A trajetória do professor Antônio Jorge Matos foi indicada como aquela que abriu caminho para que outros agentes pudessem ingressar como professores na instituição FEUDUC. Nascido no Estado de Sergipe em 1947, se mudou para Baixada Fluminense trazido pelos seus pais em 1951, aos quatro anos de idade, tornando-se morador do município de Nova Iguaçu. O ingresso ao curso de História se deu pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ, com formação no início da década de 1970, período que ingressa o corpo docente da faculdade FEUDUC, permanecendo até 2008.

Apesar de não ter apontamento específico sobre uma trajetória de militância política anterior a formação acadêmica é a sala de aula da rede estadual a instrumentalizadora do seu olhar atencioso para história local, como professor de História do curso normal no Instituto de Educação de Nova Iguaçu. Iniciou o curso de mestrado em História na Universidade de São Paulo – USP, o qual por razões pessoais não conseguiu concluir, mesmo tendo cumprido os créditos necessários para defesa entre 1980 e 1982. O desenvolvimento de sua pesquisa teve como interesse principal o Egito Antigo, as relações de trabalho, econômicas e sociais que o mantiveram por longos anos como professor regente da disciplina História Antiga e História Econômica no curso de licenciatura da FEUDUC, sendo apelidado pelos alunos da graduação como “Faraó” devido ao seu conhecimento sobre o Egito Antigo. Em 1988 Antônio Jorge convidou como seu monitor o aluno recém-formado, da turma de graduação em Estudos Sociais de 1987, Antônio Augusto Braz, que em 1989 foi efetivado como professor titular.

O processo de retomada das disciplinas de História e Geografia como autônomas, na redemocratização, provocou, nos anos de 1990, o reingresso dos alunos que se formaram em Estudos Sociais, para readequação curricular. Foi durante

este período, em 1991, que Antônio Augusto Braz reencontrou Marlucia Santos de Souza.

Antônio Augusto era militante político-partidário desde os 16 anos, como membro do Partido Comunista do Brasil (PC do B), migrando posteriormente para o Partido dos Trabalhadores (PT). Tem na sua trajetória política a inquietude frente às mazelas sociais presentes no seu bairro, ainda na juventude, como morador do bairro Laureano em Duque de Caxias, presenciava a constante disputa de poder produzida pela violência na região. Possuía um contato generalista com a História apontando Marlucia Santos como a intelectual que desperta para uma observação da historiografia local como condicionante de um poder baseado na violência.

Ao ingressar na especialização em História Social do Brasil pela FEUDUC, em 1992, dedica-se ao estudo sobre as construções ideológicas produzidas pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros, com o título “ISEB – Fábrica de Ideologias”. Assumiu a posição de membro do corpo editorial da Revista Hidra de Iguaçu em 1998. Como filho de imigrantes nordestinos se dedicou na problematização da vida social em Caxias no período de maior recepção dos fluxos migratórios na cidade, foi a aprovação no Mestrado em História na Universidade Severino Sombra, em Vassouras, uma estratégia para implementação de uma pesquisa com diálogo na temática regional, com o título “Vidas em Transição: a cidade e a vida na cidade de Duque de caxias (RJ) nas décadas de 30, 40 e 50 do século XX” (2006).

A atuação como professor da rede municipal de Duque de Caxias e da rede estadual do Rio de Janeiro possibilitou a Augusto desenvolver projetos para o levantamento de fontes documentais para o banco de dados do Centro de Memória, Pesquisa e Documentação da História da Baixada Fluminense – CEMPEDOCH-BF.

O ingresso de Marlucia Santos de Souza como professora na Faculdade FEUDUC ocorreu a pedido do professor Antônio Augusto Braz para substituí-lo durante uma licença para formação lato sensu na Universidade Santa Úrsula, em 1993 (ENNE, 2002). Marlucia Souza nasceu em Duque de Caxias em 1961, seus pais eram moradores da cidade de Campos, seu pai Pedro Souza veio para Baixada Fluminense em busca de trabalho e passa a residir no bairro Jardim Primavera em Duque de Caxias. Concluiu a graduação em Estudos Sociais em 1979 na FEUDUC, retornando em 1991 para integração em História. Realizou sua especialização em História Social do Brasil na FEUDUC entre os anos de 1992 e 1993 com a pesquisa com título “Presença Feminina na História do Brasil”, orientada pelo professor Antônio Jorge

Mattos. Ingressou no Mestrado em História na Universidade Federal Fluminense – UFF, em 1999[7], concluindo sua pesquisa em 2002 com o título “Escavando o Passado da Cidade: História Política do Município de Duque de Caxias” orientada pela professora Virgínia Fontes.

A trajetória militante de Marlucia iniciou com as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, na comunidade católica São Judas Tadeu, atuando principalmente na Pastoral da Juventude, na Pastoral das Mulheres e na Pastoral do Movimento Operário. Como catequista desta comunidade que, durante a juventude, iniciou a atividade de ensinar a história por meio das representações religiosas da região, tendo as memórias de luta das mulheres e da classe trabalhadora como protagonistas. Na década de 1980, quando a Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti desenvolveu as atividades de formação das associações de moradores, Marlucia atuou na formação dos agentes da comunidade, articulando a criação do Movimento União de Bairros (MUB), assim como a “realização de cursos sobre educação e intervenção popular” (ENNE, 2002, p 215) e ingressou para militância político-partidária. Segundo Ana Enne (2002) a experiência adquirida com a militância político-religiosa “influenciará a trajetória profissional e acadêmica” de Marlucia (ENNE, 2002, p 217), despertando o interesse pela História Política e pelas pesquisas sobre a historiografia da Baixada Fluminense, com a articulação uma rede de memória e história na região, que culminou na criação do CEMPEDOCH-BF e posteriormente, em 2005, no Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias o Arquivo Público Municipal de Duque de Caxias e no Museu Vivo do São Bento.

A articulação na criação do CEMPEDOCH-BF teve como prática o desenvolvimento de atividades com os alunos da graduação, em 1996, com o objetivo não só de garantir um acervo histórico-documental sobre a Baixada Fluminense, mas, principalmente, na análise desses acervos para o estabelecimento de novas leituras sobre a região, o que motivou a formação do curso “Repensando o Ensino de História”, com análise do recente acervo levantado. A atuação dos alunos da graduação nessa atividade de levantamento e catalogação possibilitou a aproximação de um novo agente ao grupo, o então aluno Alexandre dos Santos Marques, que posteriormente se tornou também professor da FEUDUC.

Alexandre dos Santos Marques, nascido em 1968 em Sergipe, residiu desde a

7- http://lattes.cnpq.br/3817112969540671

infância no município de Duque de Caxias. Seu pai era natural de Duque de Caxias e pertencia ao Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR8)[8], considerado como "influenciador familiar" para atuação militante de Alexandre Marques no movimento estudantil e na gestão das associações de moradores em Duque de Caxias (ENNE, 2002, p 223).

O ingresso de Alexandre Marques[9] no curso de História da FEUDUC ocorreu em 1989, participando dos cursos de formação desenvolvidos por Marlucia e Antônio Augusto, com colação de grau em 1992. Durante o curso de especialização em História Social, no ano de 2001, desenvolveu a pesquisa sobre o impacto do aterro sanitário no município de Duque de Caxias com o título "Jardim Gramacho: o lixo na (des)construção de uma comunidade"(2001), orientada pelo professor Antônio Augusto Braz, carregando consigo o legado de desenvolvimento de pesquisas sobre a Baixada Fluminense. Foi durante o curso de especialização que Alexandre Marques ingressou como professor de História da FEUDUC, no período de 2001 a 2008, ocupando a cadeira de "professor da disciplina de História Regional" (ENNE, 2002, p 223).

O ingresso no Mestrado em História na Universidade Severino Sombra, em Vassouras, entre 2002 e 2005, Alexandre Marques desenvolve a pesquisa "Militantes da Cultura em uma Área Periférica – Duque de Caxias 1950-1980"(2005), orientado por Surama Conde de Sá Pinto[10]. Nesta pesquisa analisou a atuação dos amigos de seu pai que também atuavam no MR8. Sua atuação profissional se estendeu para esfera pública municipal como Coordenador do Núcleo de Patrimônio Histórico (2006-2009), Assessor Especial de Projetos e Convênios (2009-2011) e Coordenador Regional do projeto do governo federal "Ação Griô Nacional" (2009-2011) atividades realizadas servidor público lotado na Secretaria Municipal de Cultura de Duque de Caxias.

O surgimento de uma segunda geração de professores que investiram em pesquisas sobre a Baixada Fluminense apresentou uma virada nas produções com a

---

8"- Nome adotado sucessivamente por dois grupos revolucionários que pretendiam derrubar, através da luta armada, o regime militar instaurado no Brasil em abril de 1964." http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-revolucionario-8-de-outubro-mr-8. Acessado em 10 de março de 2018.

9- http://lattes.cnpq.br/5129693747678367. Acessado em 10 de março de 2018.

10 - Atualmente Surama de Sá Pinto é Professora Associada da área de História do Brasil Contemporâneo do curso de Graduação em História do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (IM/UFRRJ) e Professora do Programa de Pós-graduação em História da UFRRJ" Fonte: http://lattes.cnpq.br/9927530020005897. Acessado em 10 de março de 2018.

inserção da presença negra no território. Esta presença inserida na dinâmica de militância e resistência sociocultural pode ser compreendida como um reflexo da luta e ação dos movimentos negros engajados que tencionaram, na segunda metade da década de 1990, para o reconhecimento oficial do negro na formação social do Brasil. Assim, assumiram a estratégia de inserção da temática das relações étnico-raciais, da diversidade e pluralismo cultural na educação básica, como parte de um conjunto de ações sociais que antecedem a criação da Lei 10.639/2003 (PEREIRA; SILVA, 2012). A formação desses novos membros se iniciou a partir de Alexandre Marques e tiveram o currículo transformado por esta nova realidade que se apresentava.

A atuação de Marques na Secretaria de Cultura possibilitou o fortalecimento dos projetos culturais da rede junto à população caxiense. Foi por intermédio do projeto Ponto de Cultura que Marques mediou um curso de Fotografia para FEUDUC, em 2007, voltado para jovens estudantes do Ensino Fundamental e Médio, assim como um projeto de aulas de Capoeira realizado com mestres da região e o desenvolvimento do projeto “Menina quem foi seu mestre?”, referenciando a capoeira como prática pedagógica na formação de professores, em parceria com o Instituto de Educação Governador Roberto Silveira – IEGRS. Foi ainda com a participação de Marques que o projeto de economia solidária, implementado pelo Museu Vivo do São Bento em 2010, conseguiu o apoio da Secretaria de Cultura com a garantia de uma barraca na Feira Popular de Duque de Caxias para as mulheres artesãs do Grande São Bento.

Alexandre Marques foi indicado por Marlucia Santos de Souza como aquele que agregou a função administrativa do grupo de professores-pesquisadores colocando em prática as atividades de formação e pesquisas, sendo, desta forma, percebido como “ego central na constituição do Centro de Memória (CEMPEDOCH-BF) e da Associação (APPH-Clio)”. Como membro do grupo, a atuação de Alexandre Marques se estendeu para seleção de novos alunos ao grupo, com desenvolvimento de estágios como parceria institucional e ampliação do acervo do CEMPEDOCH-BF, participando ainda da criação e do corpo editorial da Revista Hidra de Iguassu (1999-2003) e da Revista Pilares da História (desde 2002) como ferramenta de ampliação do alcance das pesquisas, e uma possibilidade de fazer memória da própria atuação do grupo de professores-pesquisadores de História, publicando o texto “Centro de Memória, uma invenção da História” (1999), como marco inicial das publicações da Revista Hidra de Iguassu (ENNE 2002).

As formas de ingresso à APPH-Clio estavam aliadas a participação no curso de especialização em História Social do Brasil realizado pela FEUDUC (como um despertar que aproximava da construção historiográfica das vivências de suas práticas de militância) onde os alunos eram orientados pelos professores Marlucia Santos, Antônio Augusto e, posteriormente, por Alexandre Marques nos desenvolvimentos dos projetos de pesquisas com base na História Regional, especificamente a História da Baixada Fluminense, como campo de análise de elaboração das monografias de conclusão de curso. A possibilidade de amparar uns aos outros a construírem uma carreira acadêmica, com o ingresso nos programas de mestrado, permitiu o fortalecimento do grupo ao estabelecerem estratégias para que a carreira acadêmica ganhasse concretude, como o desenvolvimento dos Grupos de Estudos de Teoria, com a contratação de professores de pós-graduação de universidades públicas do estado para ministrar aulas, contratação possível pelo intermédio dos pagamentos das taxas de associados da APPH-Clio.

Parte dos membros deste grupo não possuem currículo cadastrado na Plataforma Lattes, o que apontou sinais de uma trajetória acadêmica interrompida, no entanto, tencionam para o questionamento sobre uma permanência nas militâncias dos quais já eram membros. Na ausência dos dados da Plataforma Lattes, a pesquisa desenvolvida por Ana Lúcia Enne (2002) se tornou imprescindível para o mapeamento e ampliação do debate sobre os interesses dessa rede de intelectuais.

Paulo Pedro da Silva, filho de migrantes paraibanos, nasceu em 1973 no município de Duque de Caxias. Militante político-religioso ligado às CEB’s ingressou ainda na adolescência nas pastorais católicas da Paróquia Nossa Senhora do Pilar, o que gerou a participação no processo de criação do Movimento União de Bairros (MUB) na juventude, que se caracterizou como uma forte instituição para as associações de moradores em Duque de Caxias.

Após a conclusão da graduação em História pela FEUDUC em 1992, Paulo Pedro ingressou no ano seguinte no curso de pós-graduação em História Social do Brasil na mesma instituição, como contemporâneo ao Alexandre Marques. Professor da rede municipal de Duque de Caxias participou da implementação do projetor “Ensino de História da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias” que tinha com objetivo a reformulação da prática de ensino de História em todas as escolas da rede. Atualmente Paulo Pedro é diretor executivo no Centro de Referência Patrimonial e Histórico de Duque de Caxias e do Museu Vivo do São Bento junto com

outros agentes que integraram a rede de intelectuais: Antônio Augusto Braz, Marlucia Santos de Souza e Nielson Rosa Bezerra.

Na trajetória de Paulo Pedro foi importante perceber que a ação administrativa que ele assumiu no início da APPH-Clio possibilitou estratégias de ação em parceria com Alexandre Marques. Apesar de não haver dados que apontem a continuidade de carreira acadêmica de Paulo Pedro, sua atuação em sala de aula e nos projetos de formação continuada para professores da rede pública municipal pelo Museu Vivo do São Bento, caracterizam o seu comprometimento com a educação e a luta pelo Patrimônio Cultural na cidade de Duque de Caxias.

São os membros da APPH-Clio ligados à Pastoral do Negro que elaboraram os questionamentos sobre a temática étnico-racial nesta rede de intelectuais. A trajetória político-religiosa apontou elementos de análise para aproximação da prática de militância e a produção historiográfica. Trajetórias individuais de homens e mulheres negras são parte do campo metodológico e estão presentes na construção de um debate sobre identidade negra na Baixada Fluminense.

Auzenir Godim foi uma das pessoas que compôs a APPH-Clio e que não possui dados cadastrados na Plataforma Lattes e, por isso, o acesso aos seus dados se deu pela pesquisa da Enne (2002). Auzenir nasceu em 1962, no Estado de Goiás, “mas reside na Baixada Fluminense desde os quatro anos de idade”. Sua trajetória de formação acadêmica se iniciou na FEUDUC, com a graduação, em 1988, e a pós-graduação lato sensu em História Social do Brasil, em 1998.

> Foi durante a pós que acabou criando vínculos com os membros da Associação, sendo como os antigos professores e Maria do Carmo Gregório. É professora da rede municipal de Belford Roxo. Seu interesse por História, segundo ela, vem desde a infância, por sempre ter se motivado pelo tema, mas o olhar específico sobre a história regional e local adveio com a experiência da Pós-Graduação, quando fez um trabalho sobre loteamentos na Baixada Fluminense. (ENNE, 2002, p 235)

Poucos dados aparecem quanto a jornada que conduziu Auzenir para o universo acadêmico, mas foi possível compreender, a partir da afetuosidade construída após o ingresso na universidade, que um caminho de possibilidades se apresentou com as narrativas de uma História Local. O seu espaço de docência

apareceu como um campo de análise, desenvolvendo em 2002 uma pesquisa sobre os “armazéns de secos e molhados de Belford Roxo” ainda que não se configure como um projeto para ingresso ao mestrado. Enne (2002) analisou que Maria do Carmo Gregório apareceu como um dos vínculos de Auzenir Godim com a APPH-Clio, além dos professores, compondo os laços afetivos que a consolida na rede. Não apareceu nenhum dado que aproximasse Auzenir de um grupo de militância, quer seja político-partidária ou político-religiosa.

Maria do Carmo Gregório[11], no entanto, foi apontada pelo estabelecimento com Auzenir de uma ligação anterior a rede, compreendida pelo contexto de atuação profissional, sendo ambas professoras da rede municipal de educação de Belford Roxo, e Maria Gregório foi também professora da rede estadual. Maria Gregório possui sua trajetória marcada pela participação em movimentos de militância da igreja católica, “tendo feito parte da pastoral da juventude”, espaço no qual possibilitou a Maria Gregório a elaboração de uma “análise de conjuntura”, o que demarcou um lugar de experiência na análise de processo histórico, antes mesmo do ingresso ao curso de Licenciatura em História da FEUDUC, em 1995.

Maria Gregório nasceu em 1970 no município de Duque de Caxias, filha de migrantes de Minas Gerais. Como mulher negra sua pesquisa foi marcada pela preocupação com o debate da resistência negra na Baixada Fluminense, uma influência que se deu a partir da sua militância no movimento negro e com a vivência em uma ‘comunidade negra missionária’” por intermédio da pastoral do negro.

> “dentro de uma Associação que se propõe ao estudo de uma história regional, eu conquistei o espaço de continuar falando do que eu gosto: etnia. É porque tem tudo a ver com a Baixada também, né? Uma região do Rio, mas a gente tem uma população maciça de mestiços e descendentes de negros, negros-africanos”. (Maria do Carmo). (ENNE, 2002, p 237)

No ano de 2002 a perspectiva de Maria Gregório era a de trabalhar com “trajetórias individuais” problematizando as tensões sociais e raciais de um grupo de elite negra da época de 1940/50. Mas em suas primeiras publicações ocorreram em coautoria com Marize Conceição de Jesus, no caderno “Hidra de Igoassu” com o

11- http://lattes.cnpq.br/7116361207903242 Acessado em 10 de março de 2018.

“texto ‘Memórias de João’ sobre as trajetórias de João Cândido e João do Vale e suas ligações com a Baixada”.

No curso de especialização de História Social do Brasil pela FEUDUC, em 1996, Maria Gregório desenvolveu na monografia a pesquisa intitulada “A Resistência Negra na História do Brasil”, orientada pelo professor Antônio Augusto Braz. Ao ingressar no Mestrado em História Social, na Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ, 2003-2005, consolidou o seu campo de análise sobre relações étnico-raciais e trajetórias individuais com a pesquisa “Solano Trindade: raça e classe, poesia e teatro na trajetória de um afro-brasileiro (1930-1960)”, orientada por Monica Grin Monteiro de Barros[12]. No ano de 2014 Maria Gregório ingressou no doutorado e passou a desenvolver a pesquisa com título “A luta pela terra e a fundação da diocese de Itaguaí no Sul Fluminense”, orientada por Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro[13], com expectativa de defesa para o decorrer do ano de 2018, o que foi possível perceber o alinhamento com a trajetória de militância político-religiosa como motivadora para o desenvolvimento de sua pesquisa em curso.

Marize Conceição de Jesus[14] desenvolveu a pesquisa em coautoria com Maria Gregorio. É professora da rede estadual do Rio de Janeiro e da rede municipal de educação de Nova Iguaçu. Possui a sua trajetória acadêmica também iniciada na instituição FEUDUC, formada em Licenciatura Plena em História (1992-1995) e com uma especialização em História Social do Brasil (1996), sem especificação dos dados da pesquisa na Plataforma Lattes, mas dá sinais sobre configuração do seu projeto de monografia, pelo anseio que apresentou em trabalhar com as problematizações do golpe militar de 1964 e seus reflexos na Baixada Fluminense.

Em 1999, Marize de Jesus ingressou para o programa de pós-graduação lato sensu na Universidade Federal Fluminense (UFF) com a pesquisa título “Rosa dos Ventos: Construção da Memória e Identidade de uma Comunidade em Nova Iguaçu” orientada por Maria Paula Graner.

Mulher negra, nascida em 1967 em Salvador/Bahia, Marize de Jesus passou a morar em Nova Iguaçu ainda na sua infância junto com os seus pais. Foi com a sua experiência de pertencimento da população negra na Baixada Fluminense que

---

12- Professora do programa de pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. CV: http://lattes.cnpq.br/5741843742281222 Acessado em 10 de março de 2018.
13- http://lattes.cnpq.br/2719300158070968 Acessado em 10 de março de 2018.
14- CV http://lattes.cnpq.br/4531779695152747 Acessado em 10 de março de 2018.

motivou a sua pesquisa título “O legado da militância negra pós-64 para a democratização das relações étnico-raciais” (2015), orientada por Ahyas Siss[15]. Uma pesquisa desenvolvida no programa de Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, em 2013-2015, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFRRJ.

Nádia Aparecida Tobias Félix, mulher negra, nasceu em 1966 e faleceu em novembro de 2017. Natural de Nova Iguaçu, seus pais passaram por processo de migração, “vindos do nordeste e de Minas Gerais”, sem estabelecer um marco temporal para migração (ENNE, 2002, p 239). Nádia Félix possuía uma trajetória de militância político-religiosa no município de São João de Meriti, onde atuou desde a juventude, principalmente voltada para luta dos movimentos de base na Igreja Católica, com a participação nos projetos de formação da década de 1980 e da militância pela pastoral do negro. Segundo Enne (2002) é no ambiente religioso que se estabeleceu o interesse de Nádia Félix pela área da História.

Em 1992, Nádia Félix conclui o curso de Licenciatura em História pela FEUDUC. Sua turma de formação teve como contemporâneos Alexandre dos Santos Marques e Ercília Coelho de Oliveira, os quais juntos se influenciaram mutuamente pelas pesquisas sobre a historiografia da Baixada Fluminense. Se formou em três cursos de pós-graduação lato sensu, em “História Social do Brasil, pela FEUDUC, História dos Movimentos Sociais pela UFF e História da África pela Universidade Cândido Mendes” (ENNE, 2002, p 239). Na UFF pesquisou sobre o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação/SEPE de São João de Meriti. Na Cândido Mendes pesquisou “educação e raça com a alunos em São João de Meriti”, com o título “Educação e os afrodescentes. Propostas e Alternativas” (1998).

> Apesar de afirmar que seu maior interesse é a questão da negritude como objeto de estudo, [Nádia] optou, para o projeto de Mestrado, em focar a questão do Movimento Social e sua importância, na década de 80, para a sociedade civil meritiense.(ENNE, 2002, p 240)

A abertura para estabelecer uma prática de pesquisa, que analisasse as especificidades do negro da Baixada Fluminense, se estabeleceu aqui como um ponto

15- CV: http://lattes.cnpq.br/1745461007466177 Acessado em 10 de março de 2018.

de interrogação sobre o apoio, e o não apoio, da APPH-Clio para o fortalecimento dos projetos para ingresso nos programas de mestrado e doutorado com as demandas raciais, principalmente no contexto da identidade social do negro.

Ercília Coelho Neto[16], nasceu em Natividade/RJ no ano de 1954, quando criança sua família se mudou para São João de Meriti. Formada em Estudos Sociais pela FEUDUC em 1988, realizou a complementação da formação com Licenciatura Plena em História. E nos anos de 1993 e 1994 ingressou na pós-graduação lato sensu em História Social do Brasil na FEUDUC, realizando a pesquisa de monografia sobre o movimento da pastoral do negro, com o título “Movimento Cultural Negro no período de 1984 à 1993. CEB's. Identidade Negra e Cidadania”.

Ercília Coelho atuou na docência desde 1985 na rede estadual de educação e desde 2006 ocupa a função de professora na faculdade de História da FEUDUC. Entre os anos de 2002 e 2005, Ercília Coelho ingressou para o curso de Mestrado em História pela Universidade Severino Sombra, na cidade de Vassouras/RJ, ampliando a pesquisa sobre a pastoral do negro, na qual atuou desde a juventude, e o título da sua dissertação foi “As CEB's Duque de Caxias e São João de Meriti: um modelo de igreja voltado para o social (1960-2005) com orientação de José D' Assunção Barros[17]. Os trabalhos de militância político-religiosa, as pesquisas acadêmicas e os textos[18] de publicação na “Revista Hidra de Igoassú” ocorrem em pareceria com Nádia Aparecida Tobias Félix.

Shirley de Souza Costa, nasceu em 1974 na cidade de São João de Meriti. Descendente de uma família de imigrantes, possui a influência nordestina e do norte-fluminense na sua construção identitária. Na trajetória militante foi marcada pela participação no Movimento de Mulheres, no Movimento Negro e na Pastoral do Negro da Diocese de Duque de caxias e São João de Meriti. A passagem pela pastoral possibilitou a Shirley Costa uma formação pelo “Centro de Estudos, Cultura e Teologia Negra”, um processo de formação oriundos dos Agentes Pastorais Negros (APN’s).

Shirley Costa fez a graduação em História pela FEUDUC em 1996, e, assim como os outros membros da rede, passou a ingressar a APPH-Clio quando realizou sua especialização em História Social do Brasil em 1997, com uma pesquisa que analisava a “história econômica de Nova Iguaçu”. No decorrer da sua trajetória,

16-- CV: http://lattes.cnpq.br/7697509150581869 Acessado em 10 de março de 2018.
17- CV: http://lattes.cnpq.br/7367148951589975 Acessado em 10 de março de 2018.
18- Os artigos publicados são “Breve Histórico de São João de Meriti” e Emancipação político-administrativa de São João de Meriti”. (ENNE, 2002, p 237)

sobretudo pela possibilidade de elaboração de um projeto de pesquisa, despertou o interesse pela violência urbana na Baixada Fluminense e os conflitos que a geram. Houve, entretanto, um processo de frustração após a reprovação em três processos de seleção para o mestrado, o que pode indicar a ausência do Currículo Lattes como uma interrupção da trajetória acadêmica. Contudo, o apontamento da permanência de sua atuação com o ensino de História, pelo ofício de professora da rede estadual e da rede municipal do Rio de Janeiro, além do programa de Pré-Vestibular para Negros e Carentes, em 2002 (ENNE, 2002).

Nielson Rosa Bezerra[19], nasceu em 1979 no município de Duque de Caxias, mas reside desde a infância no município de Belford Roxo. Em 1998 se formou em Licenciatura Plena em História pela FEUDUC. Nielson se especializou em História Social do Brasil pela FEUDUC, em 2000, e desde o ingresso no curso de especialização já atuava como membro do grupo engajado nas pesquisas sobre História Local e Regional focando suas pesquisas no processo de escravização do povo negro e os aspectos de resistências no campo sociocultural e econômico, por meio do CEMPEDOCH-BF e da APPH-Clio, defendeu a pesquisa título “A Vila de Iguaçu: panorama histórico da Baixada Fluminense - Século XIX” com a orientação de Antônio Augusto Braz.

Em 2002, Nielson ingressa para o programa de Mestrado em História na Universidade Severino Sombra, Vassouras/RJ, onde desenvolveu a pesquisa “As confluências da Escravidão no Recôncavo da Guanabara: Iguaçu e Estrela (1833-1888)”, defendida em 2004 com a orientação de Carlos Eugenio Líbano Soares[20], a pesquisa foi publicada em formato de livro impresso com o título "As chaves da liberdade: confluências da escravidão no Recôncavo do Rio de Janeiro, 1833-1888" (2008), pela EdUFF.

No ano de 2006 ingressou no doutorado com a pesquisa “Mosaicos da Escravidão: Identidades Africanas e Conexões Atlânticas do Recôncavo da Guanabara (1780-1840)” obtendo o título de doutor em 2010 pela Universidade Federal Fluminense/RJ, como bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq e com a orientação de Mariza de Carvalho Soares[21]. Entre o período de 2010 a 2012 atuou como professor visitante na disciplina de “História e Cultura Afro Brasileira" na Universidade Estadual do Maranhão.

19- CV: http://lattes.cnpq.br/2781159435883800 Acessado em 10 de março de 2018.
20- CV: http://lattes.cnpq.br/0684352403294811 Acessado em 10 de março de 2018.
21- CV: http://lattes.cnpq.br/1509168353330526 Acessado em 10 de março de 2018.

No Pós-Doutorado, em 2011, norteou os seus estudos com a análise “Testamentos e hierarquias em sociedades escravistas ibero-americanas (século XVI-XVIII)” pela The University of West Indies/Campus Cave Hill, Barbados, como bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PNPD-CAPES), com a orientação de Roberto Guedes Ferreira[22]. Em 2012 desenvolveu o pós-doutorado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) como bolsista CAPES e entre 2012 e 2014 desenvolveu outro pós-doutorado no Canadá pela York University, em YorkU, como bolsista do programa Social Sciences and Humanities Researc Concil (SSHRC). Foi contemplado também com bolsa canadense do Post Doctoral Banting Program (2012-2014), para auxiliar no desenvolvimento da pesquisa "Liberated Africans in Brazil, 1831-1900" no The Harriet Tubman Institute, York University, no Canadá estabelecendo parceria com o pesquisador Paul Lovejoy. As articulações desenvolvidas por intermédio da APPH-Clio e a ampliação da rede com o contato com outras instituições de formação e editorial possibilitaram que Nielson Bezerra publicasse as suas pesquisas em formato de livro: "As chaves da liberdade: confluências da escravidão no Recôncavo do Rio de Janeiro, 1833-1888" (EDUFF, 2008); "Escravidão, Farinha e Comércio na Recôncavo do Rio de Janeiro, século XIX" (CLIO, 2011); "A cor da Baixada: Escravidão, Liberdade e Pós Abolição no Recôncavo da Guanabara" (CLIO, 2012); "Escravidão Africana no Recôncavo do Rio de Janeiro (séculos XVII-XIX)" (EdUFF, 2011) em parceria com Mariza de Carvalho Soares; e "Pontos e Contrapontos não desvendados: os vários tecidos sociais de um Brasil Oitocentista" (EdUEMA, 2012) em Parceria com José Henrique Borralho e Marcelo C. Gonçalves.

Professor da rede municipal de Duque de Caxias atua como diretor de pesquisa e assuntos pedagógicos do Centro de Referência Patrimonial e Histórico de Duque de Caxias e do Museu Vivo do São Bento, responsável pela inscrição da instituição em projetos de financiamento e parceria, sendo responsável pela inscrição dos programas de “Jovens Agentes do Patrimônio” e “Lut’Art - Mulheres que Lutam com Arte” em projetos de financiamento da Casa da Moeda do Brasil e Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Nielson atualmente compõe a equipe de docentes do programa de pós-graduação da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense/UERJ-FEBF em Duque de Caxias, como servidor concursado, e coordenador do curso de História da Faculdade Professora Fernanda Bicchieri /FABEL

22- CV: http://lattes.cnpq.br/0920997544430620 Acessado em 10 de março de 2018.

em Belford Roxo. Nielson chegou a ocupar a função de Diretor Acadêmico da FEUDUC em 2014-2015.

Nielson desenvolveu os seguintes projetos de extensão: “Os segredos da cabaça: Patrimônio, Memória e Cultura Afro Brasileira em Duque de Caxias” (desde 2015), financiado pela FAPERJ; “Patrimônio, Memória e Cultura Afro Brasileira na Baixada Fluminense” (desde 2013), financiado pela FAPERJ; “Juventude Semeando a Memória e a Cidadania” (desde 2012), financiado pela Casa da Moeda do Brasil. Além ter elaborado o desenvolvimento dos seguintes projetos de pesquisa: “Caminhos percorridos. Histórias construídas: a Tradição Oral em Duque de Caxias” (2010-2013) “Projeto Comunidade Viva do São Bento: Um programa de educação e mobilização popular para as comunidades da Grande São Bento” (2010-2012) financiado pela instituição Comunità Impegno Servizio Volontariato – Cooperação.

Elizabeth Silva de Oliveira, nasceu em 1963 no município do Rio de Janeiro mas é moradora de Duque de Caxias desde o primeiro ano de vida, seus pais são natural de Minas Gerais. Licenciada em História pela FEUDUC, também entrou para APPH-Clio durante o curso de especialização em História Social do Brasil pela FEUDUC (s/d), com o desenvolvimento da pesquisa sobre a Fazenda da Covanca tema “Degradação do Patrimônio Histórico na Baixada Fluminense”, trabalhando com História Oral, publicando o texto “A Fazenda Covanca: história de uma degradação (1937-1989)”(s/d). Elizabeth é professora da rede municipal de Belford Roxo e de Nova Iguaçu (ENNE, 2002).

Cecília Cunha França[23] graduada em História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro em 1989, entrou para APPH-Clio pelo mesmo processo que os demais, através da especialização em História Social do Brasil pela FEUDUC em 1995, quando realizou a pesquisa “Da Vila da Estrela a Imbariê, do apogeu à estagnação”, sob a orientação de Antônio Jorge Matos. Cecília é natural do município do Rio de Janeiro, onde nasceu em 1967. Casou-se com o professor Antônio Augusto Braz de quem hoje é divorciada. Em 2002 se apresentou como militante do PT como aspecto de influência na sua prática como pesquisadora.

Em 2003 Cecília França ingressou no curso de especialização em Supervisão Escolar, pela Universidade Cândido Mendes, no município do Rio de Janeiro, com a pesquisa intitulada “A Avaliação no Estado: O Desconhecimento das Portarias 6 e 8”, sob orientação de Ana Cristina Guimarães. Como professora da rede estadual de

23- CV: http://lattes.cnpq.br/2097281342586654 Acessado em 12 de março de 2018.

educação, Cecília França mora e trabalha no bairro Saracuruna em Duque de Caxias.

Os membros fundadores da APPH-Clio são em sua maioria descendentes de imigrantes dos estados do nordeste brasileiro e elaboram as suas narrativas referenciando o marcador da imigração como primordial na transformação das cidades da Baixada Fluminense, impulsionadas pelas reformas da cidade do Rio de Janeiro em meados do século XX, como uma possibilidade de inserir as relações de trabalho nas narrativas oficiais.

O cruzamento de dados entre a pesquisa desenvolvida na tese de doutorado de Ana Enne (2002) e os currículos disponíveis na Plataforma Lattes possibilitou a atualização das informações posteriores a Enne, amplificando a compreensão da trajetória dos professores-pesquisadores que compõem a sub-rede dos acadêmicos.

A identificação da maioria dos professores-pesquisadores da APPH-Clio com a trajetória de militância nos movimentos de bairros e nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), por meio da atuação nas pastorais e nos cursos de formação para as associações de moradores, possibilitou a compreensão do movimento formado por esta rede como uma ampliação das pautas por meio da reescrita da narrativa oficial. No entanto, com as entrevistas trabalhadas por Enne, possibilitou a identificação da preocupação com a trajetória de formação e carreira acadêmica pelos fundadores da APPH-Clio, com anseio pelo ingresso nos programas de mestrado.

Contudo, a formação acadêmica na FEUDUC não pode ser tomada aqui como a única base de “matriz comum” para o estabelecimento desta rede de sociabilidade (SINIRELLI, 2001, p 246-247), sendo as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as associações de moradores e a militância político-partidária elementos importantes na formação da rede dos acadêmicos, possibilitando-os reconhecer o silenciamento do mundo do trabalho, da presença negra, dos processos de migração e principalmente da luta dos movimentos sociais na região, indicando um incômodo com a configuração das narrativas oficiais e direcionando-os para o investimento em pesquisas sobre o lugar social do qual são frutos. E na configuração destas pesquisas o espaço da instituição FEUDUC se tornou um principal eixo propulsor no alcance das ferramentas necessárias para desestruturação do domínio social que passa pelo campo da memória.

A configuração das narrativas sobre a presença afro-brasileira nas produções bibliográficas da Baixada Fluminense, feita pela rede intelectual de acadêmicos, apontou as diferenciações das narrativas sobre as produções em história local, que

outrora era ignorada a presença dos trabalhadores da região pelas produções feitas pela rede de intelectuais memorialistas.

O silenciamento do mundo do trabalho na região e uma produção voltada para fortalecimento de uma memória agrária, tendo à posição social dos proprietários de terra valorizada e perpetuada, alardeou o distanciamento da presença dos negros nas narrativas da região, mesmo compondo a maioria da população. Essas produções nomeadas de “tradicionalistas” apresentaram o perfil das narrativas dos memorialistas, sendo eles acionados com frequência para as publicações encomendadas.

A temática do trabalhador, dos movimentos sociais e da presença negra na região da Baixada Fluminense, apareceu discursivamente com as pesquisas desenvolvidas pela rede dos acadêmicos. Com o estabelecimento da construção de uma outra narrativa histórica sobre região, contemplando a base da pirâmide social fluminense como protagonista, estruturou uma genealogia de influência que não só fomentou pesquisas com estas temáticas, como vinculou a configuração de uma memória social que implicasse no processo de construção de identidades e o acesso de outras pessoas a uma carreira acadêmica

Essa ação política em torno da memória pôs em evidência a necessidade de preservá-la, assim como os lugares que dialogam e testemunham sua existência, sobrevivência e permanência. As narrativas distintas em contraponto levou em consideração o contexto social estruturado pelas práticas discursivas e como o posicionamento de diferentes grupos interveio na dinâmica de elaboração das narrativas junto a sociedade em que estão inseridos.

2- O Museu Vivo do São Bento em diálogo com as memórias de resistência negra na região: Patrimônios e Memórias.

A discussão deste capítulo se desdobrou na institucionalização do Museu Vivo do São Bento – MVSB. Para compreensão do contexto de criação do museu o diálogo passou pelo papel dos professores-pesquisadores no debate sobre Patrimônio e Memória na cidade de Duque de Caxias, e como possibilitou a conexão de diferentes agentes na defesa e preservação de uma memória coletiva na cidade.

O museu se instituiu a partir de práticas educacionais de movimentos populares, que por meio de Estudos de Campos aproximou o diálogo com as memórias negras da região, das relações de trabalho e interação social, como um mecanismo de afirmação e preservação da memória coletiva. No entanto, a descoberta do sítio arqueológico Sambaqui do São Bento apresentou a dinâmica do patrimônio em disputa na cidade. O que influenciou na mudança de trajetória dos agentes ligados a institucionalização do museu, com um movimento da sociedade civil organizada para estruturação de políticas públicas voltadas para defesa do Patrimônio Cultural da cidade de Duque de Caxias.

A demanda pela defesa do patrimônio se apresentou primeiro, a elaboração do planejamento para fundamentação da identidade museológica surgiu tempos depois da atuação do museu, tanto que na categorização dos museus implementados pela museologia o MVSB pode ser compreendido como museu de resistência, instituído através de reivindicação popular, e como museu comunitário, categoria correspondente aos ecomuseus (KASEKER, 2014).

A trajetória dos diferentes agentes, que se articularam na formação do MVSB, não foi marcada pelo conhecimento técnico da museologia, o que possibilitou uma autonomia na construção identitária dos lugares de memória acionados como Patrimônios Culturais e a amplitude na formação pedagógica como prática de intervenção e preservação da história, memória e patrimônio na Cidade.

2.1 – Estudos de Campo

Os Estudos de Campo, como ferramenta de formação, aparecem na trajetória de atuação profissional dos agentes ligados aos movimentos sociais em Duque de Caxias. Entre os professores-pesquisadores de História o formato de aprendizado, mediado por atuação em pesquisa, aproxima a materialidade e teoria no processo pedagógico e curricular da graduação de História da FEUDUC, entre a década de 1990 e o ano de 2008. São nestes formatos de estudos que aparecem o alcance político dos professores-pesquisadores, como inseridos em um campo de disputa de memórias e narrativas, até uma mudança de sentido ao abordar a prática consciente de uma educação patrimonial. Na narrativa de Marlucia Santos de Souza, o desenvolvimento de estratégias para estudos surgem como um processo de fissura:

> Para romper o silêncio em torno da História da resistência e dos movimentos sociais e sindicais na cidade, organizamos no MUB um curso denominado a “História que não foi contada” e trabalhos de campo para estudo da realidade local oferecidos às associações de moradores (SOUZA, 2011, p 201)

Para Marlucia Souza a prática pedagógica dos Estudos de Campo está presente mesmo antes do ingresso na graduação de História, pois, no início década de 1980, os Estudos de Campo eram utilizados como recurso metodológico de formação dos agentes das associações de moradores do MUB, da qual ela fazia parte. Uma prática de formação elaborada nos movimentos populares implementa uma metodologia de contraponto às narrativas tradicionais, como estratégia de construções de novas abordagens e rupturas do silenciamento das lutas populares. Essa metodologia é aplicada nas ações de educação de jovens e adultos, estruturadas com a participação do MUB e o Projeto Educar em 1989 (Ver capítulo 1), o que aponta um caminho de disputa de narrativas que se constroem com o desenvolvimento dos Estudos de Campo.

Posteriormente, no final da década de 1980 e durante a década de 1990, Marlucia Souza, como professora de graduação no Departamento de História da FEUDUC, em conjunto com outros professores (Antônio Augusto Braz, Alexandre dos Santos Marques e Nielson Rosa Bezerra), articulados na APPH-Clio, passam a integrar a prática metodológica das atividades de campo no espaço universitário.

Simultaneamente, assumem um caminho para o desenvolvimento de uma trajetória de pesquisa na instituição, o que permitiu alimentar o acervo do CEMPEDOCH-BF e superar barreiras curriculares do curso de História. Os Estudos de Campo assumiu dimensões de formação acadêmica ao integrar o conteúdo curricular das disciplinas “História Local e Regional” e “História do Brasil I” e “História do Brasil II” na graduação de História da FEUDUC.

A aproximação da experiência de formação popular e o desenvolvimento teórico da História são possibilitados pela utilização de roteiros para as atividades, como uma ferramenta para implementação da proposta pedagógica. Os roteiros apoiavam o desenvolvimento das atividades, definidos por eixos temáticos, o que auxiliou na sua categorização como “Caminhos da Fé” e “Caminhos do Ouro”. A formação dos roteiros ocorreu com os estudos históricos e acadêmicos, sendo assim, sua definição passou pelo desenvolvimento das pesquisas e ações de expedições, mapeamentos e reconhecimento histórico, motivados pelos pontos de contato entre os relatos das vivências dos moradores e os “contos” locais que estimulavam os estudos.

As atividades conectaram passado e presente, por meio do percurso, com interação entre a prática pedagógica e a análise das transformações e permanências na vida social ao longo do tempo. Sendo assim, os estudos integravam as construções do passado com as vivências do presente, e o percurso auxiliou cronologicamente as leituras históricas da região sobre a formação da população e desenvolvimento do mundo do trabalho. Os Estudos de Campo auxiliaram as conexões do presente com as construções coloniais da Baixada Fluminense, principalmente da cidade de Duque de Caxias. Entre memórias sobreviventes ao tempo, as construções possibilitaram uma ressignificação das narrativas oficiais e, a partir dela, uma reintegração a cidade com novos sentidos.

Os Estudos de Campo foram estruturados em dois eixos: “Caminhos da Fé” e “Caminhos do Ouro”. Os estudos denominados “Caminhos da Fé” têm como pontos de ancoragem a lógica de ocupação da região da Baixada Fluminense desenvolvida pela Igreja Católica para o “controle da ordem colonial” (SOUZA, 2014, p. 50), com análise das participações das irmandades religiosas na estratificação do ordenamento social durante o período colonial, como por exemplo as Irmandades de Nossa Senhora da Conceição dos Homens Pardos, a de Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor e a Confraria de São Benedito, também responsável pelos homens de cor. Esses ordenamentos religiosos exerciam forte atuação na Baixada Fluminense, o que

possibilita a compreensão da formação e recorte racial da população presente na região, anterior aos processos migratórios da segunda metade do século XX. Os vestígios de atuação dessas irmandades, diante do percentual da população negra, estão presentes ao longo de toda a cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense. O reconhecimento dessa atuação está baseado nos arquivos diocesanos e nos processos judiciais do período oitocentista, acessados nas pesquisas acadêmicas sobre a região.

Tabela 4 – População Iguaçuana entre 1779 e 1789

Freguesia	Hab. livres	%	Escravos	%	Total
Marapicu	902	49,5	919	50,0	1821
Jacutinga	1.402	39,6	2.130	60	3540
Meriti	638	39,5	978	60,5	1616
Piedade de Iguaçu	963	44,0	1.219	56,0	2182
Pilar	2.027	52,0	1868	48,0	3.895
Total	5.932	45,4	7.122	54,6	13.054

Fonte: SOUZA, 2014, p 48

Os manuscritos de Monsenhor Pizarro durante a visita pastoral em 1753-1830[24], sob a guarda da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, fundamentou o roteiro dos Estudos de Campo “Caminhos da Fé” e apoiou, sobretudo, o desenvolvimento de expedições, do grupo de professores e alunos, para mapeamento e reconhecimento das igrejas e capelas coloniais presentes no Recôncavo da Baía da Guanabara[25].

24- Publicados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, INEPAC, da Secretaria Estadual de Cultura, como coletânea “Rio de Janeiro e as Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro” em 2008.

25- Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu, Freguesia de Nossa Senhora do Pilar, Freguesia de Nossa Senhora da Estrela dos Mares, Freguesia de São Nicolau do Suruí, Freguesia de São João Batista de Meriti, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição.

O estudo “Caminhos do Ouro” utilizou como recorte espacial o desenvolvimento dos caminhos para escoamento do ouro no período colonial, entre os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. O primeiro momento do estudo inicia na cidade de Paraty, que correspondeu ao primeiro trajeto de escoamento do ouro em 1699, denominado “Caminhos dos Guaianazes e Goitacazes” que durava três meses aproximadamente (SOUZA, 2014, p 56). A segunda etapa do estudo se institui pelos caminhos alternativos ao de Paraty. A distância e consequentemente o tempo de escoamento do ouro pela cidade de Paraty impulsionou, no século XVII, expedições para abertura de rotas alternativas e, assim, dois novos caminhos foram implementados utilizando a Baía da Guanabara e os rios da região como canais de escoamento: o “Caminho Novo ou Caminho de Garcia Paes” (1699/1704) pelo Porto do Pilar, na Freguesia de Nossa Senhora do Pilar (cortando a região da Mantiqueira e Paty do Alferes) (atual bairro do Pilar em Duque de Caxias); o Caminho do Proença pelo Porto de Estrela (1722), dinâmica que possibilitou a Freguesia de Estrela o alcance da categoria de Vila de Estrela, sua trajetória “atravessava Estrela em direção a Serra de Petrópolis, Três Rios, Rio Paraíba e Minas em até sete dias”(SOUZA, 2014 p. 58), e está localizado atualmente na divisa dos municípios de Duque de Caxias e Magé.

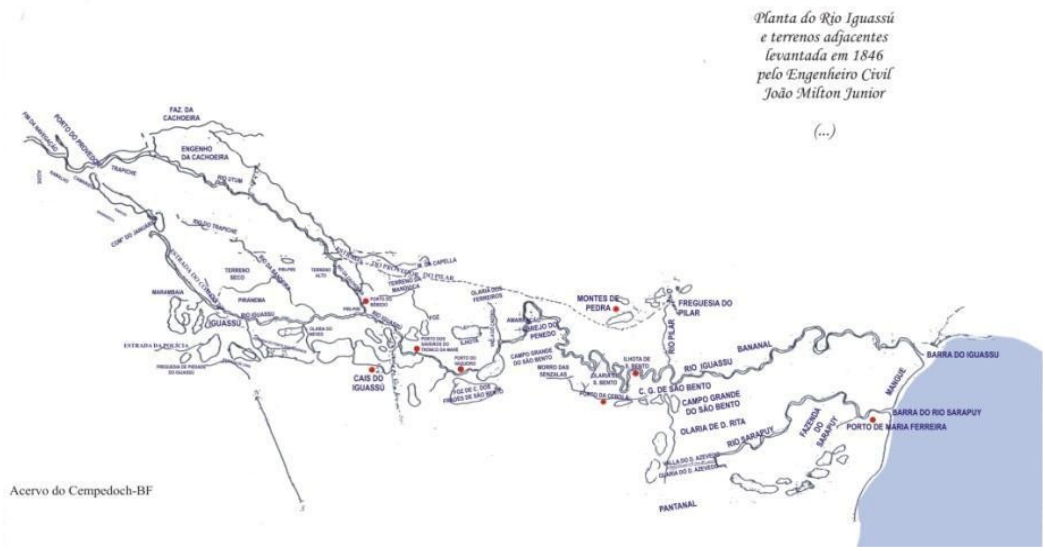


Figura 2 – Planta do Rio Iguaçu

Fonte: BEZERRA; NASCIMENTO; SOUZA, 2013, p 111

Um quarto caminho do ouro foi aberto em 1728, O “Caminho Estevão Pinto de Andrade ou Caminho do Tinguá” (SOUZA, 2014 p. 58), na Vila de Iguaçu. O Caminho do Tinguá tem como parte do percurso, no Estudo de Campo, o Porto Iguaçu e as ruínas da Fazenda de São Bernardino. Este caminho estabeleceu o ponto de interseção entre fim do ciclo do ouro e o desenvolvimento da produção cafeeira fluminense e, deste modo, o Estudo de Campo “Caminhos do Ouro” aborda também a trajetória do café no cenário fluminense, aproximando as vivências que interligam o recôncavo guanabarino e o Vale do Paraíba, pois “a produção do café do Vale do Paraíba era escoada pelos Portos de Estrela e do Pilar, pelas Estradas do Comércio e da Polícia, que desembocavam em Cava (Iguaçu Velho)” (SOUZA, 2014, p. 60).

Parte do roteiro que aborda o “Caminho do Tinguá” foi complementado pelas cidades integradas na produção do café no Vale do Paraíba. Na cidade de Vassouras e Paty do Alferes, principalmente, estabeleceu a aproximação da História da Baixada Fluminense, com as lutas e fugas dos escravizados que fortaleceram e ajudaram na estruturação da presença quilombola por toda região iguaçuana.

Mesmo diante do contexto da colonização, os Estudos de Campo marcaram formas de acionamento da memória negra na Baixada Fluminense, abrindo caminho para o desenvolvimento de pesquisas sobre a sociabilidade do negro com diálogos sobre resistência. Na contraposição entre diferentes narrativas da cidade, os lugares de memória ganharam a prerrogativa de Patrimônio de uma coletividade. Os Estudos de Campo ampliou a percepção sobre a dinâmica socioespacial, principalmente da cidade de Duque de Caxias, a partir do momento em que o foco das pesquisas eram as vivências e interações provocadas pelos modos de controle social, estabelecimento dos limites, as formas de ultrapassá-los e as dinâmicas de resistência.

A atuação dos Estudos de Campo não se tornou uma prerrogativa única dos professores-pesquisadores, mas foi instituída como um elemento voltado para autonomia dos sujeitos, com a possibilidade de desenvolver práticas independentes. Esta dimensão auxiliou na formação e fortalecimento de identidades e, por isso, sua prática não precisava ser tutelada, mas se estabeleceu como um movimento na construção de novos roteiros autônomos. A prática dos Estudos de Campo passou a assumir as dimensões de uma educação patrimonial e as práticas de letramentos de reexistência (ver capítulo 3), a medida em que a atuação foi transformada em um campo de disputa das narrativas.

Os percursos possibilitaram um caráter de formação e atuação política durante o mapeamento das construções históricas e, inseridos no contexto dos estudos sobre a história da região, com a revisitação das memórias perdidas no tempo, assumindo o sentido de “lugares de memória”, que segundo Pierre Nora(1993) “nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea” (NORA, 1993, p 13). É no constante revisitar dos prédios pelos Estudos de Campo que se aplica o sentido de “lugares de memória”, atribuindo ao passado novos contextos no presente. A ação do revisitar permite entender que no contexto dos lugares “é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversário, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (NORA, 1993, p 13).

A memória precisa ser assegurada no presente e a História pode desempenhar este papel ao interagir com os lugares, inventando formas de lembrar na contemporaneidade: os lugares de memória. Estes

> são lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combates, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre. Trata-se de um lugar de memória tão abstrato quanto a noção de geração? É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou. (NORA, 1993, p 21-22)

Foi durante o desenvolvimento dos percursos que a compreensão da categoria de “lugares de memória” ganhou significado, com a “ritualidade” (NORA, 1993, p 22) da visitação pelos Estudos de Campo e, neste sentido, não só os prédios são definidos como “lugares de memória”, mas o próprio Estudo de Campo pode ser compreendido nesta mesma categoria, quando assume o sentido funcional de garantir uma transmissão e, assim, a preservação e cristalização de narrativas baseadas na

vivência popular.

Entre 1990 e 2000, a realização do Estudo de Campo problematizou o abandono, no qual os prédios estavam condicionados, como um projeto político que amparou a configuração do poder nas cidades da Baixada Fluminense; ajudou na compreensão dos usos das narrativas para o silêncio consciente da participação do negro na história oficial da região.

Pode-se analisar ainda o quanto os professores-pesquisadores perceberam sobre o silenciamento do mundo do trabalho nas narrativas oficiais, o que inclui, principalmente, o trabalhador negro (tanto no período colonial escravista, quanto no pós-abolição). Não se reconhecer nas narrativas é, ainda hoje, um importante elemento para manutenção da subalternidade. Contudo, atribuir aos “lugares de memória” novos sentidos possibilitou a construção de identidades positivas com uma outra compreensão do ser social, participativo e não condicional. Por isso defendê-los seria reconhecer estar diante de uma ameaça real, que implica na luta pelo direito à História negada.

A compreensão de ameaça estabelece, também, o contexto de disputa no qual as memórias se manifestam. E que os “lugares de memória” permanecem como símbolos dessa disputa, pelo sentido “material, simbólico e funcional” que representam, pois os Estudos de Campo assumem um papel de “vigilância comemorativa” (NORA, 1993, p.13) ao manter no presente a memória que fora silenciada no passado, que é a interação social negra na Baixada Fluminense. A multiplicidade dos “lugares de memória” permitiu diversificar narrativas, perceber “que as massas não se formam de maneira massificada” (Idem, 1993, p 20), compreender que os elementos que compõem a subjetividade dos sujeitos interagem com as suas heranças, cristalizadas pela memória, e que o dever de preservar memórias, ora individual ora coletiva, “faz de cada um, historiador de si” (NORA 1993, p. 17).

Quando se analisa os Estudos de Campo “Caminhos da Fé” e “Caminhos do Ouro” percebe-se que estes se interligam pelo contexto de administração colonial e a formação social na Baixada Fluminense, principalmente com a problematização dos lugares como símbolos da atuação social assimétrica (BEZERRA, 2008) da população negra na região. Nielson Bezerra (2008) é um professor-pesquisador que se tornou doutor em pesquisas sobre o período escravista e pós abolicionista na Baixada Fluminense, e costuma referenciar que sua participação nos Estudos de Campo “Caminhos da Fé”, como aluno da graduação de História na FEUDUC na década de

1990, foi o que o despertou para análise da interação do negro na região. Referenciando a autoanálise de trajetória feita por Nielson Bezerra pode-se apontar os Estudos de Campo como um método influenciador na construção de novos olhares sobre a região, até mesmo para quem é morador e desconhecia as narrativas.

É possível observar o contexto de interação social do negro na abordagem feita por Nielson Bezerra no livro “A Cor da Baixada: escravidão, liberdade e pós abolição no Recôncavo da Guanabara” (2011) sobre um processo judicial movido pelo escravizado Joaquim Mina em 1883, que decidiu reagir e reivindicar pelo direito de sua integridade física, após sofrer castigos por questionar uma ordem de continuar trabalhando a noite, mesmo depois de um cansativo dia de trabalho sob um sol intenso no dia 20 de janeiro.

> Depois de um rápido momento de sono, resolveu tomar uma atitude aparentemente menos drástica, mas com um impacto ainda mais forte. Quando amanheceu o dia, ele agiu normalmente. Apresentou-se na forma, fez o desjejum e recebeu as ordens e tarefas que deveriam ser cumpridas ao longo do dia. Durante a noite, tinha calculado de quanto tempo precisaria para chegar até a estação ferroviária de Tinguá, já no pé da serra, bem como buscou na memória o horário que o trem partia daquela estação. Antes de se encaminhar para a roça, fugiu. Ao longo do dia, enquanto o feitor e os demais funcionários da fazenda lhe procuravam nas matas, Joaquim desceu a serra e pegou o trem que trilhava a estrada de ferro Rio D’Ouro, inaugurada em 1878. Através de um sistema de baldeação, pegou o ramal da estrada de ferro Pedro II, inaugurada há mais tempo, desde 1858, e seguiu para Belém, atual município de Japeri.
> Joaquim Mina tinha pessoas que ele conhecia em Belém e chegou a pensar em se manter por lá por algum tempo até resolver o que de fato faria. Mas, no mesmo dia, pegou o trem novamente e cruzou todo o ramal que conectava Belém até a estação da Leopoldina, já na Corte. De lá, pegou um barco de aluguel e atravessou para Niterói, sede administrativa da província por aqueles tempos. Eu não sei se antes disso Joaquim procurou alguma ajuda ou orientação profissional, mas o fato é que ele foi até a Chefia de Polícia da Província do Rio de Janeiro e denunciou o senhor Guilherme Mantzingem e o seu feitor por maus tratos. Eu ainda tenho dificuldade de acreditar que aquele africano estava sozinho nessa engenhosa e corajosa busca pelo pouco direito que restava para um escravo: “o da conservação da vida e da integridade de seu corpo”, uma das testemunhas levantou essa hipótese afirmando que “qualquer pessoa livre teria ajudado o escravo”. Provavelmente sob esse argumento, o chefe de polícia ordenou que fosse feito um exame de corpo de delito, de forma que fosse possível averiguar as denúncias do escravo. (BEZERRA, 2011, p 81-82)

Colocar aqui o relato feito na pesquisa de Bezerra sobre as estratégias de Joaquim Mina problematiza as conexões da população negra na região, que passa não apenas pelo processo de interação social, mas, sobretudo, pela possibilidade de transitar por toda a região com a proteção dos seus iguais. Pensar o negro como agente é inseri-lo no contexto da coletividade, e que esta coletividade o fortalece para tomada de ação, permeando o comportamento reivindicatório e de sobrevivência em meio às adversidades sociais presentes na região da Baixada Fluminense.

A pesquisa de Bezerra (2011) auxilia no entendimento da formação social das cidades da Baixada Fluminense, principalmente quando possibilita a movimentação das vivências populares, e traz, para o presente, histórias silenciadas sobre a luta do negro. O estudo marcou um ponto de mudança de narrativa sobre as pessoas que permanecem na região e que transferem, na mudança do tempo histórico, os saberes que movimentam o cotidiano popular. Ao mesmo tempo a ritualidade dos Estudos Campo possibilitou o estabelecimento dos novos sentidos para estas narrativas, reconstruídas, e impulsionou uma luta por direitos sociais (de memória, história e patrimônio cultural) do presente.

As mudanças de narrativas garantiu a ruptura das construções discursivas feitas outrora pelo grupo identificado como memorialistas. Até o início dos anos 2000, eles negligenciaram a autonomia das estratégias negras na construção da identidade cultural da Baixada Fluminense. Todavia as mudanças influenciaram até mesmo nas narrativas dos memorialistas. O rompimento com as narrativas do passado abriu caminho para produção de inúmeras pesquisas, em que a reconstrução e ressignificação das narrativas, com o protagonismo da população negra, estabeleceram um novo olhar sobre a região.

No momento em que ocorreu a descoberta de um sítio arqueológico na área marcada pela presença quilombola, e de frequente movimentação pelos Estudos de Campo, uma modificação na atuação dos professores-pesquisadores se apresentou como necessária. Deste ponto em diante as ações não tratavam apenas do contexto de formação e construção de novas narrativas, mas na dimensão de intervenção social e desenvolvimento de políticas públicas para garantir o direito à História, Memória, Patrimônio e Cidade.

2.2 – Sítio arqueológico e a luta pelo Patrimônio

O reconhecimento de vestígios humanos, anterior a ocupação tupinambá, despertou no grupo de professores-pesquisadores possibilidades sobre a cidade de Duque de Caxias, com a análise da região antes da influência da colonização portuguesa, pela potencialidade de consolidar novas referências, que sobrepusesse também “a imagem de cidade-dormitório construída nos anos 1960 e 1970 e de lugar de violência” que “caracterizou sua população como desprovida de identidade, de laços de pertencimento” (SILVA; SOUZA, 2009, p 153). Os estigmas dos grupos populares que eram ressignificados nos Estudos de Campo tornando-se foco de uma outra elaboração na construção do ecomuseu.

Marlucia Souza e Marisa da Silva, no texto “Os professores e a construção do ecomuseu no município de Duque de Caxias (RJ) um relato de experiência” (2009), descreveram a trajetória inicial do museu e como o sítio arqueológico Sambaqui do São Bento representou uma mudança de narrativa

> A descoberta da existência do Sambaqui do São Bento vem oferecendo possibilidades de reconhecimento da Baixada Fluminense como lugar aos olhos de seus moradores, carregados de história. Ao se reconhecer aquele espaço como território dos sambaquieiros e dos agricultores ceramistas tupinambás – que se instalaram há mais de dois mil anos A.P (Antes do Presente) entre os rios Meriti e Iguaçu, representando uma importante força de resistência à dominação lusitana –, surge a oportunidade de pensar o lugar e as pessoas como portadores de uma herança de luta. (SILVA; SOUZA, 2009, p 154)

A dinâmica de resistência apresentada por Souza e Silva (2009) ressaltam a ocupação da região pelos franceses e as alianças estabelecidas com os Tupinambá, durante os primeiros anos de colonização portuguesa e com o enfrentamento da colonização e escravização das aldeias Jacutinga. Um sítio arqueológico estabelece novos contextos na disputa de narrativa sobre a ocupação territorial que não inicia com os portugueses.

Os sítios arqueológicos são compreendidos como Patrimônios Culturais, desta forma as narrativas e os lugares não representam apenas uma minoria, mas ao se

enquadrarem como patrimônio passam a pertencer e representar a coletividade. Na conexão discursiva do passado distante, como um referencial de luta, emerge um posicionamento de preservação da história como um direito. E diante de uma coletividade em movimento, a preservação do patrimônio torna pública uma memória coletiva.

Vera Dodebei (2005) no texto “Memória, circunstância e movimento” explora como a Memória Social interage com os fragmentos de memória, e estes se apoiam em objetos materiais e imateriais com a atribuição de significado e entendimento para o social. Dodebei analisa, portanto, a categoria patrimônio como parte destes fragmentos que consolidam um povo e sua cultura.

> O patrimônio, portanto, deve ser compreendido como o conjunto de informações que caracterizam as ordens de significado dentro de um grupo, povo ou nação. É coletivo porque a cultura o é. Se a escolha do que preservar não pode ser unilateral, pois a centralização da decisão, normalmente representada pelo poder do Estado, certamente não representará a heterogeneidade das culturas, subculturas, subjetividades vigentes, deve ser vista como uma construção circunstancial, um acontecimento que permanecerá até que outras escolhas sejam feitas, sob outras circunstâncias ou acontecimentos. (DOBEDEI, 2005, p 47)

A coletividade é formada por sujeitos com perspectiva econômica, socioespacial e étnico-racial diversa e nem todas as categorias sociais são contempladas em uma construção linear da narrativa oficial, tal como se pressupõe a escrita da História. O reconhecimento de um sítio arqueológica em uma área bastante periférica, como o bairro São Bento em Duque de Caxias, trouxe a necessidade de reescrever a História da cidade. Além disso, a possibilidade de escavar e descobrir artefatos de milhares de anos posicionou o sítio arqueológico como uma herança histórico cultural da humanidade, por isso a decisão de preservá-lo apareceu para os professores-pesquisadores como um dever coletivo em defesa do Patrimônio Cultural em Duque de Caxias. E o Sambaqui São Bento se tornou o ponto inicial que motivou a criação do Museu Vivo São Bento – MVSB – em 2005.

Ainda que a maior parte dos monumentos ao redor do sambaqui seja sobre a configuração da memória negra na região, os povos sambaquieiros também não estavam inseridos na narrativa oficial, assim como os aldeamentos Jacutinga. Um sítio

arqueológico retoma a atenção do desenvolvimento de políticas de patrimônio do Brasil, passa a se tornar um elemento importante na implementação de políticas públicas em um bairro periférico de Duque de Caxias.

2.2.1. A descoberta do Sambaqui e a luta pela patrimonialização.

A arqueóloga Jeanne Cordeiro de Oliveira[26] ao ingressar no Departamento de História da FEUDUC, em 2003, levou para instituição o Laboratório de Arqueologia Brasileira (LAB) sob a tutela do Departamento de História. Nele os alunos atuavam na função de estagiários, em parceria com o Museu Histórico Nacional – MHN – onde desenvolviam aperfeiçoamento técnico para escavação e catalogação de artefatos, e especialização acadêmica da área de arqueologia.

A aluna Marcelle da Costa Mandarino participava das atividades do LAB e do MHN, e foi por intermédio desta atividade que adquiriu o saber técnico que a possibilitou identificar a presença de povos sambaquieiros na área do Grande São Bento. Na graduação da FEUDUC os alunos nos primeiros períodos tinham que participar das aulas de Educação Física todo sábado pela manhã. As atividades pedagógicas eram com a realização de um percurso de corrida ao logo do bairro São Bento. Foi no decorrer desta atividade que a aluna Marcelle Mandarino encontrou um morro de conchas, identificou como um Sambaqui e apresentou à equipe do LAB e os demais professores do Departamento de História, que após constatar reconheceram a necessidade de análise do território como sinais de presença sambaquieira na região. O local em que foi identificado o sambaqui despertou os olhares de mapeamento do LAB, para análise do material e a articulação para desempenhar a escavação, ao acionar o órgão de proteção, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Os sítios arqueológicos são definidos como patrimônios tutelados pelo governo federal brasileiro. A lei nº 3.924, de 26 de Julho de 1961, definiu as estratégias de salvaguarda dos bens arqueológicos e pré-históricos, e relaciona o que deve ser compreendido nesta categoria. Abaixo estão os artigos da lei que normatizam os primeiros cuidados a tomar com a descoberta de um sítio arqueológico:

26- http://lattes.cnpq.br/7920209828528848 Acessado em 09 de abril de 2018

> Art 3º São proibidos em todo o território nacional, o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas ou pré-históricas conhecidas como sambaquis, casqueiros, concheiros, birbigueiras ou sernambis, e bem assim dos sítios (…).
> Art 6º As jazidas conhecidas como sambaquis, manifestadas ao govêrno da União, por intermédio da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (...) terão precedência para estudo e eventual aproveitamento, em conformidade com o Código de Minas.
> Art 8º O direito de realizar escavações para fins arqueológicos, em terras de domínio público ou particular, constitui-se mediante permissão do Govêrno da União, através da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ficando obrigado a respeitá-lo o proprietário ou possuidor do solo.
> Art 13. A União, bem como os Estados e Municípios mediante autorização federal, poderão proceder a escavações e pesquisas, no interêsse da arqueologia e da pré-história em terrenos de propriedade particular, com exceção das áreas muradas que envolvem construções domiciliares.
> Parágrafo único. À falta de acôrdo amigável com o proprietário da área onde situar-se a jazida, será esta declarada de utilidade pública e autorizada a sua ocupação pelo período necessário à execução dos estudos(…)
> (BRASIL, 1961)

Sendo assim, a lei 3.924/61 instituiu que as propriedades nas quais estavam os vestígios arqueológicos passariam para responsabilidade do governo como uma garantia de estudo, como bem comum que se sobrepõe ao bem privado. Posteriormente, os aspectos de proteção pelos quais estavam respaldados os patrimônios culturais passaram a ser previstos na Constituição Federal de 1988, que resguardou a possibilidade de desapropriação para viabilizar o desenvolvimento de pesquisas nos sítios arqueológicos.

Diante deste contexto um medo se instituiu, sobretudo nas camadas mais pobres, da perda de direito da propriedade. Este movimento e sentimento também ocorreu entorno do sítio arqueológico Sambaqui do São Bento. Em meio as ações para proteção e escavação o proprietário do terreno, Senhor Manoel Ulisses Alexandre, percebia as movimentações como um risco de perder a propriedade e, com o desconhecimento da possibilidade de uma ação penal, resolveu desmembrar a área em loteamentos para venda. Com isso, para proteger o sítio arqueológico, até então recém-descoberto, uma ação urgente se movimentou.

> Em 2005 o grupo de professores tentou fazer com que o governo retirasse ou remanejasse as pessoas do local, mas não conseguiram, então, os professores que visitavam as terras sugeriram criar uma campanha “SOS Sambaqui do São Bento”. A campanha foi realizada e conseguiram comprar dois terrenos com a contribuição de professores, alunos e sindicatos. No entanto, ainda assim, os terrenos sofrem muita degradação com a ação das pessoas que vivem nos terrenos vizinhos. (OLIVEIRA; ABREU, 2014, p 75)

A equipe de professores-pesquisadores, que se movimentou em defesa do sítio arqueológico, tinha a consciência de que a ação tomada pelo proprietário do terreno não só era fruto do desconhecimento de uma responsabilidade penal, em que ele estaria sujeito, mas reconheciam que a especificidade da questão estava aliada a realidade de pobreza e luta pela terra. Diante do risco iminente, a equipe de professores-pesquisadores tomou um posicionamento político visando a salvaguarda do patrimônio. Estes professores que trabalhavam na época no Departamento de História da FEUDUC, e que também integravam o CEMPEDOCH-BF e a APPH-Clio, se articularam na compra simbólica de, pelo menos, um lote como garantia da primeira etapa de escavação, com a criação da campanha “SOS Sambaqui”, enquanto tomavam as medidas necessárias para desapropriação.



Figura 3 – Sítio Escola Sambaqui do São Bento
Fonte: BEZERRA; NASCIMENTO; SOUZA, 2013, p 192

A campanha consistia inicialmente na arrecadação de R$5.000,00 (cinco mil reais), valor requerido pelo senhor Manoel, no entanto, ganhou novas dimensões. Como o valor final arrecadado foi superior ao requerido foi possível efetuar a salvaguarda de dois lotes, e remanejar a luta para o desenvolvimento de uma infraestrutura para que de fato o sítio fosse protegido e integrasse a cidade como um espaço de educação social.

A campanha “SOS Sambaqui do São Bento” impulsionou professores e alunos de História da FEUDUC, professores de escolas públicas da região, outras redes de ativismo social e cultural de Duque de Caxias, comunidade do São Bento e os bairros vizinhos que passaram a atuar como parceiros numa luta coletiva em defesa do Patrimônio Cultural na cidade.

> (...) o maior legado dessa mobilização não foi a quantia arrecadada por meio de doações – cerca de 11 mil reais – que permitiu a aquisição simbólica do terreno ameaçado, mas o senso de coletividade que se construiu e que, além de evitar a destruição do sambaqui, fomentou na comunidade a solidariedade, a tomada de consciência do direito de conhecer e a socialização da função de preservação deste e de outros patrimônios existentes na localidade. (GOMES, 2016, p 17)

O entendimento do aspecto simbólico da compra está alinhado ao cumprimento da lei 3.924/61 que estabelece no Artigo 5º que corresponde como crime ao Patrimônio Nacional “qualquer ato que importe na destruição ou mutilação dos monumentos” que correspondem as jazidas arqueológicas e pré-históricas brasileiras (BRASIL, 1961). A campanha “SOS Sambaqui” foi representada por um movimento de legitimação social que possibilitou acionar outros agentes sociais da cidade de Duque de Caxias para defesa e garantia da preservação do Patrimônio Cultural por meio do sítio arqueológico. A escavação do sítio arqueológico Sambaqui do São Bento ocorreu no ano de 2010 pela responsabilidade técnica da equipe do Instituto de Arqueologia Brasileira – IAB, por meio de uma parceria com o IPHAN, como medida compensatória das obras da Rodovia do Arco Metropolitano.

2.2.2. Defesa pelo Patrimônio Histórico e Cultural no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias.

Algumas instituições não governamentais ingressaram na mobilização de ação política e social do “SOS Sambaqui”, dentre elas, o núcleo em Duque de Caxias do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE), um apoiador fundamental para elaboração de estratégias para ação de defesa do patrimônio municipal.

No ano de 2005, durante o período de negociação salarial dos profissionais de educação da rede municipal de Duque de Caxias, chamado de Data Base, a categoria incluiu na pauta de reivindicações a criação de quatro instituições para atuação na defesa do Patrimônio Cultural na cidade: o Centro de Referência Patrimonial e Histórico de Duque de Caxias (CRPH/DC), o Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHEd)[27], o Arquivo Público Municipal e o Museu Vivo do São Bento (MVSB).

Os decretos de criação ocorreram em dezembro do mesmo ano por um ato do poder executivo que estabeleceu as instituições como parte da Secretaria Municipal de Educação – SME, pois foi a SME que apresentou ao poder legislativo da cidade de Duque de Caxias, via ofício, a proposta de decreto com a solicitação de institucionalização das unidades de patrimônio sobre o gerenciamento de professores da rede pública e da sociedade civil organizada. Os decretos criados em 2005 foram transformados em lei no ano de 2008, seguindo o mesmo posicionamento de pressão popular que garantiu a institucionalização das unidades patrimoniais. As leis foram escritas pelos professores, encaminhadas à SME, que as apresentou à Câmara Municipal e assim foram criadas:

O CRPH e o CEPEMHEd nasceram como instituições complementares na administração do Museu Vivo do São Bento e do Arquivo Público Municipal, integrados em uma única sede administrativa compartilhada na antiga Escola Municipal Nísia Vilela Fernandes, na Estrada Benjamin Rocha Júnior, s/nº, bairro São Bento, 2º Distrito do município.

27- O CEPEMHEd/BF existia, não oficialmente, enquanto grupo com uma formação de mulheres pedagogas que pesquisavam a história e a memória das escolas públicas da região e atuavam em defesa dos arquivos das unidades escolares como fonte essencial para o desenvolvimento de pesquisas e formação dos professores.

Tabela 5 – Lei Municipal de Criação do MVSB e das instituições que administram

Leis de Criação do CRPH, CEPEMHEd e Museu Vivo do São Bento, 07/11/ 2008	
Lei Nº 2.223	Cria Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHEd) e Arquivo Público Municipal.
Lei Nº 2.224	Institui a criação do museu de percurso no município de Duque de Caxias com a denominação de Museu Vivo do São Bento e efetiva o tombamento dos Lugares de Memória e das edificações patrimoniais do percurso.
Lei Nº 2.225	Cria o Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias e o Arquivo Municipal.

Fonte: CRPH, 2010.

O CEPEMHEd tem um histórico de atuação, formação e representação pautado no trabalho de mulheres pedagogas, funcionárias públicas, que pesquisam a história e a memória das escolas públicas da região. Elas sempre atuaram pela preservação dos arquivos das unidades escolares como fonte essencial para o desenvolvimento de pesquisas e formação dos professores, assim como o método de entrevistas dos professores mais antigos de cada unidade para fomentar um banco de dados. O gerenciamento inicial da equipe foi formado pelas professoras Fátima David, Márcia Montilio e Márcia Alvarenga. Desde os primeiros momentos de atuação, a equipe do CEPEMHEd estabeleceu parceria com o Instituto de Educação Governador Roberto Silveira (IEGRS), unidade pública estadual referência no ensino e formação de professores em Duque de Caxias, e com a Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF-UERJ).

O CRPH era gerenciado inicialmente pelos professores Antônio Augusto, Marlucia Santos e Nielson Bezerra (membros da APPH-Clio e do Departamento de História da FEUDUC na época e professores da rede pública estadual e municipal) e pela professora Marisa Gonzaga da Silva (diretora do SEPE, professora de educação básica da rede municipal de Duque de Caxias e aluna da graduação de História da FEUDUC).

Os professores do CEPEMHED e do CRPH garantiram que a SME

estabelecesse como contrapartida de investimento público a concessão do prédio administrativo, infraestrutura, receita, com rubrica definida na Lei Orçamentária Anual (sem regularidade na transferência de recursos), e contratação de equipe administrativa, enquanto negociavam com o poder público legislativo e o chefe do executivo na cidade pela desapropriação dos prédios, que passaram a ser vinculados ao MVSB e correspondiam como Patrimônio Cultural da Cidade de Duque de Caxias. A solicitação de desapropriação dos prédios, que serão analisados mais à frente junto com a lei de criação do MVSB, instituiu um campo de disputa pelo patrimônio na cidade.

A Constituição Federal de 1988 definiu como patrimônio cultural os elementos que amparam a identidade, vivência e memória da sociedade brasileira. Tais elementos são compreendidos pela construção de sentidos, signos e significados, para formação dos diferentes grupos sociais, ainda que estes elementos, ou objetos, sejam uma representação de uma esfera individual ou coletiva e de natureza material e/ou imaterial (BRASIL, 1988, Art 216). Assim como as memórias se instituem em um campo de disputa, os patrimônios culturais, por terem a prerrogativa de consolidação da herança cultural de um dado povo, sofrem no campo da disputa pelos seus usos e atribuições para fortalecimento e/ou enfraquecimento um dado grupo.

As ações de preservação patrimoniais, que possibilitam a afirmação da coletividade, são permeadas por elementos (objetos, prédios, estudos) que configuram gatilhos na consolidação da preservação da memória. Os patrimônios culturais materiais e imateriais (tangível e intangível) também possibilitam o deslocamento do tempo como portas que se abrem e fecham. Mario Chagas (2009) ao analisar o alcance que os patrimônios podem adquirir simbolicamente na construção de identidades, aponta para configuração das “portas do domínio patrimonial”, como uma ligação que possibilita o deslocamento de mundos (CHAGAS, 2009, p 43). Assim os patrimônios passam a ganhar dimensão da culturalidade quando associados às memórias coletivas, e um mesmo patrimônio pode produzir uma multiplicidade de sentidos, ganhando a proporção da disputa na construção da representatividade coletiva.

Chagas (2009) chama a atenção para o uso tradicional da palavra patrimônio como aquela que estabelece “referência à ‘herança paterna’ ou aos ‘bens familiares’”(CHAGAS, 2009, p. 33). Ao problematizar este entendimento, ele conduz para necessidade de ampliar a compreensão de herança, que não passa apenas pelo

aspecto da propriedade econômica. A dilatação do conceito possibilita a compreensão de que a herança também se institui na afetividade, integra as relações sociais e, por isso, ganha um alcance simbólico devido os aspectos da imaterialidade que contextualiza o patrimônio.

Na dinâmica dos estudos sobre políticas públicas de patrimônio, os mecanismos de preservação sobressaem as problemáticas da construção de valores sociais, pois estes valores podem corresponder perigos nas ações de preservação. Ao compreendê-las como uma prática social é possível identificar que “a construção de determinadas narrativas está impregnada de subjetividades, ainda que frequentemente elas sejam mascaradas por discursos que se pretendem positivos, científicos, objetivos” (CHAGAS, 2009, p 37).

As ações de Estudos de Campos são enfrentamentos da construção de narrativas sociais sobre os lugares, como um direito de contar a história respeitando o lugar social dos agentes formados na Baixada Fluminense, e as políticas patrimoniais demandaram gerenciamento dos agentes atuantes na região, como uma ampliação de alcance patrimonial que motivou o entendimento das interações do patrimônio cultural para coletividade, visando a construção de autonomias e não de subjugação.

No entanto, como a salvaguarda foi prevista por uma unidade executiva educacional e não cultural, já que a secretaria de educação em Duque de Caxias é independente da secretaria de cultura, a disputa pelas políticas de patrimônio e reconhecimento do órgão de preservação assumiram uma demanda de ampliação das alianças e atuação no Conselho Municipal de Cultura.

2.3 – Museu Vivo do São Bento e as edificações

A lei municipal nº 2.224/2008 cria o MVSB como museu de percurso e estabelece o tombamento dos lugares de memória e das edificações patrimoniais que compõem o complexo museal (DUQUE DE CAXIAS, 2008, Caput). O artigo 2º da lei descreve o museu e o caracteriza como um “museu de percurso, também denominado como museu de território e ecomuseu”.

Mesmo sendo instituído diante da Nova Museologia, que “baseiam-se na luta pela defesa do patrimônio, na intervenção na realidade social, ambiental, econômica e

cultural do território e no envolvimento da comunidade local" (GOMES, 2016, p 18) é a vivência que dá sentido ao MVSB. A prática reivindicatória foi um movimento fomentado na década de 1980 no Brasil pelo processo de abertura política, perceber que o patrimônio cultural foi inserido na Constituição Federal Brasileira de 1988 é um reflexo deste movimento. Inicialmente é a teoria que conceitua a vivência e não a prática que tenta se enquadrar na teoria.

A consciência de que o patrimônio cultural é um direito, e a democratização das narrativas uma possibilidade de construir autonomias dos sujeitos, foi acessada pelos professores-pesquisadores, como vimos anteriormente, durante a aproximação com as transformações teóricas da História e a implementação dos estudos sobre a Memória. No entanto, o fato de existir uma conceituação, sobre o tipo de museologia que estava surgindo na região, anterior à criação do MVSB, o colocou institucionalmente diante da necessidade de se enquadrar nas prerrogativas científicas sobre museologia, para garantir legitimidade de participação nas políticas públicas museais e de se inserir no Instituto Brasileiro de Museus – IBM. Sendo assim, é necessário problematizar essa mistura de conceitos e definições sobre um único museu, que se apresenta como de percurso, território e ecomuseu.

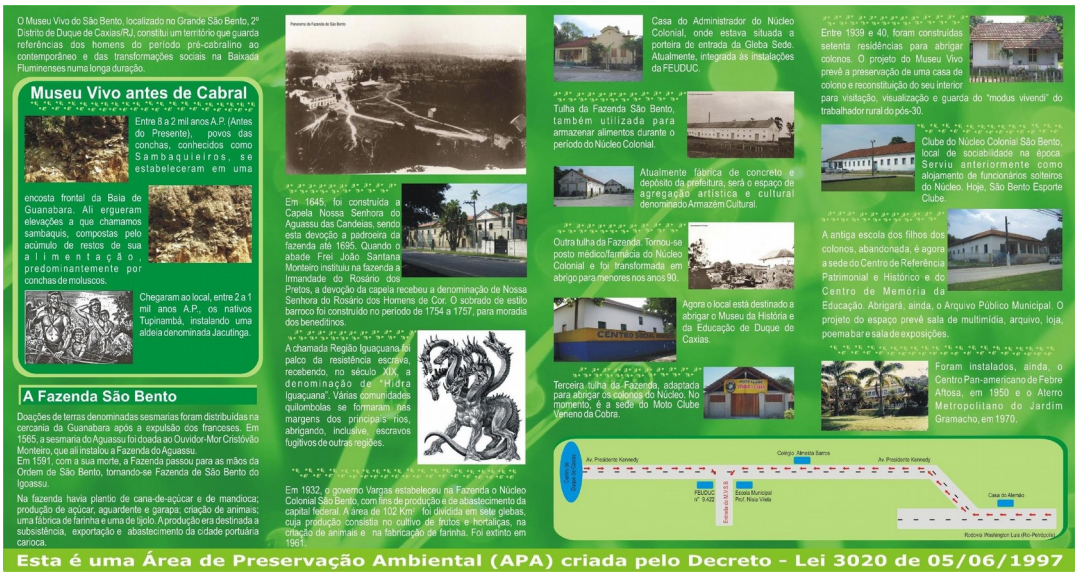


Figura 4 – Primeiro Folder de divulgação do Museu Vivo do São Bento

Fonte: CRPH, 2010.

Na perspectiva da Nova Museologia, quando os museus surgem de reivindicações sociais se institui na categoria de museus de resistência. Já a compreensão de museu de território e de ecomuseu está atrelada a categoria de museus comunitários (KASEKER, 2014). A categorização dos museus ajuda na compreensão do quanto as definições do MVSB corresponderam ao não domínio dos conceitos e que as atribuições das categorias são elementos teóricos construídas pela alteridade, pela necessidade da museologia em administrar o conhecimento técnico e de curadoria.

Segundo o Artigo 4º da lei 2.224/2008 corresponde como finalidade do MVSB: (a) atuar para o fortalecimento das ações de defesa patrimonial; (b) afirmar Duque de Caxias como um lugar de Memória e História; (c) assegurar a importância dos sujeitos históricos da cidade; (d) investigar as heranças culturais; e) assegurar os sentimentos de pertencimentos e de coletividade. (Duque de Caxias, 2008)

5 Boletim Nº 5.413 PMDC - SEXTA-FEIRA 07 - DE NOVEMBRO - 2008

§ 2º. No caso de dissolução do CEPEMHEd, o patrimônio mobiliário será devolvido a seus respectivos doadores; e o acervo documental, museológico e os equipamentos de pesquisa adquiridos posteriormente com os projetos serão entregues à guarda transitória do SEPE -Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação/Núcleo Duque de Caxias, que deverá convocar, num prazo de 90 (noventa) dias, uma Assembléia com profissionais da educação e demais interessados, onde se definirá o destino do acervo.

CAPÍTULO V
DO ANO SOCIAL E DAS CONTAS

Art. 37. O ano social coincidirá com o ano civil. Ao fim de cada exercício será levantado o balanço geral e preparados os relatórios do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva, referentes ao período.

Art. 38. Anualmente, após aprovação pelo Conselho Deliberativo, deverão ser publicados, na imprensa escrita, o balanço e a demonstração da conta de resultados do CEPEMHEd, bem como o parecer do Conselho Fiscal.

Art. 39. A Diretoria Executiva submeterá anualmente à aprovação do Conselho Deliberativo a proposta do orçamento elaborada para o exercício financeiro segujnte, responsabilizando-se por sua execução.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40. Cabe à Secretaria Municipal de Educação articular junto ao poder público as obras de restauração e de preservação arquitetônica do prédio para funcionamento do CEPEMHEd; propiciar condições humanas e materiais com liberação dos profissionais da educação que constituirão a Diretoria Executiva; dos profissionais administrativos de segurança e de limpeza; placa de identificação do CEPEMHEd; equipamentos audiovisuais; equipamentos básicos de pesquisa; despesas com água, energia elétrica, telefone, internet, fotocópias, materiais consumíveis e produção dos recursos de divulgação; oferecer condições para a participação de educadores e educadoras e de alunos e alunas nas atividades programadas, e garantir a divulgação junto aos órgãos públicos.

Art. 41. Os recursos do CEPEMHEd serão alocados em um fundo próprio que se constituirá a partir de:

I. Dotação orçamentária;
II. Captação de recursos através da formulação de projetos;
III. Doações;
IV. Obtenção de renda através de atividades ou de produtos gerados pelo Centro.

Art 42. As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão à conta de dotação orçamentária própria.

Art 43. Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS, EM 07 DE novembro DE 2008.

WASHINGTON REIS DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

L E I Nº 2.224 , DE 07 DE novembro DE 2008.

Institui a criação do museu de percurso no município de Duque de Caxias com a denominação de Museu Vivo do São Bento e efetiva o tombamento dos Lugares de Memória e das edificações patrimoniais do percurso.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I – SOBRE A NATUREZA E CONSTITUIÇÃO

Art. 1º. Fica instituído no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias o Museu Vivo do São Bento com finalidades, atribuições e organização previstas nesta Lei.

Art. 2º. O Museu Vivo do São Bento é um complexo museológico instituído no território do Grande São Bento, no município de Duque de Caxias. Caracteriza-se como um museu de percurso, também denominado museu território ou ecomuseu.

Art. 3º. Fica instituído o percurso do Museu Vivo São Bento:

I. **Portal Inicial** do percurso do Museu Vivo do São Bento – prédio colonial existente nas dependências da FEUDUC adaptado como **Casa do Administrador do Núcleo Colonial São Bento;**
II. **Igreja Nossa Senhora do Rosário e Casarão Beneditino** – sede da antiga Fazenda São Bento, tombados como Patrimônio Nacional pelo IPHAN;
III. **Antiga Tulha da Fazenda São Bento e do Núcleo Colonial** – edificação destinada para instalação do Espaço Cultural de Agregação Popular;
IV. Prédio da Fazenda São Bento, adaptado como **Tulha, Posto Médico do Núcleo Colonial e Abrigo para Menores** recentemente – destinado a abrigar um espaço museal da História e da Educação da Cidade de Duque de Caxias;
V. Prédio da Fazenda do São Bento adaptado como **Escola Agrícola Nísia Vilela**, escola do Núcleo Colonial – destinado como sede do Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias e do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense, e como Arquivo Público Municipal;
VI. **Casa do Colono** – casa de colono do núcleo que guarda os modos viventes do trabalhador rural no pós-30, destinada à instalação de um espaço museológico que restitui o ambiente interno da vida cotidiana do colono;
VII. **Sambaqui do São Bento** – sítio arqueológico que guarda os vestígios das ocupações humanas pré-cabralinas nas cercanias da Guanabara, destinado à instalação do Museu dos Povos das Conchas;
VIII. **Casarão do Centro Panamericano de Febre Aftosa** instituído no território do Grande São Bento na segunda Era Vargas;
IX. Elevação conhecida como **Morro da Escadaria ou da Marinha,** destinada como mirante do Grande São Bento e como espaço de reserva ambiental;
X. **Novo São Bento** – ocupação organizada pelo movimento social no início dos anos 90, espaço privilegiado para as ações de educação patrimonial e cultural.

CAPÍTULO II – SOBRE AS FINALIDADES

Art. 4º. São finalidades do Museu Vivo São Bento:

I. Fortalecer o movimento de defesa do patrimônio material e imaterial do território do Grande São Bento;
II. Afirmar o território caxiense como um lugar de Memória e de História;
III. Assegurar a importância dos sujeitos históricos que aqui viveram e vivem como atores sociais construtores do seu tempo;
IV. Investigar as heranças herdadas, pensando a cidade na longa duração, permitindo assim a projeção do que queremos para a mesma.
V. Assegurar a construção de sentimentos de pertencimento e de coletividade

Figura 5 – Lei nº 2224/2008 – pate 1

Fonte: CRPH, 2010.

Parágrafo Único. Este percurso valorizará os lugares de memória que guardam vestígios da presença humana em nosso território em várias temporalidades. A instituição do Museu Vivo na forma da Lei representará a valorização e a proteção do percurso da História mais antiga da Cidade: No percurso podemos identificar o sítio arqueológico Sambaqui do São Bento, que guarda vestígios dos povos das conchas que viveram nas cercanias da Guanabara muito antes de Cabral chegar. Ocuparam o território de 8 a 2 mil A.P.; por volta de 3 a 2 mil A.P. chegaram no local os Tupinambás; estes construíram entre os rios Iguaçu e Meriti a aldeia Jacuntinga; quando os franceses ocuparam o Rio de Janeiro estabeleceram alianças com os Tupinambás mais antigos, denominados de Tamoios; a aliança caracterizou o Rio de Janeiro como reduto antilusitano; logo, a ofensiva e a vitória portuguesa no território transformou os Tamoios em inimigos, sendo perseguidos e escravizados durantes décadas; para assegurar o domínio lusitano, homens de confiança da Coroa Portuguesa foram designados para ocupar as cercanias da Guanabara e os sertões cariocas para fins de manter a defesa. Cristóvão Monteiro, Ouvidor-mor do Governo Geral recebeu a doação de imensas faixas de terras (sesmarias) onde instalou a Fazenda do Aguassú e a Fazenda Santa Cruz (Zona Oeste do Rio de Janeiro atualmente); em Magé, sesmarias foram doadas a Cristóvão de Barros, importante traficante de negros da terra que atuou de forma decisiva na dizimação indígena; os préstimos de Barros foram reconhecidos levando-o a ocupar o cargo de governador na colônia; a presença de homens do alto escalão da coroa lusitana indica a importância da ocupação das cercanias da Guanabara para assegurar a vitória do projeto português; após a morte de Cristóvão Monteiro, sua esposa, Marquesa Ferreira, doou partes e vendeu outras terras da Fazenda do Aguassú para os beneditinos e a Fazenda Santa Cruz para os jesuítas; a Fazenda dos beneditinos passou a receber a denominação de Fazenda de São Bento do Aguassú. Suas construções possuem datações do século XVI, XVII, XVIII, XIX, o que a caracteriza como o mais importante patrimônio de nossa cidade juntamente com a Igreja Nossa Senhora do Pilar; ainda no século XIX, o território foi palco da presença de vários quilombos nomeados pelos órgãos de repressão da época da Hidra de Igoassú; a Fazenda tornou-se espaço de acoitamento de fugitivos, onde os escravos beneditinos teceram uma rede de proteção ao aquilombado. Por sua vez, os quilombos empreendiam a circulação de mercadoria produzida pelos escravos da fazenda nos seus momentos de folga; nos anos 30 do século XX, após a desapropriação da fazenda para fins de saneamento e colonização, o governo Vargas instituiu no lugar o Núcleo Colonial São Bento e posteriormente, nos limites do núcleo a instalação da Cidade dos Meninos; assim, a Fazenda de São Bento sofreu um processo de reestruturação e adaptação às necessidades da política pública instaurada durante o Estado Novo; um conjunto de novas construções no espaço da Gleba sede do Núcleo compõe um conjunto arquitetônico relevante para a compreensão dos modos viventes do período referido.

CAPÍTULO III – DA SEDE, DOS ESPAÇOS MUSEAIS E CULTURAIS E DAS SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 5º . Sedes e Espaços Museais cedidos pela municipalidade:

I. Na antiga tulha se constituirá um **Espaço de Agregação Popular** reservado ao trabalho com jovens do município oferecendo cursos de cinema, de teatro, de produção de cerâmica e de produção artesanal para alimentar o trabalho do Museu Vivo do São Bento. O espaço também abrigará os jovens agentes do patrimônio que efetivarão um trabalho nas instituições educativas da cidade. Esta área hoje está ocupada pela fábrica de manilha da prefeitura, situada na Estrada Benjamin Rocha Júnior, nº. 465 – São Bento.

II. No prédio em que funcionou o antigo Renascer e Reviver, situado na estrada Benjamim Rocha Junior também sob o número 465, antiga farmácia do Núcleo Colonial São Bento, funcionará o **Museu da História da Cidade e da Educação de Duque de Caxias.**

III. O antigo prédio que abrigou a E. M. Nísia Vilela, situado na Estrada Benjamim Rocha Junior s/n – São Bento será a **Sede do Centro de Referência Patrimonial Histórico do Município de Duque de Caxias e do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense.**

IV. No terreno localizado na Rua Francisco de Mello, nº 12, esquina com a Rua Fabiano de Castro denominada topograficamente pelo INCRA como DU-11 no São Bento, encontra-se o sítio arqueológico **Sambaqui do São Bento.** Nesse local será instituído um espaço museal e pedagógico para contar a vida dos povos pré-cabralinos nas cercanias da Guanabara e no Brasil.

Art. 6º. Das atribuições:

I. Revitalizar e potencializar os Lugares de Memória e os marcos patrimoniais do percurso;
II. Promover a educação patrimonial nas instituições educativas e junto às comunidades da cidade;
III. Preservar a História do Município de Duque de Caxias, com especial atenção para o núcleo de ocupação antiga da cidade e das Cercanias da Guanabara;
IV. Instituir espaços museais e culturais a serviço da população da cidade de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense;
V. Promover o turismo histórico e patrimonial no município de Duque de Caxias e na Baixada Fluminense;
VI. Incentivar a produção artesanal e cultural local;
VII. Favorecer as trocas culturais e promover a constituição de iniciativas análogas em outras áreas do município.

Art. 7º. O Museu Vivo do São Bento será coordenado pelo Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias e pelo Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense, que se encarregarão da coordenação e do seu funcionamento.

Art. 8º. Os lugares de Memória e as edificações históricas apontadas nos incisos I, III, IV, V, VI e VIII do Artigo 3º são considerados patrimônios históricos e culturais tombados do município de Duque de Caxias.

CAPÍTULO IV – DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 9º. As despesas decorrentes da aplicação da presente lei ocorrerão à conta de dotação orçamentária própria.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS, EM 07 DE novembro DE 2008.

WASHINGTON REIS DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Figura 6 - 2224/2008 – pate 2

Fonte: CRPH, 2010.

A institucionalização do MVSB pode ser compreendida como uma ferramenta que possibilita cristalizar as lutas que conduziram os agentes e educadores até a gestão do museu. Assim integrar a um órgão do executivo e atuar no desenvolvimento de políticas públicas corresponde uma ação de intervenção social desses educadores na preservação da memória, mas possibilita a contínua criação de multiplicidades. Por isso, garantir investimento público nas edificações ainda é uma luta em curso. Mesmo com o tombamento dos lugares e edificações, o MVSB sofreu com ameaças de revogação da lei de criação e como resistência na elaboração de uma definição museal também amparada pela seriedade do trabalho realizado na instituição. As ameaças, que se tornaram constantes desde o início da atuação do museu, estava ligada ao controle dos prédios que passaram para sua tutela.

Como uma medida de proteção das leis de criação do MVSB e do CRPH/DC e do CEPEMHEd a equipe da direção executiva do CRPH desenvolveu um dossiê para garantir a permanência de Marlucia Souza na coordenação e apresentou à METROPOLITANA V/Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC) uma comprovação da atuação do museu, sua legitimidade junto à comunidade local e as parcerias conquistadas durante os primeiros anos de atuação apresentando as atividades realizadas ao longo do ano de 2010.

> Atualmente o CRPH possui projetos de parcerias com: 1. uma ONG italiana (CIVIS), titulado Comunidade Viva do São Bento para apoio ao trabalho com as mulheres da Ocupação São Bento e com jovens das escolas públicas locais, agentes do patrimônio e guias do museu; 2. uma ONG norte-americana CARE Brasil e o Colégio Estadual Guadalajara, no Projeto Comunidade Educadora com atuação com jovens pesquisadores populares e professores das escolas públicas.
> Na esfera pública, o CRPH possui ainda as seguintes parcerias: 1. com IBRAM, na medida em que o Museu Vivo foi considerado Ponto de Memória; 2. com A Casa da Moeda para financiar a ida de alunos aos museus fluminenses; 3. com o BNDES e a Diocese de Duque de Caxias para as obras de revitalização das edificações do percurso do Museu Vivo; 4. Com o IPHAN nas ações de defesa do sítio arqueológico Sambaqui São Bento (área adquirida pelo CRPH através da campanha SOS Sambaqui e escavado como medida compensatória das obras do Arco Metropolitano e; 5. Com o PIMBA/Faculdade de Educação da Baixada Fluminense no que se refere às pesquisas locais e as comemorações do mês da Baixada Fluminense.(CRPH, 2010, p 2)

Uma das ações constantes de preservação consistia na busca por parcerias que possibilitasse economicamente a permanência dos projetos e políticas patrimoniais. A dinâmica pelo patrimônio precisava do empenho constante de alianças também para manutenção da equipe (coordenação, direção, administração). O gerenciamento do museu ocorre por meio de um Conselho Deliberativo para quem a direção apresenta anualmente a prestação de contas de todas as atividades realizadas e os recursos empenhados.

A lei 2.224/2008 institui no artigo 3º o percurso do MVSB, enumera dez edificações como correspondentes aos “lugares de memória” tombados pela lei e que passam a compor o percurso principal do museu. O percurso estabelece a narrativa de tempos históricos diferentes e aponta a complexidade da vida na região e estrutura uma narrativa de tempos históricos diferentes, com o apontamento da complexidade da vida na região:

> Art. 3º – Fica instituído o percurso do Museu Vivo São Bento:
> I. Portal Inicial do percurso do Museu Vivo do São Bento – prédio colonial existente nas dependências da FEUDUC adaptado como Casa do Administrador do Núcleo Colonial São Bento;
> II. Igreja Nossa Senhora do Rosário e Casarão Beneditino – sede da antiga Fazenda São Bento, tombados como Patrimônio Nacional pelo IPHAN;
> III. Antiga Tulha da Fazenda São Bento e do Núcleo Colonial – edificação destinada para instalação do Espaço Cultural de Agregação Popular;
> IV. Prédio da Fazenda São Bento, adaptado como Tulha, Posto Médico do Núcleo Colonial e Abrigo para Menores recentemente – destinado a abrigar um espaço museal da História e da Educação da Cidade de Duque de Caxias;
> V. Prédio da Fazenda do São Bento adaptado como Escola Agrícola Nísia Vilela, escola do Núcleo Colonial – destinado como sede do Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias e do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense, e como Arquivo Público Municipal;
> VI. Casa do Colono – casa de colono do núcleo que guarda os modos viventes do trabalhador rural no pós-30, destinada à instalação de um espaço museológico que restitui o ambiente interno da vida cotidiana do colono;
> VII. Sambaqui do São Bento – sítio arqueológico que guarda os vestígios das ocupações humanas pré-cabralinas nas cercanias da Guanabara, destinado a instalação do Museu dos Povos das Conchas;
> VIII. Casarão do Centro Panamericano de Febre Aftosa instituído no território do Grande São Bento na segunda Era Vargas;
> IX. Elevação conhecida como Morro da Escadaria ou da Marinha,

> destinada como mirante do Grande São Bento e como espaço de reserva ambiental;
> X. Novo São Bento – ocupação organizada pelo movimento social no início dos anos 90, espaço privilegiado para as ações de educação patrimonial e cultural
> (Duque de Caxias, 2008)

Com o percurso do MVSB os lugares de memória, acionados durante o desenvolvimento dos Estudos de Campo, passaram à salvaguarda municipal, como conjunto arquitetônico que integra o Patrimônio Cultural da cidade de Duque de Caxias. De todo modo, alguns lugares de memória não foram implementados na lei, mas compõem na prática uma aliança em defesa do patrimônio no bairro.

O Sambaqui São Bento proporcionou a mudança da narrativa e do posicionamento político das reivindicações pelo direto à Memória e História, e ao mesmo tempo funcionou como uma ferramenta importante para colocar no debate a urgência pela disputa do patrimônio à ressignificação da identidade negra na região da Baixada Fluminense. Mesmo com a diferença temporal que conectam os prédios presentes no bairro São Bento, as pesquisas impulsionadas pelos lugares de memória aproximaram uma conexão atemporal com as abordagem de resistência, mas instituíram um palco de disputa pelo patrimônio ainda mais marcado na cidade de Duque de Caxias.

As fotos que auxiliaram na representação do percurso do MVSB foram publicadas no Inventário de patrimônio cultural material e imaterial da Baixada Fluminense. Uma publicação na qual eu participei como pesquisadora e coautora sob a coordenação de Nielson Bezerra. A pesquisa foi publicada em formato digital, proporcionada pelo financiamento do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, INEPAC, da Secretaria Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, intitulado “NAS SOMBRAS DA DIÁSPORA: Patrimônio e Cultura Afro-brasileira na Baixada Fluminense”, publicado pela APPH-Clio e o INEPAC, no ano de 2013.

O prédio marcado como ponto inicial do percurso do MVSB, foi a casa do administrador do período do Núcleo Colonial São Bento, com a administração pelo Ministério da Agricultura, na década de 1930. O prédio está localizado na área da FEUDUC e uma relação de disputa se instituiu com os professores-pesquisadores que trabalhavam na instituição.



Figura 7 - Casa do Administrador do Núcleo Colonial São Bento
Fonte: CRPH, 2010.

A musealização da Casa do Administrador do Núcleo Colonial São Bento, que está nas dependências da FEUDUC, gerou um desconforto administrativo, e os professores-pesquisadores que trabalhavam na instituição desde a década de 1980 foram demitidos da instituição acusados de conspiração de municipalização e desapropriação da instituição. Desta forma, os professores Antônio Augusto Braz, Marlucia Santos de Souza, Alexandre dos Santos Marques e Nielson Rosa Bezerra foram demitidos da instituição, e o professor Antônio Jorge Matos em solidariedade aos colegas pediu demissão.

O segundo prédio referenciado na lei representa a capela da irmandade religiosa Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor e do casarão sede da Fazenda Iguaçu, construídos ainda no período colonial de administração portuguesa. A presença da irmandade na região afirma o caráter de proteção da população negra na região do grande São Bento.



Figura 8 - Casa de Vivenda e capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor
Fonte: BEZERRA; NASCIMENTO; SOUZA, 2013, p 116

A Igreja Nossa Senhora do Rosário e Casarão Beneditino correspondem a sede da antiga Fazenda São Bento, administrada pela Ordem do São Bento em 1591, e foram tombados como Patrimônio Nacional pelo IPHAN, este prédio corresponde a primeira sede dos beneditinos no Rio de Janeiro transferidos posteriormente para região portuária do Rio de Janeiro, na Praça Mauá. Os prédios são de propriedade da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti. Seu processo de musealização pelo MVSB só foi possível devido a parceria implementada entre o IPHAN, a diocese e o museu. O projeto do museu prevê a estruturação de uma escola de restauração em parceria com o IPHAN. Boa parte dos prédios referenciados como lugares de memória no bairro do São Bento corresponderam ao período de administração da Fazenda Iguaçu e foram reapropriados na década de 1930 para administração do Núcleo Colonial São Bento.

O prédio que corresponde a antiga Tulha Principal da Fazenda Iguaçu ficava sobre o gerenciamento da Secretaria Municipal de Obras e no seu interior funciona, ainda hoje, a fábrica de concreto com a produção de manilhas. A integralização do espaço pelo museu prevê a estruturação de um Armazém Cultural.



Figura 9 - Fachada Tulha principal da Fazenda do Iguaçu em 2008.

Fonte: BEZERRA; NASCIMENTO; SOUZA, 2013, p 127.

> A tulha principal da Fazenda do Iguaçu é um grande galpão de cerca de 904,83 m2, distribuídos em 7 compartimentos, sendo que um bem amplo, com mais de 444 m2, dois outros menores, mas ainda bem amplos, se comparados com os outros quatro restantes. A data de sua construção é incerta, embora as fotografias encontradas no acervo da Biblioteca Nacional de 1922 já apresentam o prédio construído. A sua estrutura construída com “tijolos maciços” remete ao final do século XIX ou início do século XX. (BEZERRA; NASCIMENTO; SOUZA, 2013, p 128)

O projeto de revitalização efetuado pela equipe do MVSB e o IPHAN buscou formas de implementar as tulhas ao cotidiano do bairro, retirando principalmente os muros que dividem os prédios. A tulha utilizada pela Secretaria Municipal de Obras impulsionou aberturas de processo na câmara municipal da cidade com a tentativa de descredibilizar a atuação e legitimidade do museu.



Figura 10 -Antiga tulha da Fazenda do Iguaçu e antigo Posto Médico do Núcleo Colonial São Bento em 2008.
Fonte: BEZERRA; NASCIMENTO; SOUZA, 2013, p 144 e 147.

A segunda tulha da Fazenda Iguaçu, funcionou no período das instalações do Núcleo Colonial, que iniciou em 1932, como farmácia e posto médico. Após a desativação do núcleo o espaço foi transformado em Abrigo Renascer, para menores infratores de responsabilidade da Secretaria de Assistência Social, mas encontra-se abandonado no ano do tombamento pela lei de criação do MVSB. Inicialmente, o espaço prevê no projeto de revitalização (ainda não executado) abrigar o museu da História e da Educação da cidade de Duque de Caxias. No projeto atual de musealização o espaço está destinado para instalação do Espaço Cultural de Agregação Popular;

Outro lugar de memória referenciado na lei do museu foi a Casa do Colono, que apesar de está prevista na lei ainda não corresponde a uma área instituída. A equipe do museu trabalha no processo de desapropriação de uma casa do período do Núcleo Colonial ao lado da sede administrativa do museu, mas o processo ainda está em curso e por isso não há a musealização do espaço. O projeto prevê a estruturação de um espaço que possa funcionar como lugar de memória dos “modos viventes do

trabalhador rural" durante o período da instalação do núcleo pelo Ministério da Agricultura nos anos 1930.



Figura 11 -Sítio Escola Sambaqui do São Bento
Fonte: BEZERRA; NASCIMENTO; SOUZA, 2013, p 201.

O sítio arqueológico Sambaqui do São Bento foi transformado em sítio escola em 2011. A Associação de Amigos do CRPH-DC elaborou um projeto para o desenvolvimento das instalações de infraestrutura. O projeto apresentado ao programa de encaminhado para Superintendência Estadual de Museus para participação no edital de financiamento.

> Mesmo com os recursos reduzidos, foi possível incluir no edital a efetivação de um pequeno sistema de drenagens, baseado basicamente em calhas aéreas e calhas e tubulação no solo, uma estruturação metálica e a cobertura de telhas. Mais uma vez, com o apoio em forma de mutirão também foi possível construir uma escada e o muro frontal do terreno. Assim, desde 2012 que o Sambaqui passa por uma nova fase. A sua proteção está longe de estar completa e definitiva, entretanto, atualmente há um algum conforto para os visitantes e certa acomodação para o material ali exposto. (MVSB, 2018)

O Centro Panamericano se institui como uma parceria e aliança importante na reelaboração de sentidos sobre as dinâmicas social no bairro do São Bento e sua

importância para sociedade caxiense, devido a administração pela Organização das Nações Unidas – ONU.



Figura 12 - Centro Panamericano de Febre Aftosa (Panaftosa), Duque de Caxias
Fonte: ONU Brasil, 2013.

A unidade de saúde veterinária, localizado no bairro São Bento em Duque de Caxias, foi instituído em 1951 em parceria da Organização das Nações Unidas no Brasil com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (ONU, 2013). Apesar do tombamento e da inclusão do espaço pela lei 2224/2008 aos domínios do MVSB, o Panaftosa não foi integrada ao museu e ainda não está previsto no projeto de musealização.

O nono lugar de memória referenciado na lei foi o Morro da Escadaria ou da Marinha que corresponde a parte da Área de Proteção Ambiental (APA). A articulação da APA movimentou o museu a participar da luta ambiental da cidade e no desenvolvimento de projetos que buscam garantir a preservação ambiental, principalmente em 2012 com o debate da Conferência Rio+20.

> Formam um conjunto de pequenas elevações que se estendem a partir dos fundos da Sede Administrativa do Museu Vivo. O Morro da Marinha guarda uma vegetação relativamente preservada e conta com um acesso ao seu cume, em forma de escadaria, e mirante. Já o Morro do Céu foi degradado pela exploração ilegal de saibro. (MVSB, 2018)

As ações reivindicatórias pela regularização das propriedades, com títulos de propriedade para os moradores foram parte da atuação do museu pela preservação da reserva ambiental, assim como os movimentos de reflorestamento promovido no curso de Jovens Agentes do Patrimônio. Toda área do São Bento é de propriedade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o MVSB atuou como mediador no processo de titularidade.

O décimo lugar de memória é a área do Novo São Bento ocupada por meio das políticas de terras, na década de 1980, promovida pelo Movimento União de Bairros (MUB). Inicialmente apenas mulheres recebiam lotes para construir suas moradias. A maioria das mulheres que ocuparam os primeiros lotes eram mulheres negras, com filhos e sem maridos.

> Ocupação construída nos anos 80 por lideranças femininas do movimento popular, que implantou moradias populares no logradouro hoje conhecido como NOVO SÃO BENTO. É um marco da memória militante que o MUSEU VIVO DO SÃO BENTO procura preservar e estimular. (MVSB, 2018)

A integração da área pelo museu correspondeu aos trabalhos de educação patrimonial desenvolvido com os jovens moradores e com mulheres artesãs. O primeiro formato do projeto com as mulheres tinha a característica de promover uma economia familiar por meio da produção artesanal em 2010.

3- Educação Patrimonial e Reexistência das Memórias Negras: O museu como ferramenta para os Jovens Agentes do Patrimônio.

Este capítulo analisa os dados sobre a política de educação patrimonial implementada pelo Museu Vivo do São Bento – MVSB – com jovens e mulheres moradores do Grande São Bento entre 2012 e 2014, com o projeto "Juventude Semeando Memória e Cidadania". A análise compreende o museu como uma ferramenta que pode movimentar uma sociedade, engendrando um engajamento político-social.

O MVSB é um dos vetores de educação patrimonial na região do Grande São Bento. Como formas de garantir a preservação do patrimônio cultural presente no bairro, o museu investiu em práticas de educação patrimonial que ao mesmo tempo possibilitou a aproximação com os moradores. Com a ampliação conceitual de patrimônio os interlocutores do museu se apropriaram da prática educacional e estabeleceram diálogos com suas subjetividades, o que gerou um entendimento de reexistência das memórias negras, devido a releituras de protagonismo da luta de negros e negras ao longo da história social de Duque de Caxias e região.

Especificamente os Jovens Agentes do Patrimônio produziram durante a participação no projeto uma autonomia de sentidos sobre suas identidades e memórias, o que permitiu o desdobramento da análise do contexto racial na cidade de Duque de Caxias. Ao construírem uma linguagem referencial para o patrimônio no bairro São Bento, esses jovens produziram uma leitura de mundo similar a compreendida pelos letramentos de reexistência, carregando novos usos e sentidos para memória negra, que apoiou a reconstrução de suas identidades.

3.1 Entre memórias: educação patrimonial como espaço de luta por políticas públicas

A dinâmica de disputas em torno da memória e do patrimônio cultural no MVSB, colocou em pauta uma ação de contraponto: o investimento no processo

educacional dos moradores e interlocutores como um caminho para preservação do Patrimônio Cultural da Cidade de Duque de Caxias. Diante das constantes ameaças que circundavam o MVSB e os prédios que integram o seu percurso, o investimento nos projetos educacionais assumiram uma forma de defesa, capaz de auxiliar na prática de preservação, tanto patrimonial como institucional. Segundo Mário Chagas,

> Do ponto de vista museológico, é importante lembrar: a preservação também pode implicar uma ação contra a vida. Não basta preservar contra a ação do tempo, é preciso também garantir a prerrogativa do interesse público sobre o privado, mesmo reconhecendo que, sob essa designação (interesse público), ocultam se diversos grupos de interesse, interesses diferentes e até mesmo conflitantes. (CHAGAS, 2009, p 40)

A educação patrimonial dos Estudos de Campo, nas décadas de 1990 e 2000, possibilitou a ressignificação da região e conduziu à reescrita das narrativas. Construiu uma “prerrogativa de interesse público” sobre a história e cultura local, movimentada pela equipe do MVSB, valorizando a ação dos trabalhadores da região, marcada pela presença negra, fluxos migratórios, religiosidade e arqueologia.

No entanto, os espaços museológicos marcaram um conflito entre diferentes unidades do poder público executivo, como a disputa com a Secretaria Municipal de Obras que ainda ocupa a Tulha principal da Fazenda do Iguaçu como Fábrica de Artefatos de Concreto mesmo após o tombamento municipal feito pela Lei 2224/2008 (ver Capítulo 2). Por isso há uma complexidade sobre a preservação que precisa resguardar os usos e sentidos atribuídos aos patrimônios, para que estabeleçam pontos de contato entre as memórias vivenciadas que lhes são atribuídas, principalmente na abordagem dos patrimônios culturais musealizados

> De volta ao domínio patrimonial. Propriedade e posse, preservação e destruição, perigo e valor, público e privado, refuncionalização e ressignificação parecem ser os termos que dão o contorno moderno à noção de patrimônio e, de modo particular, à noção de patrimônio cultural musealizado, que, a rigor, é um instrumento de mediação entre diferentes mundos, entre o passado, o presente e o futuro, entre o visível e o invisível(...). (CHAGAS, 2009, p 40).

Diferentes funções são atribuídas aos patrimônios culturais, mas no reconhecimento de uma multiplicidade de sentidos, a comunicação entre realidades e necessidades distintas, como no MVSB, ocorre com a mediação dos espaços por uma proposta museal que reconheça os direitos às memórias e histórias da vida local. Em um museu marcado pela reivindicação social (museu de resistência) e uma prerrogativa de museu comunitário (ecomuseu) (KASEKER, 2014), a comunidade local corresponde à principal apoiadora e fortalecedora de sua unidade institucional, por isso a necessidade de investimento em políticas públicas voltadas para o patrimônio cultural no MVSB passa pelas implementações de projetos educacionais.

Os movimentos sociais impulsionaram no mundo transformações de leituras e vivências das relações sociais. Os estudos referenciando a memória ganharam espaço nos anos 1970 e 1980, e ao mesmo tempo as atuações de militância política (mulheres, movimento negro) inseriram pautas que impulsionaram mudanças de narrativas sobre as dinâmicas sócio estabelecidas. Segundo Mário Chagas (2015), militâncias sociais impulsionaram críticas sociais que se estenderam para as dinâmicas escolares, produções artísticas e também impactaram a necessidade de interação e transformação dos museus, para implementarem outras formas de atuação, que representassem a sociedade e considerassem as tradições locais, assumindo a compreensão de um museu com função social.

A dinâmica da função social compreendida pela nova museologia (museologia social) ganhou espaço no Brasil após a década de 1980, indicando sua possibilidade de, a partir da defesa pelo patrimônio, redefinir as leituras sobre a interação do patrimônio com a vida comum. Na esfera nacional as práticas educacionais, como ação de resistência, retomaram uma implementação no período de reabertura política, com isso foram multiplicados projetos e programas coletivos de autoafirmação, o que movimentou no desenvolvimento de políticas educacionais voltadas para o patrimônio com maior proporção a partir da década de 1990.

Em 2014, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – elaborou a publicação intitulada “Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos” (2014), que pode ser considerada uma síntese dessas transformações de educação patrimonial. Um formato de manual que desempenha o papel de facilitador no desenvolvimento de projetos educacionais que se espelham em programas institucionais realizados com o apoio do instituto, neste manual são abordados os

“princípios e diretrizes conceituais” para educação patrimonial, que precisa

> considerar o Patrimônio Cultural como tema transversal, interdisciplinar e/ou transdisciplinar, ato essencial ao processo educativo para potencializar o uso dos espaços públicos e comunitários como espaços formativos. Embora tenha ficado patente que o processo educacional é mais amplo que a escolarização – inserindo-se em contextos culturais nos quais a instituição escolar não é o único agente educativo –, não se pode prescindir do envolvimento de estabelecimento de ensino e pesquisa, a partir de programas de colaboração técnica e de convênios.
> Não se trata, de limitar as vivências simbólicas e educativas a um único contexto cultural específico. (…) Trata-se, ao contrário, de partir das referências culturais locais para, por meio delas, acessar processos sociais e culturais mais amplos e abrangentes, em um registro no qual cada sujeito, a partir de seu repertório de referências, possa compreender e refletir, tanto sobre contextos inclusivos quanto sobre a diversidade cultural que o cerca. (IPHAN, 2014, p 27)

As diretrizes apontadas pelo IPHAN como princípios para o desenvolvimento das políticas de educação patrimonial, que contextualizam as subjetividades formadoras dos sujeitos, são prerrogativas que ganham uma maior envergadura na vida social brasileira, principalmente a partir da década de 1990. Muito deste entendimento sobre a subjetividade transpassam todas as áreas do conhecimento para reescrita de narrativas, principalmente como um elemento que buscou ultrapassar as problemáticas ocasionadas pelos anos de dominação ditatorial. O que representa a pressão da sociedade civil, seu engajamento político, e como esta pressão possibilitou uma modificação das abordagens discursivas sobre o patrimônio cultural.

A compreensão do Patrimônio Cultural como um tema “transversal, interdisciplinar e/ou transdisciplinar” corresponde ao ponto de contato necessário para análise dos sujeitos inseridos nas suas dinâmicas sociais e como refletem nas práticas educacionais. Entretanto, considerando o trabalho de educação patrimonial e considerando ainda a sociedade brasileira cunhada por uma estruturação racial, herdada do período colonial, se faz necessário observar com preocupação possibilidades de manipulação, quando há o trabalho com identidades conflitantes. Kabengele Munanga em “Negritude – usos e sentidos” (2012) chama atenção para uma prática de “manipulação da consciência identitária”

> a identidade de um grupo funciona como uma ideologia na medida em que permite a seus membros se definir em contraposição aos membros de outros grupos para reforçar a solidariedade existente entre eles, visando a conservação do grupo como entidade distinta. Mas pode também haver manipulação da consciência identitária por uma ideologia dominante quando considera a busca da identidade como um desejo separatista. Essa manipulação pode tomar direção de uma folclorização pigmentada despojada de uma reivindicação política (MUNANGA, 2012, p 13)

Diante de uma possibilidade de “manipulação da consciência identitária” (MUNANGA, 2012, p 13), as práticas de educação patrimonial, com uma ação pedagógica comprometida, precisam salvaguardar a participação de identidades divergentes e o protagonismo do “repertório de referências” (IPHAN, 2014, p 27), para que não representem uma folclorização de outras identidades ou práticas culturais.

Apesar da pressão social, as aberturas e usos feitos pelas educações patrimoniais perpetuou uma dominação que se estabeleceu pelo uso da linguagem. Neste sentido, não é suficiente a elaboração de dinâmicas que inserem os indivíduos em práticas museais expositivas. Por isso nos últimos tempos vimos surgir dinâmicas de reutilização dos museus como uma ferramenta capaz de ressignificar as práticas educacionais, a partir do momento em que os sujeitos, outrora objetificados, passaram a acessar o museu para reestruturar as comunicações e interações. Uma ação de refuncionalização dos museus que passou a produzir novos sentidos, como um espaço que recebe pautas do cotidiano e atua como instrumento de mediação para políticas públicas. A comunicação realizada no interior do museu por meio de educação patrimonial desempenha um papel de movimentação das heranças culturais locais como um espaço de resistência. E neste sentido, Mário Chagas chama a atenção para o fato de que

> Não é o outro o sentido de uma herança que socialmente se transmite, em termos diacrônicos, e socialmente se partilha, em termos sincrônicos. Essa herança adjetivada (…) não é apenas social e individualmente constituída, é também construtora de sociedade e indivíduos. (CHAGAS, 2009, p 40-41)

Diante de uma prática de opressão instituída pela linguagem, a ressignificação de narrativas sobre a cidade de Duque de Caxias, operadas por uma prática educacional, assumiu a função de resistência e enfrentamento social, portanto, precisa considerar os dados de uma população representada por uma maioria negra. E, ao acessar a configuração de memórias negras, precisa possibilitar aos sujeitos formas de interação para reconstrução dos entendimentos sobre si.

3.2 - Entre “letramentos de reexistência”: a reexistência das memórias negras.

Inserido no segundo distrito de Duque de Caxias, com problemas de miséria da população, o MVSB tem como principais interlocutores jovens e mulheres negras da região. Resistir neste contexto aborda a necessidade de fortalecimento do outro pelo reconhecimento de sua participação na vida social da cidade. Assim, o recurso de reutilização do espaço museal, como aquele que media a transferência da memória negra entre passado e presente, tem a população negra com múltiplos elementos, carregados de sentidos sociais, que precisam se abordados em sua comunicação ao considerar os sujeitos como construtores das dinâmicas sociais.

A perspectiva da linguagem como um referencial dialoga com a configuração do saber como estratégia que possibilitou a amplificação da luta por direitos na cidade de Duque de Caxias, intermediada pela defesa ao patrimônio cultural municipal. No entanto, já que o domínio da linguagem por uma elite branca e letrada ao longo da história representou para população negra a segregação, as mediações feitas por projetos de educação patrimonial, referenciando o protagonismo das memórias das famílias negras, precisam possibilitar para os jovens e mulheres da região a construção de novos sentidos afirmativos sobre si, pois no espaço escolar ainda existem dificuldades ocasionadas por um imaginário socialmente construído pela invisibilidade do protagonismo negro, tal como referência a pedagoga Alessandra Pio (2016) quanto às salas de aula na Baixada Fluminense,

> Problematizando o espaço escolar, podemos perceber que não é

> preciso que se diga o que é belo ou não, valorizado ou não, “de verdade” ou não. Todas as informações vão sendo tatuadas nos corpos negros através de silêncios, silenciamentos e ausências das figuras de representatividade. Concebemos, assim, corpos reconhecidamente agressivos, que não expressam o capital cultural desejado, que não se “enquadram” e acabam por acreditar que não servem para aquele espaço (PIO, 2016, p. 69)

A representatividade interfere na construção de uma identidade que permita à população negra superar as demais barreiras impostas pelas diferenças sociais. O desenvolvimento de políticas de educação patrimonial, compreendida como múltipla, passa pelos sentidos dessas referências culturais locais que possibilitam a estruturação de letramentos fora da dinâmica escolar, portanto, os espaços museais precisam considerar essas construções de sentidos, sobretudo quando abordam as memórias negras como diretriz.

Segundo Kleiman (1995), a multiplicidade entre letramentos, além dos espaços escolares, analisa a oralidade para o desenvolvimento de interação social, pois a interação pela fala antecede o domínio da escrita e o desenvolvimento técnico do ler e escrever. Sendo assim, letramentos ocorrem com as conexões entre os grupos sociais com a contribuição de suas experiências de vida, por isso existem múltiplos espaços de interação social que contribuem na construção de letramentos: “o ambiente familiar, as igrejas e a rua como lugar de trabalho” (KLEIMAN, 1995, p 20).

Assim o MVSB, ao ser compreendido como um espaço de formação, também colabora para construção de sentidos para letramentos sociais, e interage com jovens e mulheres na ressignificação de suas vivências como população negra, percebendo-os como sujeitos que não só resistem, mas que também existem, apesar de todas as adversidades, portanto, reexistem. O entendimento sobre reexistir “envolve ações como o autorreconhecimento, a reafirmação do saber próprio, a revalorização e o próprio reviver, em cenários nos quais a violência pode literalmente extinguir a diferença” (KLEIMAN; SITO, 2016, p 179)

Quanto às “práticas educativas produzidas na esfera do cotidiano” (SOUZA, 2011, p 34), Ana Lúcia Souza analisou a dinâmica de apropriação dos códigos de linguagem feita por jovens negros e negras da cultura hip hop na periferia de São Paulo. O campo de análise de Souza era o uso social da linguagem, compreendendo o hip hop como espaço de produção cultural e político. Souza conceituou as singularidades dessas práticas cotidianas como “letramentos de reexistência” devido à

autonomia na esfera múltipla do letrar da população negra, que considera os sujeitos pelas suas relações sociais, histórico e culturalmente situados. Sendo assim, os contatos entre os jovens constroem sentidos e efeitos em suas vidas, pois reinventam e ressignificam a linguagem produzidas e compartilhadas no cotidiano do qual são frutos, o que os conduziram para o tensionamento do lugar social que os corpos negros ocupam no “quadro da dinâmica política e econômica” (SOUZA, 2011, p 34).

A conceituação feita por Souza sobre “letramentos de reexistência” aplica o entendimento sobre as construções/elaborações autônomas de signos e significados do cotidiano que permitem estabelecer para si novos entendimentos sobre a realidade. Na pesquisa de Souza (2011) “letramentos de reexistência” aborda principalmente a apropriação dos códigos escolares para a produção de formas de reexistir no espaço acadêmico, sem perder a própria subjetividade conquistada na rua pela interação com a cultura hip hop, pois nela os sujeitos interlocutores são protagonistas.

Com a contribuição de Souza (2011) é possível estabelecer novos entendimentos sobre o cotidiano de jovens negros e negras, sobretudo para repensar as dinâmicas sociais da Baixada Fluminense, marcada por contextos de violência em que a juventude é constantemente associada a uma inércia na vida pública. As ações dos Jovens Agentes do Patrimônio no MVSB apontou para transformação do conteúdo acessado pelas práticas educacionais, produzindo uma “reexistência das memórias negras”, carregadas de ressignificação para o enfrentamento do cotidiano na periferia da cidade de Duque de Caxias, estes jovens reconstruíram a realidade ao acessar as memórias da vivência negra durante o projeto “Juventude Semeando Memória e Cidadania”.

As sociedades constroem sujeitos segundo as experiências presentes nos processos de interação, os significados produzidos sobre as formas desta interação dependem das dinâmicas presentes entre silêncios, memórias, afetos. A construção de uma ressignificação das práticas cotidianas estão relacionadas também entre os jogos de interação das palavras, como formas de expressão dos sujeitos, e, neste sentido, Ana Lúcia Souza (2011) chama atenção para o fato de que

> as palavras circulam e, de boca em boca, se fazem de todos e de ninguém, elas ganham vida em cada enunciado, único, que assume diferentes formas, a depender dos aspectos que conformam a situação e o contexto que envolve os interlocutores. Nessa perspectiva de linguagem, a palavra é sempre dependente da

> avaliação social, da lente pela qual os interlocutores se avaliam. (SOUZA, 2011, p 54)

A palavra que ganha vida, constrói e é reconstruída pelos sujeitos que interagem com ela, assume diversos significados ao ser aproximada de suas vivências. O desenvolvimento das práticas educacionais pode possuir múltiplas sentidos com os sujeitos como protagonistas desta interação, principalmente em diálogos de reexistência, pois alteram os objetivos e finalidades de todas as práticas. O MVSB elaborou um projeto de educação patrimonial, mas foram os interlocutores, os Jovens Agentes do Patrimônio e Mulheres Artesãs que aplicaram sentidos e funcionalidades ao se apropriarem das práticas do museu e as ressignificarem.

Transportar o entendimento de “letramentos de reexistência” sobre o cotidiano da periferia como ações de “reexistência das memórias negras” permite o diálogo com as autonomias dos jovens e mulheres negras do Grande São Bento na reelaboração da dinâmica museal do MVSB. No tensionamento do museu como articulador de práticas similares aos do “letramentos de reexistência” de Ana Lúcia Souza (2011) fica o seguinte questionamento: produzir programas, com jovens e mulheres, que tenham as memórias negras como protagonistas, possibilitou a autonomia desses interlocutores para o reconhecimento e valorização pessoal, como produtores de memórias que ressignificam a lógica social do bairro ou da cidade? Este questionamento conduziu à análise dos relatórios de prestação de contas das atividades dos Programa Jovens Agentes do Patrimônio, durante os anos de 2012 a 2014.

3.3 - O Programa Jovens Agentes do Patrimônio

A equipe do MVSB participou de um projeto de financiamento vinculado à Casa da Moeda do Brasil e ao Ministério da Cultura, no período de outubro de 2012 a outubro de 2014, com a implementação do projeto “Juventude Semeado Memória e Cidadania”, sob a responsabilidade e proponência da Associação de Amigos do CRPH e da coordenação de Flávia Paes Leite e Risonete Nogueira (diretoras do CRPH e do Museu Vivo do São Bento).

Ao longo do desenvolvimento do projeto foram realizadas cem atividades diferentes divididas em oito trimestres, que corresponderam a oito relatórios, com narrativas dos jovens interlocutores do projeto (bilhetes, textos, depoimentos, fotografias etc) e as avaliações da equipe de coordenação. Os relatórios foram utilizados na análise com a autorização e disponibilizado pelo MVSB, como documento público, por intermédio da diretora Marlucia Santos.

A participação do projeto contava com uma média de 35 a 46 jovens, estudantes de escolas públicas, divididos entre o programa de Formação Jovens Agentes do Patrimônio e as ações do grupo de capoeira. Os jovens que participavam do projeto tinham entre 10 e 17 anos, por isso em vários momentos ocorreram separações de atividades por diferenciações etárias. As atividades foram divididas em oficinas teatrais, História, Memória, Patrimônio, Estudos de Campo, oficinas de audiovisual, oficina de Associativismo e Agroecologia.

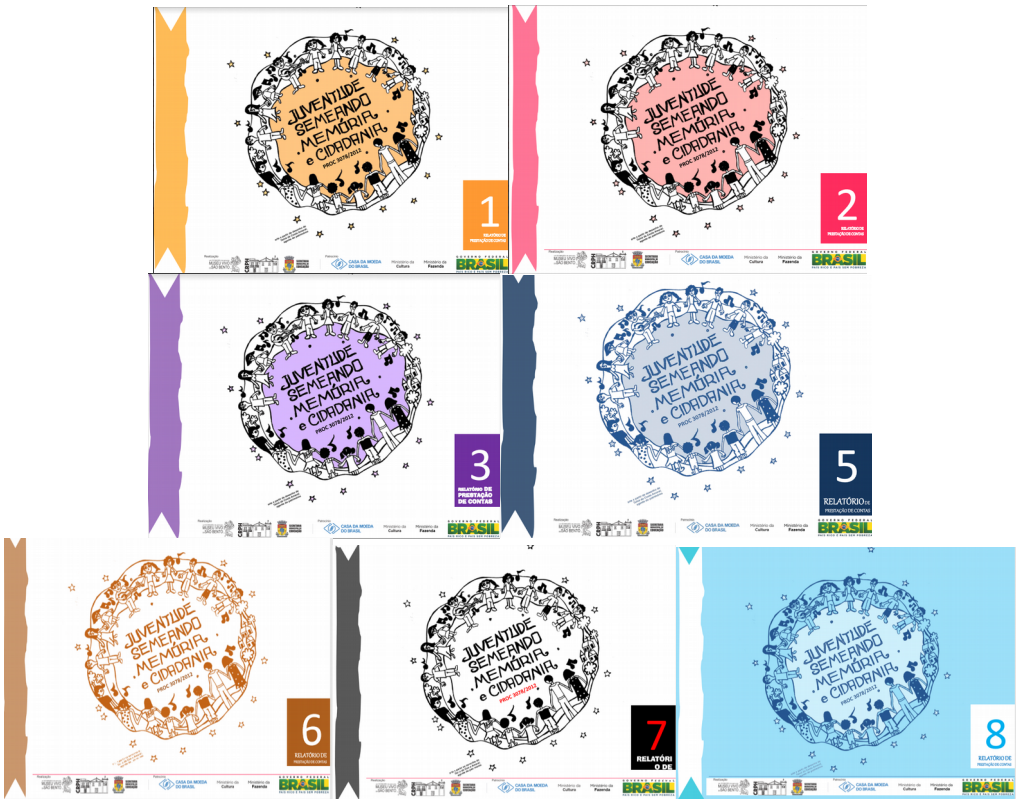


Figura 13 - Capa dos relatórios de atividade do projeto “Juventude Semeando Memória e Cidadania” (out/2012 a out/2014)

Fonte: CRPH, 2014.

A participação no projeto “Juventude Semeando Vida” possibilitou aos jovens uma apropriação das práticas de educação patrimonial uma construção de sentidos sobre suas interações e trajetórias de ser Jovens Agentes do Patrimônio. Para melhor compreender, segue abaixo o relato feito por Marcelo Ubiratan da Silva Júnior sobre sua interação com o grupo:

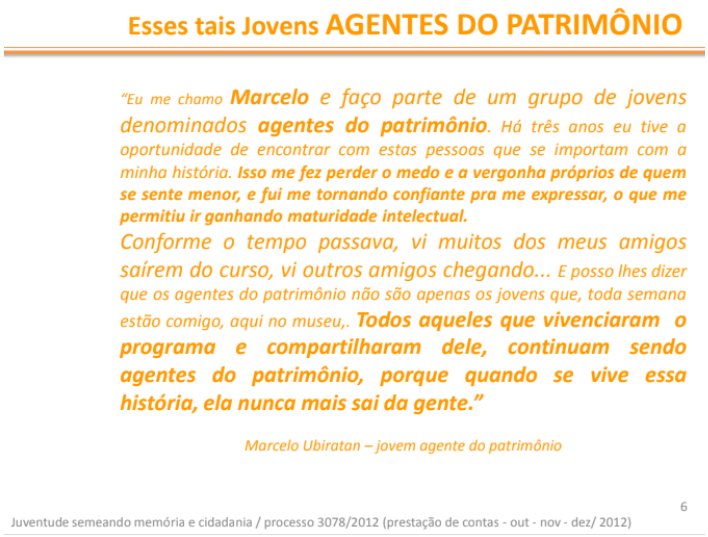


Figura 14 - Relato do jovem Marcelo Ubiratan.

Fonte: Relatório 1/MVSB, 2012, p 6.

> “Eu me chamo Marcelo e faço parte de um grupo de jovens denominados agentes do patrimônio. Há três anos eu tive a oportunidade de encontrar com estas pessoas que se importam com a minha história. Isso me fez perder o medo e a vergonha próprios de quem se sente menor, e fui me tornando confiante pra me expressar, o que me permitiu ir ganhando maturidade intelectual. Conforme o tempo passava, vi muitos dos meus amigos saírem do curso, vi outros amigos chegando... E posso lhes dizer que os agentes do patrimônio não são apenas os jovens que, toda semana estão comigo, aqui no museu, Todos aqueles que vivenciaram o programa e compartilharam dele, continuam sendo agentes do patrimônio, porque quando se vive essa história, ela nunca mais sai da gente.” Marcelo Ubiratan – jovem agente do patrimônio (MVSB, 2012, p. 6)

Marcelo Ubiratan é um jovem negro morador do bairro do São Bento que participou do programa de Jovens Agentes do Patrimônio desde o primeiro formato de implementação. O programa iniciou no ano de 2010, ainda sem o funcionamento da sede do MVSB, assumia uma prerrogativa de formação profissional (como guias do museu) e ocorria nas dependências da Casa de Retiro São Bento, onde fica o Casarão dos Beneditinos e a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor (ambos correspondem a sede da Fazenda Iguaçu e estão tombados como espaço integrante do MVSB). Com a modificação da equipe de coordenação, que passou a ser a mesma que integra o projeto “Juventude Semeado Memória e Cidadania”, o programa perdeu a característica de formação profissional para assumir uma identidade voltada mais para educação patrimonial.

Marcelo relatou que sua participação nas atividades do projeto possibilitou que ele perdesse “o medo e a vergonha próprios de quem se sente menor”. Essa dinâmica de preterimento, ainda que não declarada, corresponde às subjetividades da população negra sob um imaginário cotidiano de “não ser”, o que apresenta a problemática da identidade da sociedade negra brasileira. Em análise a esta identidade Nilma Gomes (2012) ressalta que

> a identidade negra se constrói gradativamente, num movimento que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, no qual os contatos pessoais se estabelecem permeados de sanções e afetividades e onde se elaboram os primeiros ensaios de uma futura visão de mundo. Geralmente este processo se inicia na família e vai criando ramificações e desdobramentos a partir das outras relações que o sujeito estabelece.
> (…)
> Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros(as).(GOMES, 2012, p 43)

O desafio apresentado por Gomes nos coloca frente as questões da vivência coletiva de negros e negras, constantemente negligenciada, e que perpassa a trajetória do empoderamento individual para construção e elaboração de um conceito sobre si, gerando um reconhecimento do outro (GOMES, 2012) e do papel social que ocupa. Assim, quando Marcelo aborda que a sua maturidade intelectual contribui para

uma confiança de posicionamento, é possível estabelecer uma conexão com as atividades de educacional patrimonial, com o acesso à memória e história da população negra na região, como aquela que abriu caminho para uma “reexistência da memória negra” como produtora de sentidos, pois possibilitou a reconstrução como sujeito.

O desenvolvimento de atividades com Memória perpassa a trajetória das memórias individuais, por isso possibilita um movimento entre o passado e presente. Na dinâmica de afirmação enquanto sujeito, a alteridade corresponde a um papel importante na valorização da sua existência, porque indica uma conexão coletiva que se estrutura pela afetividade. A configuração de uma identidade negra corresponde ao fortalecimento que se estabelece enquanto grupo, que experimentam as vivências sociais provocadas pelo racismo e as práticas coletivas construtoras de identidades negras, que correspondem também às dinâmicas de posicionamento político de como o “eu” se coloca no mundo.

Além de reconhecer o desafio apontado por Gomes (2012) torna-se necessária a reconstrução de uma trajetória rumo ao fortalecimento da identidade negra em Duque de Caxias, que é tecida pela concepção de pertença a um coletivo e a patrimonialização da luta que ultrapassa as experiências vividas no universo escolar ou acadêmico, mas que impulsiona às relações sociais entre os outros espaços de letramentos. A conexão com as histórias do bairro do São Bento como um espaço de luta negra encena um cotidiano carregado de simbolismo, no qual as edificações e as memórias negras assumem um papel nas representações e construções de identidades negras.

Outro exemplo da transformação de sentidos sobre o comportamento social, provocado pela interação com as memórias negras durante o curso, aparece no relato da Lorena Oliveira Nascimento. Uma jovem de pele parda[28], que entrou no programa de Jovens Agentes do Patrimônio em 2010 quando tinha 12 anos aproximadamente. Abaixo segue o relato de Lorena Nascimento:

28- Correspondem a população negra, segundo os dados do IBGE, pessoas de pele preta ou parda.

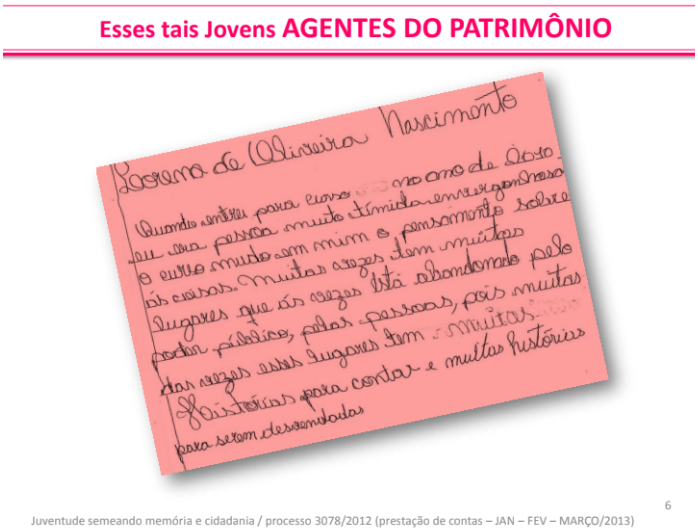


Figura 15 - Relato da jovem Lorena de Oliveira Nascimento

Fonte: Relatório 2/MVSB, 2013, p 6.

> Quando entrei para o curso no ano de 2010 eu era pessoa muito tímida envergonhosa o curso mudou em mim o pensamento sobre essas coisas. Muitas vezes tem muitos lugares que às vezes está abandonado pelo poder público, pelas pessoas, pois muitas vezes esses lugares tem muitas histórias para contar e muitas histórias para serem desvendadas. Lorena Oliveira Nascimento (Relatório 2/MVSB, 2013, p 6)

Lorena reconhece em si aspectos de timidez e vergonha, uma característica dos atravessamentos do racismo na constituição da identidade negra, similar a narrativa de Marcelo Ubiratan, pois reflete uma insegurança de como se posicionar no mundo. No entanto, ao relatar sua participação, Lorena abordou o papel transformador que o curso teve na sua vida por possibilitar uma mudança após o acesso às memórias e histórias locais, uma característica marcante que aparece na sua narrativa, portanto, é a aproximação entre o entendimento de mundo e a lógica de abandono dos patrimônios que estão presentes no bairro do São Bento.

As constantes interferências sobre o lugar e o não investimento público afeta a construção de sentidos sobre a identidade da jovem Lorena, o que também pode estabelecer um atravessamento ocasionado pelo racismo, pois a subjetividade da construção identitária da população negra, como apontou Munanga (2012), passa pelo entendimento de que as marcas da identidade negra correspondem a um formato de

identidade política.

> O racismo é um fato que confere à “raça” sua realidade política e social. Ou seja, se cientificamente a realidade da raça é contestada, politicamente e ideologicamente esse conceito é muito significativo, pois funciona como uma categoria de dominação e exclusão nas sociedades multirraciais contemporâneas observáveis. Em outras termos, poder-se-ia reter como traço fundamental próprio a todos os negros (pouco importa a classe social) a situação de excluídos em que encontram em nível nacional. Isto é, a identidade do mundo negro se inscreve no real sob a forma de “exclusão”. Ser negro é ser excluído. Por isso, sem minimizar os outros fatores, persistimos em afirmar que a identidade negra mais abrangente seria a identidade política de um segmento importante da população brasileira excluída de sua participação política e econômica e do pleno exercício da cidadania. (MUNANGA, 2012, p 15-16)

A exclusão do negro está relacionada às formas de não pertencimento a um grupo. Entretanto, em grupos sociais já marcado pela exclusão de investimento público, essa configuração política da identidade negra é duplamente marcada, pois a manutenção da desigualdade, aliada a um constante desejo por ser aceito, é maximizada quando não há garantias mínimas de qualidade de vida, acesso a uma educação de qualidade, cultura, lazer. O abandono dos lugares periféricos, assim como no caso do Grande São Bento, corresponde à negligência da cidadania de negros e negras. É neste contexto de negligenciação que o enfraquecimento das identidades negras se faz constante pelas identidades dominantes.

Portanto, é pontual para realização de um trabalho educacional na periferia considerar a exclusão social do negro, sobretudo na abordagem de investimento em políticas públicas. Pois assim é possível projetar um entendimento sobre as formas de silenciamento do negro na história, que o faz perder as referências das “muitas histórias para contar e muitas histórias para serem desvendadas” como referenciado por Lorena Nascimento (Relatório 2/MVSB, 2013, p 6). Na configuração de ausência do poder público ocorre um uma dinâmica apoiada pelos reflexos de um condicionamento histórico dos corpos negros, este mesmo condicionamento que territorializa a Baixada Fluminense como uma região de violência.

A compreensão da identidade negra como uma identidade política pode transportar elementos necessários para um combate real às problemáticas de

ausência de investimento público das permanências da “categoria de dominação e exclusão” (MUNANGA, 2012, p 15-16), e no contexto de Duque de Caxias ocorre a partir do momento em que estes jovens negros e negras do Grande São Bento acessam o MVSB e percebem as amarras invisíveis projetadas pelo racismo.

> O negro tem problemas específicos que só ele sozinho pode resolver, embora possa contar com a solidariedade dos membros conscientes da sociedade. Entre seus problemas específicos está, entre outros, a alienação do seu corpo, de sua cor, de sua cultura e de sua história e consequentemente sua “inferiorização” e baixa estima; a falta de conscientização histórica e política, etc. Graças à busca de sua identidade, que funciona como uma terapia em grupo, o negro poderá despojar-se do seu complexo de inferioridade e colocar-se em pé de igualdade com os outros oprimidos, o que é uma condição preliminar para uma luta coletiva. A recuperação dessa identidade começa pela aceitação dos atributos físicos de sua negritude antes de atingir os atributos culturais, mentais, intelectuais, morais e psicológicos, pois o corpo constitui a sede material de todos os aspectos da identidade. (MUNANGA, 2012, p 19)

Lorena e Marcelo têm em comum o entendimento de que a participação nas atividades do Programa Jovens Agentes do Patrimônio os conduziu para transformação das narrativas sobre si, principalmente quanto a baixa estima que apareceu em suas trajetórias. É latente, também, a observação feita por Marcelo de que se vive esta prática de educação patrimonial que os tornam Agentes do Patrimônio não apenas participantes, o que aproxima ao entendimento de Munanga de um grupo, no qual os negros e negras precisam solucionar as problemáticas de sua subjetividade, como uma terapia.

É a conscientização histórica e política que tornam esses jovens mais confiantes, o que entre os múltiplos aspectos que auxiliam na construção de uma identidade, a identidade negra se institui principalmente pelo viés político, que retoma o seu valor social, cultural, econômico e o faz lutar pelo direito à cidadania. Este entendimento possibilita a compreensão na narrativa de Eduardo dos Santos:

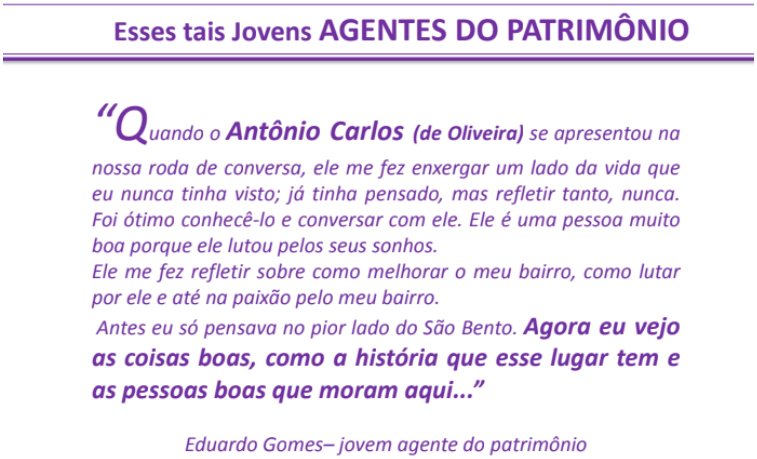


Figura 16 - Relato do jovem Eduardo Gomes

Fonte: Relatório 3/MVSB, 2013, p 6.

> Quando o Antônio Carlos (de Oliveira) se apresentou na nossa roda de conversa, ele me fez enxergar um lado da vida que eu nunca tinha visto; já tinha pensado, mas refletir tanto, nunca. Foi ótimo conhecê-lo e conversar com ele. Ele é uma pessoa muito boa porque ele lutou pelos seus sonhos.
> Ele me fez refletir sobre como melhorar o meu bairro, com lutar por ele e até na paixão pelo meu bairro.
> Antes eu só pensava no pior lado do São Bento. Agora eu vejo as coisas boas, como a história que esse lugar tem e as pessoas boas que moram aqui..." Eduardo Gomes dos Santos. (Relatório 3/MVSB, 2013, p 6)

Eduardo Gomes dos Santos um jovem de pele parda, morador do Grande São Bento, também participa do programa Jovens Agentes do Patrimônio desde 2010. Ao longo do projeto "Juventude Semeando Memória e Cidadania" apresentou uma expressão muito forte percebida pelo uso da linguagem em formas de verso, canções e rimas. Eduardo deu nome a guia teatralizada do museu e auxiliou na construção da maioria das canções produzidas nos encontros do projeto.

O relato de Eduardo dos Santos ocorreu sobre a atividade nº 22, uma "Roda de Conversa com Antônio Carlos criador da Biblioteca Solano Trindade". Esta atividade estava integrada a um conjunto de outras que tinham como objetivo analisar o engajamento político e social do poeta negro Solano Trindade em Duque de Caxias, como parte da análise sobre o conceito de cultura e identidade cultural nas seguintes

atividades: “Biografia de Solano Trindade: a Arte no Olhar” (atividade nº 20), “Solano Trindade Cultura – relações de influência” (Atividade nº 21), sobre o livro “Solano Trindade: o poeta das artes do povo” (s/d) de Maria do Carmo Gregório e o documentário: “O Vento Forte do Levante” (2012) de Rodrigo Dutra.

O entendimento de Eduardo sobre as possibilidades de transformação da sua realidade colocou em pauta a conexão da identidade negra instituída pelo viés político. A trajetória das atividades do programa ampliou para os jovens o entendimento sobre a luta e ações de Solano Trindade na cidade. E no relato de Eduardo fica visível a configuração da sua identidade que o projeta para transformação do seu lugar, percebendo-o como parte dele, ao repensar o bairro do São Bento como carregado de sentido após o acesso do projeto de educação patrimonial, o que possibilitou aos jovens construírem suas próprias narrativas sobre o bairro já no primeiro conjunto de atividades.

A primeira atividade do projeto “Juventude Semeado Memória e Cidadania”, realizada no trimestre de outubro a dezembro de 2012, ocorreu com a realização e produção de uma guia teatralizada do museu, inspirada na história do “bumba meu boi”, como uma ideia sugerida por Maria do Socorro, participante de outro programa de educação patrimonial do museu nomeado “Lut’Arte” - Mulheres Artesãs (Mulheres que Lutam com Arte). O desenvolvimento da teatralização da guia foi possibilitado pela ação de reconhecimento do bairro e mapeamento feito pelos jovens sobre os “lugares de memória” presentes no percurso do MVSB e quais seriam inseridos na narrativa da encenação. A ação de reconhecimento foi relatada pela jovem Tainá e transcrita em forma de desenho do mapa da área do MVSB:



Figura 17 - Percurso do MVSB na perspectiva da jovem Tainá da Costa Amara

Fonte: Relatório 1/MVSB, 2012, p 18.

> Assim:
> Quando eu entrei achei uma boa ideia; por que conhecia o bairro que eu não conhecia á 10 anos, olha que eu moro aqui. Sambaqui: não acreditava que não meu bairro existia um sambaqui, por que passo meu tempo todo em casa, não tenho a coragem de dizer – pai, mãe me leva para conhecer o bairro. Gostei de conhecer o passado do povo da conxa, ver os vestijos deles, é como ficar na pista de um ladrão. Adoro as atividades que pratico, desenhar, fazer xulugrafuras não sei escrever direito entam não me cupe.
> Aprender é muito bom não tenho palavras para dizer que as vezes tenho vontade de ficar aqui para sempre. Tainá da Costa Amaral (Relatório 1/MVSB, 2012, p 18)

A releitura dos jovens sobre o bairro que moram os tornaram investigadores do passado e contadores de novas histórias, semeadores. Em um bairro marcado pela ausência de investimento público, o MVSB surgiu como um espaço articulador para que estes jovens conhecessem um mundo a partir do seu próprio lugar. Para Tainá da Costa Amaral a participação no programa Jovens Agentes do Patrimônio possui função de acolhimento despertado pela arte, com as técnicas de desenhos e xilogravuras e pela possibilidade de reconhecer os aspectos culturais do bairro em que mora. Tainá Amaral uma jovem negra assim como sua irmã Letícia da Costa Amaral, ingressaram muito jovens no programa de educação patrimonial. Os desenhos de

Tainá se transformaram na principal referência das artes gráficas do Museu Vivo do São Bento ao longo de todo projeto “Juventude Semeando Memória e Cidadania”.

Os jovens construíram toda proposta da guia teatralizada aproximando suas vivências e experiências particulares, evidenciando as histórias presentes no bairro São Bento. As ações tiveram a participação das mulheres artesãs que realizaram a produção artística do figurino (parte da vestimenta foi emprestada pela Faculdade UNIRIO, onde estudavam os monitores de teatro) e do Boi Gentileza, título dado pelo jovem Eduardo Gomes. O Boi Gentileza conduziu a guia e as histórias dos Jovens Agentes do Patrimônio.



Figura 18 – Organização do figurino da guia teatralizada: Boi Gentileza.
Fonte: Relatório 1/MVSB, 2012, p 41-42.

A coordenação identificou, no primeiro momento, uma dificuldade dos jovens construírem coletivamente a guia teatralizada, o que demandou da equipe uma atenção maior para o incentivo e orientação na elaboração do roteiro. A superação da dificuldade de construção coletiva permitiu o fortalecimento da interação dos jovens na elaboração do formato de tomada de decisão que passou a direcionar todas ações do projeto de educação patrimonial, o que chama atenção para compreensão de Nilma Gomes (2012) de que os contatos sociais que permeiam as construções de identidade negra se institui gradativamente.



Figura 19 – Apresentação da 1ª guia teatralizada do percurso do Museu Vivo do São Bento: O BOI GENTILEZA E SUA LÍNGUA

Fonte: Relatório 1/MVSB, 2012, p 50-51.

As atividades do projeto “Juventude Semeado Memória e Cidadania” tiveram vinte eixos amparados na temática sobre a memória negra na região que auxiliaram na construção conceitual, pelo olhar dos jovens, sobre Cultura, Memória, Patrimônio, Comunidade, Favela, Consumo (Indústria Cultural), Ideologia e Preconceito. Ainda assim, ocorreram onze Estudos de Campo dos quais apenas três não eram sobre a memória negra. As ações desencadearam na elaboração do documentário “Nós descobrimos esse São Bento: uma aldeia chamada São Bento, que não é só minha, mas de todos” (2014), idealizado pelos jovens que montaram uma narrativa sobre a memória e a história, valorizando a vida comum no bairro. Assim, eles selecionaram os professores e moradores que foram entrevistados.

Na trajetória de construção de sentidos o domínio da linguagem instrumentalizou os jovens na ressignificação da região e da função do MVSB para o cotidiano. Foi retomando a linguagem e amplificando suas vozes que estes jovens construíram coletivamente o conceito que lhes cabem quanto ao Patrimônio:

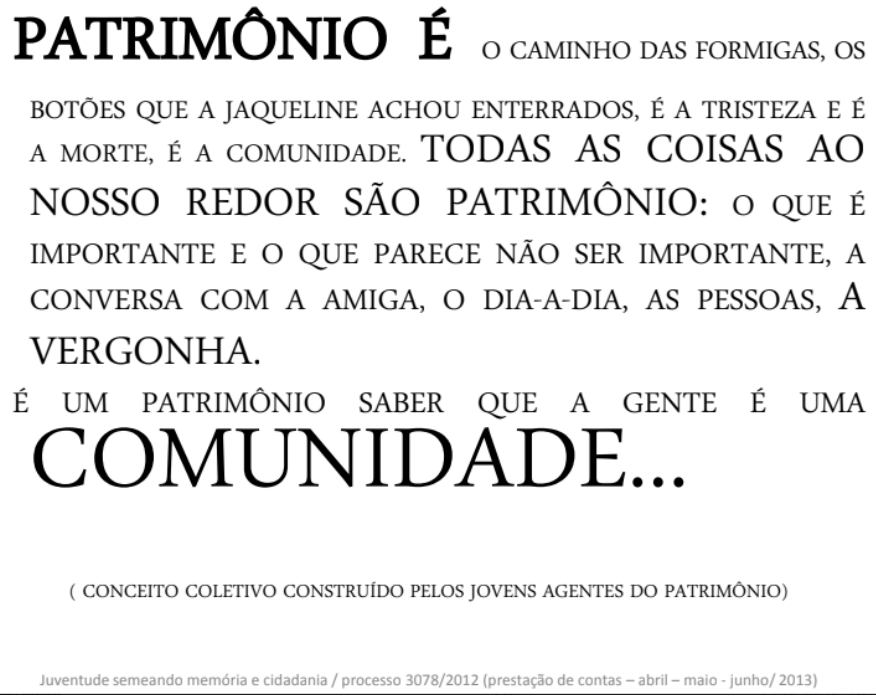
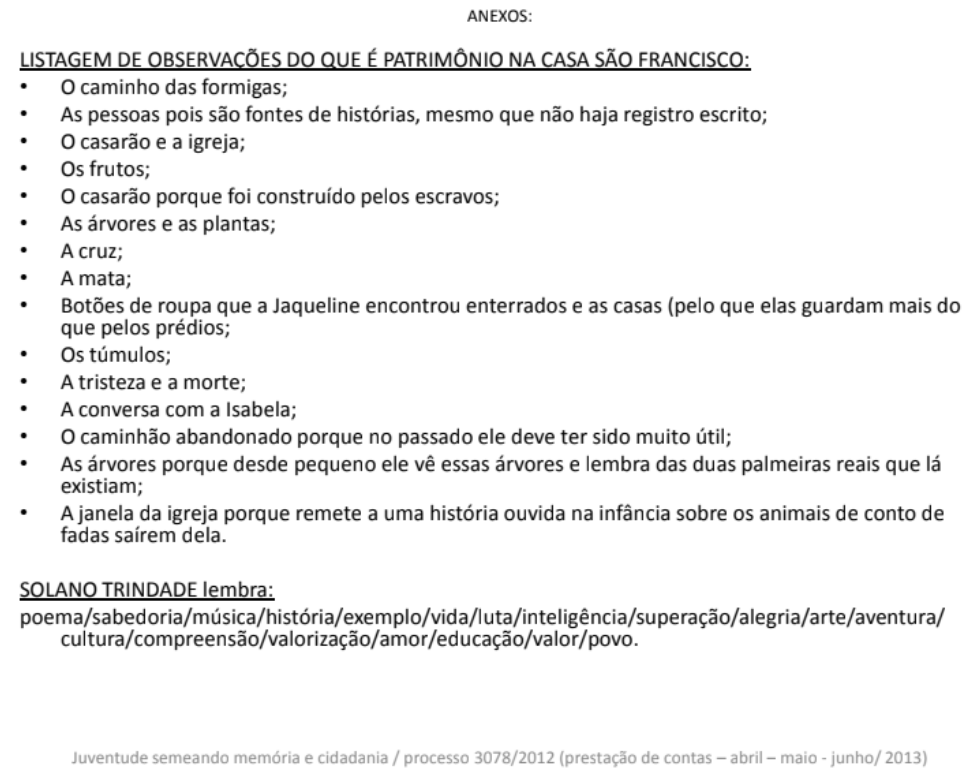


Figura 20 – Conceito de Patrimônio construído coletivamente pelos Jovens Agentes do Patrimônio.
Fonte: Relatório 3/MVSB, 2013, p 53.

> Patrimônio é o caminho das formigas, os botões que a Jaqueline achou enterrados, é a tristeza e é a morte, é a comunidade. Todas as coisas ao nosso redor são patrimônio: o que é importante e o que parece não ser importante, a conversa com a amiga, o dia-a-dia, as pessoas, a vergonha.
> É um patrimônio saber que a gente é uma comunidade… (Relatório 3/MVSB, 2013, p 53)

O conceito produzido pelos jovens expressa o movimento do contato com as memórias negras e a prática educativa que abriram caminho para que eles atribuíssem sentidos em suas vidas. Assim, mesmo que haja uma complexidade dos estudos sobre o patrimônio cultural, a sutileza com que construíram um olhar sobre o cotidiano demonstra a reexistência presente ao redor das interações populares no MVSB. Na imagem abaixo segue a enumeração do que os jovens entendem como patrimônio e que gerou a definição descrita a cima:



ANEXOS:

LISTAGEM DE OBSERVAÇÕES DO QUE É PATRIMÔNIO NA CASA SÃO FRANCISCO:

- O caminho das formigas;
- As pessoas pois são fontes de histórias, mesmo que não haja registro escrito;
- O casarão e a igreja;
- Os frutos;
- O casarão porque foi construído pelos escravos;
- As árvores e as plantas;
- A cruz;
- A mata;
- Botões de roupa que a Jaqueline encontrou enterrados e as casas (pelo que elas guardam mais do que pelos prédios;
- Os túmulos;
- A tristeza e a morte;
- A conversa com a Isabela;
- O caminhão abandonado porque no passado ele deve ter sido muito útil;
- As árvores porque desde pequeno ele vê essas árvores e lembra das duas palmeiras reais que lá existiam;
- A janela da igreja porque remete a uma história ouvida na infância sobre os animais de conto de fadas saírem dela.

SOLANO TRINDADE lembra:

poema/sabedoria/música/história/exemplo/vida/luta/inteligência/superação/alegria/arte/aventura/ cultura/compreensão/valorização/amor/educação/valor/povo.

Juventude semeando memória e cidadania / processo 3078/2012 (prestação de contas – abril – maio - junho/ 2013)

Figura 21 – Conceito de Patrimônio construído coletivamente pelos Jovens Agentes do Patrimônio.
Fonte: Relatório 3/MVSB, 2013, p 47.

Em análise a cada item do conceito elaborado pelos jovens, Mário Chagas (2015) chamou atenção para o fato de que os patrimônios estabelecem “vínculos entre o transmitir e o receber, sabendo que receber implica o compromisso de uma nova transmissão” (CHAGAS, 2015, p 178). Desta forma, o saber compartilhado entre os Jovens Agentes do Patrimônio não apenas fazem parte deles mas são semeados por eles e ampliam seus sentidos possibilitando “novas práticas e novas abordagens conceituais”(CHAGAS, 2015, p 179).

Uma construção de sentidos feita na coletividade pelos jovens impulsionou a compreensão sobre as “formigas”, as memórias, “a tristeza e a morte” a conversa entre amigas, este cotidiano carregado de simbolismo que para Mário Chagas (2015):

> Ainda que as dimensões patrimoniais da “tristeza e da morte” decorram de experiências plenas de subjetividades, elas só fazem

> sentido na conexão com a vida social. Por isso, possivelmente, os Jovens Agentes do Patrimônio atraíram a comunidade para o lado dessas duas categorias, como quem indica que ela (a comunidade) também é afetada e que é com ela que se divide a experiência vivida. É com ela que se partilha a alegria e a tristeza de viver e estar vivo. (CHAGAS, 2015, p 188)

É pontual retomar aqui a leitura de Marcelo Ubiratan de que “todos aqueles que vivenciaram o programa e compartilharam dele, continuam sendo agentes de patrimônio” pois a afetividade estrutura as relações de pertencimento a um grupo e movimentam os sentidos amplo sobre as vivências em comunidade. Estes jovens que carregam consigo o patrimônio reexistem no cotidiano para que outros jovens sejam conduzidos pela experiência de coletividade compartilhada no MVSB. Para muitos deles foi por meio da ação de educação patrimonial que uma nova realidade se abriu como possibilidade. Foi em grupo que instituíram suas leituras de mundo. E desta forma, reconduziram para um jogo autônomo das palavras:



Figura 22 – A Palava como patrimônio

Fonte: Relatório 4/MVSB, 2013, p 1

A palavra como patrimônio para estes jovens negros e negras representam uma autonomia e uma “prática singular de leitura” de mundo (SOUZA, 2011, p 17). Assim como em “letramentos de reexistência” os Jovens Agentes do Patrimônio assumem novos papéis e funções sociais compreendendo a palavra como deles, transportada por gerações, que constrói significados e ressignificações, que representam sujeitos e possibilita ultrapassar as barreiras do racismo que aprisionam suas subjetividades em forma de vergonha.

> A singularidade está nas microrresistências cotidianos ressignificados na linguagem, na fala, nos gestos, nas roupas… não apenas no conteúdo, mas também nas formas de dizer, o que remete tanto à natureza dialógica da linguagem como também às proposições dos estudos culturais que revelam que as identidades sociais, sempre em construção, se dão de forma tensa e contraditória, própria de situações em que estão em disputa lugares socialmente legitimados. (SOUZA, 2011, p 37)

As aproximações de experiências de vida dos jovens Agentes do Patrimônio levam em consideração que suas identidades estavam em processo de formação e suas leituras de mundo ainda circundavam as relações estabelecidas no cotidiano do bairro São Bento. Por isso a importância de pontuar que a configuração da identidade negra passa tanto pelas problemáticas raciais, quanto pela ausência de investimento público, as ações de preservação do Patrimônio Cultural e das construções de narrativas oficias que perpetuam uma lógica de dominação social. Para que a partir deste entendimento se compreenda as subjetividades que estes jovens carregam consigo e que semeiam pela cidade.

O acesso a outros métodos de conhecer a História, distanciada da prática hierárquica do saber experimentada na escola, e com a valorização da Memória e História local possibilitou um entendimento do patrimônio junto a conjuntura da cidade, principalmente abordando os aspectos da vida comum auxiliada com entendimento não apenas do trabalho, mas das estruturas das lutas de resistência negra. Após o Estudo de Campo “O caminho dos negros na chegada à cidade do Rio de Janeiro” Lorena Nascimento relatou que

> ...reconhecemos um “Rio’ diferente do que já sabemos, uma cidade marcada pela Luta dos Negros, que esses sim merece o nosso respeito e a nossa admiração.
> Na escola a grande maioria dos professores de História que temos na rede do ensino, “agente” acaba aprendendo só do lado europeu. E o curso ajuda a tirar esse padrão europeu que existe, e também a escola podia também a começar a ensinar mais sobre os negros, porque hoje sem dúvida eles são os nossos Heróis, claro também não desmerecendo os europeus de uma forma geral, mais a população brasileira precisa saber mais sobre a história deles, daqueles que nem tiveram direito de um enterro digno de um ser humano. - Lorena de Oliveira Nascimento. (Relatório 6, MVSB, 2014, p 37)

Lorena referencia a visitação ao Instituto dos Pretos Novos – IPN, coordenado por Cláudio Honorato. Os Estudos de Campo tiveram o protagonismo das Memórias Negras como principal articuladora na construção de sentidos sobre a estruturação das cidades, permeado pela luta negra de resistência. É sobre esta abordagem que Lorena chamou atenção para a necessidade da mudança de narrativa escolar que abordem uma representação de negros e negras na configuração social do país.

As atividades de Estudos de Campo tiveram como característica o deslocamento dos Jovens Agentes do Patrimônio com outras dinâmicas e manifestações socioculturais na qual a vivência negra se instituiu. Como parte das ações de Estudos de campo os jovens conheceram o Terreiro de Candomblé Ilé Asé Ogún Àlákòró e o Vale dos Orixás em Magé, viajaram para Minas Gerais, conheceram a cidade do Rio de Janeiro, todas as ações possibilitadas pelo financiamento da Casa da Moeda. Em Minas Gerais permaneceram durante dois dias e puderam experimentar outras linguagens sobre o patrimônio cultural, possibilitadas por investimento em políticas públicas. Ainda assim, nas cidades visitadas (Tiradentes e São João del Rei) dialogaram com as conexões com a História da cidade de Duque de Caxias e o bairro São Bento.

Estes jovens, da periferia da cidade de Duque de Caxias, tiveram acesso a outras formas de conexão social, na qual apesar das mazelas o negro e sua memória são protagonistas. Por isso a compreensão de que o acesso as práticas de educação patrimonial mediado pelo MVSB possibilitou que estes jovens estabelecessem uma reexistência da memória negra, a partir do momento em que se reinventam como sujeitos.

Considerando o trabalho sério conduzido pela equipe do MVSB, o movimento de uma produção de práticas educativas patrimoniais, na qual os jovens se tornaram produtores de sentidos conceituais sobre suas experiências, possibilitou aos Agentes do Patrimônio transformarem as narrativas sobre o MVSB, aproximando-as de sua realidade e conceituando o próprio entendimento de mundo.

Considerações Finais

A cidade de Duque de Caxias ao longo da história foi marcada pela presença negra em um quantitativo considerável. Entretanto, essa parcela da população, que hoje corresponde a mais de cinquenta por cento, era negligenciada na narrativa oficial da cidade. Com estratégias de educação básica para o enfrentamento ao analfabetismo da população adulta, proporcionada pelo movimento de associação de moradores, organizados também em instituições político-religiosa na década de 1980, os agentes sociais ligados a essas instituições possibilitaram uma nova construção sobre ser moradores da cidade.

A prática de Estudos de Campo iniciado ainda neste processo, abriu caminho para uma outra forma de elaboração de pesquisas de modo autônomo. A partir do momento em que estes agentes ingressaram na universidade instituíram uma demanda de reescrita de narrativas que incluíssem a História e Memória dos trabalhadores da região. E neste Contexto a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias, FEUDUC, foi um espaço utilizado por esses agentes na construção de uma tradição de pesquisa sobre a História da Baixada Fluminense.

Atuando como professores da graduação de História da FEUDUC, entre os anos de 1987 e 2008, que estes agentes criaram uma Associação de Professores-Pesquisadores de História da Baixada Fluminense para possibilitar uma ferramenta de apoio e veiculação de suas pesquisas. Uma das principais pautas levantadas enquanto membros da associação era a possibilidade de ingresso em mestrados acadêmicos, como uma prática que ampliou o alcance de suas produções.

A partir do momento que conseguiram ingressar no espaço acadêmico, passaram, também, a investir em espaços consagrados pela produção científica para levar os seus alunos e consolidarem suas influências nas pesquisas sobre a Baixada Fluminense, com apresentação e coordenação de trabalhos na ANPUH, por exemplo. Dessa forma instituíram uma rede de intelectuais que influenciaram outras gerações na produção de pesquisas acadêmicas, tendo como base metodológica em História Oral e Memória.

As produções e pesquisas acadêmicas tinham como eixo principal a análise dos trabalhadores da região e com este formato idealizado que começa a surgir uma produção em torno da memória negra: luta e resistência, interação com a vida

comum, práticas culturais, militância, assim como contextos do Brasil Colonial e do Brasil Império.

Os Estudos de Campo pelos patrimônios históricos possibilitaram uma divulgação das produções historiográficas da Baixada Fluminense, não apenas no universo acadêmico, mas principalmente entre os moradores e profissionais da área da educação que interagiam com a Cidade de Duque de Caxias e região. Esta prática de atividade estabeleceu uma aproximação da História com a vida comum, o que possibilitou diálogos com os patrimônios culturais que sobreviveram às transformações do tempo, mesmo sem investimento público. Assim as memórias e histórias da população negra construíram novos sentidos para os Estudos de Campo.

Nos anos de 2004 a descoberta do sítio arqueológico Sambaqui do São Bento ampliou a prática de reconstrução e ressignificação de narrativas para o âmbito da luta pelo Patrimônio e Memória na cidade de Duque de Caxias. Foi com a descoberta do sambaqui que nasceu o Museu Vivo do São Bento, MVSB, intimamente ligado com a memória negra da região.

Com a leitura de patrimônio consolidado na cidade como uma herança de uma identidade dominante, o processo de institucionalização do MVSB representou uma disputa para as implementações de políticas públicas. Tanto o decreto criado em 2005, quanto da lei de criação do museu em 2008 representaram um contexto de intervenção de instituições não governamentais, alunos e moradores da cidade de Duque de Caxias em defesa ao Patrimônio Cultural.

A dinâmica de preservação e disputa do patrimônio cultural motivou a realização de programa de educação patrimonial no MVSB, como um mecanismo coletivo de legitimação e defesa ao patrimônio cultural. Assim surgiu o programa “Jovens Agentes do Patrimônio” e “Lut’Art – Mulheres que Lutam com Arte”. Ao longo desta pesquisa foi analisado a possibilidade dos jovens participantes e interlocutores do projeto estabelecerem para si novos sentidos sobre suas vidas comuns, e de que forma estes jovens acessaram o conhecimento disponibilizado pelo MVSB.

Entre os anos de 2012 e 2014 o museu desenvolveu o projeto “Juventude Semeando Memória e Cidadania” onde os jovens interagiam e compartilhavam saberes principalmente sobre Cultura, Memória, Patrimônio, Preconceito, ao longo de cem atividades das quais cerca de oitenta por cento era sobre memória negra.

Durante a participação do projeto, os jovens, de maioria negra, entre 12 e 17 anos, levaram suas experiências de vida e subjetividades para o museu. E após o

contato com as memórias negras ressignificaram as suas vidas e projetaram novas expectativas sobre pertencimento ao bairro, sobre as formas de se posicionarem no mundo e o quanto o acesso ao protagonismo dos negros na História do Brasil são necessários na construção de novas leituras de mundo.

As atribuições da linguagem e construção de narrativas são fundamentais para a manutenção de um poder dominante. É a ausência do protagonismo negro que gera um enfraquecimento do coletivo. As memórias em disputa consistem em estabelecer uma dominação do outro e o condicionamento de sua vida.

O saber e uma autonomia na construção de signos e significados integram a prática cotidiana de “letramentos de reexistência” da população negra, e possibilita o entendimento de como os sujeitos operam suas dinâmicas apesar do outro, resistindo, mas que se fortalece para construir novos caminhos e possibilidades.

Reconectar a população negra com as suas memórias, carregadas de simbolismo, de luta e resistência, possibilitou aos jovens negros e negras do Grande São Bento uma reexistência que se constrói no cotidiano. Assim, carregadas de novos sentidos, as memórias negras do passado marcaram uma reexistência das memórias negras no presente.

Referências

ALVES, J. C. S. **Dos Barões ao Extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense.** Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003.

ALVES, J. C. S. Religião, Violência e Poder Político numa Favela da Baixada Fluminense. In.: Revista **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião,** Porto Alegre, ano 6, n. 6, p.153-178, outubro de 2004.

ALVES, J. C. S. **Violência e religião na Baixada Fluminense: uma proposta teórico-metodológica**. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. Disponível em http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_8/008_159.pdf

ANGELO, Viviane Rodrigues Santos. **O educador como intelectual orgânico no âmbito da luta antirracista: um estudo de caso sobre a discursividade a respeito da lei 10.639/2003**. Dissertação de mestrado. RJ: CEFET, Programa de Relações Étnico-Raciais, 2017.

BAGNO, Marcos. Gramática pedagógica do português brasileiro. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. (Capítulo 2: “Devaneio da língua primitiva – colonialismo, racismo e preconceito linguístico”)

BARRETO, Alessandra Siqueira. Um Olhar Sobre a Baixada: usos e representações sobre o poder local e seus atores. **Campos - Revista de Antropologia**, [S.l.], dez. 2004. ISSN 2317-6830. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/1620>. Acesso em: 05 jun. 2018. doi:http://dx.doi.org/10.5380/cam.v5i2.1620.

BARROS, Mônica N.; SILVA, Rubens Alves da. **Agentes de Pastoral Negros & Pastoral do Negro: diferentes estratégias de Ação Afirmativa na Igreja Católica**. Caxambu, MG: XXIII Encontro Anual da ANPOCS/GT15, 1999. Disponível em: https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/23-encontro-anual-da-anpocs/gt-21

BEZERRA, Nielson Rosa; NASCIMENTO, Aline Souza do; SOUZA, Marlucia dos S.; **Nas sombras da diáspora: patrimônio e cultura afro-brasileira na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias, RJ : APPH-CLIO/INEPAC, 2013.

BEZERRA, Nielson Rosa. **A Cor da Baixada: Escravidão, Liberdade e Pós-Abolição no Recôncavo da Guanabara**. Duque de Caxias, RJ: APPH-Clio, 2012.

BEZERRA, Nielson Rosa. Apresentação: Uma Locomotiva para a História da cidade. In.: SOUZA, Marlúcia Santos de. **Escavando o Passado da cidade: História Política da cidade de Duque de Caxias**. Duque de Caxias/RJ: APPH-Clio, 2014.

BEZERRA, Nielson Rosa. **As chaves da liberdade: confluências da escravidão no Recôncavo do Rio de Janeiro (1833-1888)**. Niterói: EdUFF, 2008.

BOBBIO, N. Os intelectuais e a política. In: **Intelectuais e política**. SP: Unesp, 1990

BRASIL, Constituição Federal, 1988.

BRASIL. Lei 3.924, 1961.

CANCLINI, Néstor García. **As Culturas Populares no Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2003.

CARVALHO, Maria Alice Rezende. Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.22, n.65, out.2007, p.17-31.

Censo IBGE 2010. Disponível em https://censo2010.ibge.gov.br. Acessado em 13 de março de 2018.

Centro de Referência Patrimonial e Histórico de Duque de Caxias/CRPH, **Dossiê de atividades do MVSB e CRPH**, 2010.

CHAGAS, M. S. **A Imaginação Museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009.

CHAGAS, M. S. Memórias e poder: dois movimentos. In: **Cadernos de Sociomuseologia - "Museu e Poder**". v. 19, n. 19, 2002, p. 43-81.

CHAGAS, M. S. Museus, memórias e movimentos sociais. In: **Cadernos de Sociomuseologia - "Questões Interdisciplinares na Museologia"**. V. 41, 2011, p. 5-16.

CHAGAS, M. S. Objetos, Memória e História. Observação e Análise de um Museu Histórico Brasileiro. DADOS In.: **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro: IUPERJ, 35, 2, 1992, pp. 194-216.

CHAGAS, M. S. Patrimônio é o caminho das formigas.... In: **Anais do Museu Histórico Nacional** , 2015.

CHARLE, C. O nascimento dos intelectuais. **Revista de História da Educação**, n.1, 2000.

CHARTIER, Roger. História Intelectual e História das Mentalidades: uma dupla reavaliação. In: **História Cultural – entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa**. Campinas: Papirus, 2001.

DODEBEI, Vera. Memória, circunstância e movimento. In.: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. **O que é memória Social?**. RJ: UNIRIO, Programa de Pós-Graduação em Memória Social, 2005.

DUQUE DE CAXIAS, Lei nº 2.224, 2008.

ENNE, Ana Lucia Silva. **"Lugar, meu amigo, é minha Baixada": Memória, Representações Sociais e Identidades**. Tese de doutorado em Antropologia Social. RJ, Rio de Janeiro: UFRJ/MUSEU NACIONAL, 2002.

ENNE, Ana Lúcia Silva. Fluxos e interações da rede de memória e história na Baixada Fluminense. **Revista Pilares da História - Duque de Caxias e Baixada Fluminense**, ano II, n° 02, p. 37-52, 2003.

FERNANDES, Eleonora Porto Fernandes. Juventude Negra e Violência em Duque de Caxias. RJ, Duque de Caxias: UNIGRANRIO, PINBA/UERJ, 2016. Disponível em https://pinba.files.wordpress.com/2016/07/12_juventude-negra-e-violc3aancia-em-duque-de-caxias.pdf Acessado em 07 de março de 2018.

GALDO, Rafael. Região da baixada Fluminense – Municípios da Baixada da Fluminense: os dilemas de uma população numerosa e carente de serviços básicos. In.: **Jornal O Globo**. Disponível em https://oglobo.globo.com/brasil/baixada-fluminense-os-dilemas-de-uma-populacao-numerosa-carente-de-serviço-basicos-13968398. Acessado em 23 de abril de 2018.

GERRTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. 13ª reimpressão. Rio de Janeiro LTC 2008

GOMES, Ângela de Castro. **Os intelectuais cariocas, o modernismo e o nacionalismo: O caso de Festa**. Luso-Brazilian Review, Volume 41, Number 1, 2004, pp. 80-106

GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GOMES, Marta Taets. **Patrimônio de Duque de Caxias: história e memória no Museu Vivo do São Bento**. São Gonçalo, RJ: UERJ, 2016.

GOMES, Nilma Lino. "Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação". In: MUNANGA, Kabengele (Org.) Superando o racismo na escola. 2a ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate sobre Relações Raciais no Brasil: Uma Breve Discussão. In: **BRASIL. Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03**. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. P. 39 - 62. Disponível em http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Relações-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discussão.pdf Acessado em 23 de novembro de 2017.

GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro e Educação: Ressignificando e Politizando a Raça. In **Revista Educação e Sociedade**, v. 33. Nº 120, jul-set, 2012. http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/05.pdf Acessado em 01/08/2018

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** SP, Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, P. 07- 97, 2004

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2006.

HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. – Tradução de Celina Cavalcante – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

hooks, bell. **ensinando a transgredir. a educação como prática da liberdade**. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora SWF Martins Fontes, 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO - IPHAN. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Texto de Sônia Rampim Florêncio, Pedro Clerot, Juliana Bezerra e Rodrigo Ramassote. Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf Acesso em 15 de junho de 2018.

KASERKER, Davidson Panis. **Museu, História, Desenvolvimento. Diretrizes do processo de musealização na gestão do patrimônio de Itapeva (SP).** Dissertação de mestrado. SP, São Paulo: USP, 2014.

KLEIMAN, Angela B; SITO, Luanda. Multiletramentos, Interdições e marginalidades. In: ASSIS, Juliana Alves; KLEIMAN, Angela B. **Significados e Ressignificações dos Letramentos**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2016.

KLEIMAN, Angela B. “Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola”. In: _____ (Org.) **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

LAURENTINO, Eliana Santos da Silva. **História Local, Patrimônio e Culturas Afro-Brasileiras em Duque de Caxias (200-2014)**. Dissertação de mestrado. Duque de Caxias/RJ: UERJ, 2016.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Editora da Unicamp, 2003

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: H**istória e Memória**. Campinas: Unicamp, 2002.

LUCCHESI, Dante. “Racismo linguístico ou ensino pluralista e cidadão?” Disponível em http://www.abralin.org/noticia/Dante.pdf

MARQUES, Alexandre dos Santos. Centro De Memória: Caminhos E Descaminhos Na Produção Da História Da Baixada Fluminense. In.: **Revista Pilares da História - Duque de Caxias e Baixada Fluminense**. Ano I. nº1. Edição Trimestral: out, nov, dez 2002. pág. 79-93.

MARQUES, Eduardo Cesar. **Equipamentos de saneamentos e desigualdades no espaço metropolitano do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro/RJ: SCIELO/Caderno Saude Públi., abr-jun, 1996. Disponível em: scielo.br/pdf/%0D/csp/v12n2/1503.pdf. (acessado em 10 de novembro de 2017)

MELUCCI, Alberto., **Por uma sociologia reflexiva.** Petrópolis: Vozes, 2009.

MENDES, C. **Museu da resistência: lugar de memória e instrumento da memória. Ensaios e Práticas em Museologia**. Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP, vol. 2, 2012..

MONTEIRO, Wanderléia Torma. Educação de Jovens e Adultos em Duque de Caxias: Um olhar sobre o projeto Baixada (Anos 1980). In.: DAVID, Fátima Bitencourt; RUFINO, Marcia Montilio; e ALVARENGA, Marcia Soares. (org). **Professoras Pensam a Cidade – A Educação Pública em Debate no município de Duque de Caxias**. RJ: HP Comunicação Editora, 2011.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude. Usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012

MVSB, Descrição dos Prédios do Percurso do Museu. Disponível em www.museuvivodosaobento.com.br/percurso Acesso em 20 de junho de 2018.

MVSB, Programas e Projetos. Disponível em http://www.museuvivodosaobento.com.br/projetos/jovens-agentes-do-patrimonio Acesso em 20 de junho de 2018.

NASCIMENTO, Clarissa Staffa. "**Além da Imagem": experiências e memórias populares através da TV Maxambomba**. Dissertação de mestrado. RJ: Niterói, UFF, 2009.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Tradução Yara Aun Khoury. In: Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, vol. 10, n. 10, dez/1993, p. 7-28.

PAIS, José Machado, **Culturas Juvenis.** Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993. Capítulo III – Aspectos Metodológicos do Trabalho de Campo – pág. 67-86.

PEREIRA, Márcia Moreira; SILVA, Mauricio. **Percurso da Lei 10639/03: Antecedentes e Desdobramentos**. Linguagens & Cidadania, v. 14, jan./dez., 2012.

PIO, Alessandra. "Lei no. 10.639/2003: Outra LDB. Outra escola?" Cadernos de Educação Básica, v.1, p.67-79, 2016

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. In: Estudos Históricos, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio. In: Estudos Históricos, 2 (3). Rio de Janeiro, 1989

Relatório 1. Juventude semeando memória e cidadania processo 3078/2012. Prestação de Contas/ 1º Trimestre. (out - nov - dez/2012). Duque de Caxias/RJ: MVSB, 2012.

Relatório 2. Juventude semeando memória e cidadania processo 3078/2012. Prestação de Contas/ 2º Trimestre. (jan - fev - mar/2013). Duque de Caxias/RJ: MVSB, 2013.

Relatório 3. Juventude semeando memória e cidadania processo 3078/2012. Prestação de Contas/ 3º Trimestre. (abr - maio - jun/2013). Duque de Caxias/RJ: MVSB, 2013.

Relatório 4. Juventude semeando memória e cidadania processo 3078/2012. Prestação de Contas/ 4º Trimestre. (jul - agosto - set/2013). Duque de Caxias/RJ: MVSB, 2013.

Relatório 5. Juventude semeando memória e cidadania processo 3078/2012. Prestação de Contas/ 5º Trimestre. (out - nov - dez/2013). Duque de Caxias/RJ: MVSB, 2013.

Relatório 6. Juventude semeando memória e cidadania processo 3078/2012. Prestação de Contas/ 6º Trimestre. (jan - fev - mar/2014). Duque de Caxias/RJ: MVSB, 2014.

Relatório 7. Juventude semeando memória e cidadania processo 3078/2012. Prestação de Contas/ 7º Trimestre. (abr - maio - jun/2014). Duque de Caxias/RJ: MVSB, 2014.

Relatório 8. Juventude semeando memória e cidadania processo 3078/2012. Prestação de Contas/ 8º Trimestre. (jul - agosto – set e out/2014). Duque de Caxias/RJ: MVSB, 2014.

ROCHA, André Santos da. **Território como representação**. The territory as representation. Mercator, Fortaleza, v. 12, n. 29, p. 139-153, set./dez. 2013. DOI: 10.4215/RM2013.1229.0010

SÁ, Patricia Teixeira de. **A Socialização de História de duas gerações: os anos de 1970 e de 2000.** Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, RJ: PUC/RJ, 2006.

SANTOS, Elisângela de Jesus. "**Dom, Parceria e Poética do Conflito no Cururu de São Paulo"**. In: R@U, Revista de Antropologia da UFSCAR, v.5, n.1, jan.-jun., 2013. pp.118-137.

SILVA, Andréa Cristina Oliveira Duarte de Souza S. **Caminhos do Sindicalismo: Trajetória de vida de professores do SEPE/Baixada Fluminense**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro/RJ: UFRJ, 2012

SINIRELLI, J. Os intelectuais. In: REMÓND, René. **Por uma História Política**. RJ: FGV, 2001.

SOUZA JUNIOR, Mauro Roque de. **A Fundação Educar e a Extinção das Campanhas de Alfabetização de Adultos no Brasil**. Rio de Janeiro/RJ: UERJ, 2012. (tese de doutorado)

SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música, dança: HIP-HOP**. São Paulo,SP: ABDR, 2011.

SOUZA, Marlucia Santos de; SILVA, Marisa Gonzaga da. Os professores e a construção do eco-museu no município de Duque de Caxia (RJ): um relato de experiência. In.: ARAÚJO, Mairce da Silva; PÉREZ, Carmén Lúcia Vidal; TAVAREZ, Maria Tereza Goudard.(ORG) **Memórias e patrimônios: experiência em formação de professores.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. pág 149-160.

SOUZA, Marlucia Santos de. "Rede de Memória, História e Patrimônio em Duque de Caixas e Baixada Fluminense. Relatos de uma experiência coletiva" In DAVID, Fatima Bitencourt, RUFINO, Marcia Montilio, ALVARENGA, Marcia Soares de. (Orgs) **"Professores pensam a Cidade – A Educação Pública em Debate no município de Duque de Caxias"**. Rio de Janeiro, H.P. Comunicação Editora. 2011.

SOUZA, Marlucia Santos de. **Escavando o Passado da cidade: História Política da cidade de Duque de Caxias**. Duque de Caxias/RJ: APPH-Clio, 2014.

THOMPSON. E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.